

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANANDRÉIA TROVÓ

**ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PROJETO ENSINO
MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA COORDENADORIA
REGIONAL DE VILHENA (RONDÔNIA)**

JUIZ DE FORA
2018

ANANDRÉIA TROVÓ

**ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PROJETO ENSINO
MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA COORDENADORIA
REGIONAL DE VILHENA (RONDÔNIA)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liamara
Scortegagna

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TROVÓ, ANANDREIA.

Acompanhamento e Monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica na Coordenadoria Regional de Vilhena (Rondônia) / ANANDREIA TROVÓ. -- 2018.

169 f. : il.

Orientadora: Liamara Scortegagna

Coorientadora: Helena Rivelli de Oliveira

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

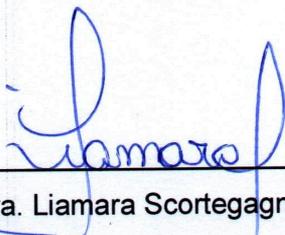
1. Mediação Tecnológica. 2. Ensino mediado pelas tecnologias. 3. Acompanhamento e Monitoramento. 4. Ensino Híbrido. I. Scortegagna, Liamara, orient. II. Rivelli de Oliveira, Helena, coorient. III. Título.

ANANDRÉIA TROVÓ

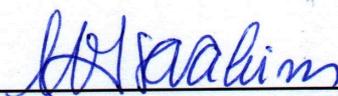
**ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PROJETO ENSINO MÉDIO COM
MEDIÇÃO TECNOLÓGICA NA COORDENADORIA REGIONAL DE VILHENA
(RONDÔNIA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

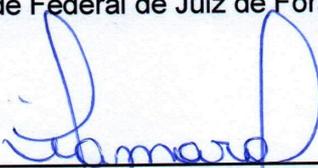
Aprovada em 20/12/2018.



Prof. Dra. Liamara Scortegagna (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



Prof. Dra. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



Prof. Dra. Janae Goncalves
Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

Dedico esta dissertação, com entusiasmo e gratidão a Deus e à minha maravilhosa mãe Vanderli Trovó. Aos meus filhos que tanto amo, André Augusto da Cunha, Andressa Patrícia Trovó da Cunha e Amanda Karla Ferreira Trovó. Ao meu herói, meu pai Aparecido Trovó. Aos Irmãos e amigos que com sinceridade oraram e incentivaram para que eu conquistasse este mérito.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos seguem primeiramente a Deus, Rei dos Reis, Senhor dos Senhores, o pão da vida e luz do mundo, que em Ti Senhor a tudo sou dependente. Obrigada Deus, que em sua grande e magnífica misericórdia, me possibilitou a concretização deste sonho e não me deste pouco; Deu-me a oportunidade de fazer um mestrado de alto nível de qualidade. “Mas aqueles que esperam no Senhor renovam as suas forças. Voam alto como águias; correm e não ficam exaustos, andam e não se cansam” (Isaias 40:31).

O meu muito obrigada à professora Liamara Scortagagna, minha orientadora, e à Suporte de Orientação Helena Rivelli de Oliveira, que foram um importante norte nesta caminhada.

Agradeço à minha família, que é o bem mais precioso que possuo, meu conforto, meu descanso. Aos meus Filhos, André Augusto da Cunha, Andressa Patrícia Trovó da Cunha e Amanda Karla Ferreira Trovó, que compreenderam, se ajustaram e juntos abrimos mão de muitas coisas para que eu pudesse me dedicar aos estudos, escrita e viagens que me permitiram chegar ao final desta conquista. Obrigada filhos amados, a vocês dedico esta vitória. A vocês que vibram comigo nas alegrias e se sensibilizam comigo nas tribulações; sempre conscientes que tudo tem seu preço se quisermos vencer.

Ainda à minha família, aos meus preciosos, papai Aparecido Trovó e mamãe Vanderli Trovó. Fogem-me as palavras e meus olhos se enchem de lágrimas para descrever tamanha importância tens em minha vida. São conhecedores de todos os meus passos e tudo que sou. Devo a Ti minha MÃE esse mérito. Você que tanto se desdobrou e não mediu esforços para cuidar dos meus filhos enquanto eu me ausentava nas fases de estudos presenciais. És minha alma gêmea Mãezinha. Orgulho-me de ser sua filha. Deus a abençoe e lhe dê paz e sabedoria. Creio ser esse o desejo sincero mais precioso que posso dispor em resumo de gratidão.

Meu obrigada à Prof.^a Fátima Gavioli (ex-Secretária de Estado da Educação de Rondônia) e ao Dr. Confúcio Ayres Moura (ex-Governador de Rondônia) que tornaram este curso possível.

Agradeço aos amigos, colegas e irmãos de sangue e irmãos de fé, que me apoiaram, oraram e dispuseram-se a colaborar sem limites no decorrer desses dois anos. Gratidão ainda aos maravilhosos amigos do curso, aos que fiz e/ou aprimorei;

companheiros incondicionais que juntos vivenciamos inúmeras situações: choramos, sorrimos, cuidamos uns dos outros e formamos um clã de afinidades.

Admiração, respeito e gratidão aos Professores, orientadores, assistentes e todos os profissionais do CAED/UFJF que muito bem me acolheram e com paciência me proporcionaram esse título.

Todos os meios técnicos são extensões do corpo. Bicicletas são extensões das pernas, óculos são extensões dos olhos, facas são extensões das unhas. Uma maquineta de roubar pitangas teria de ser uma extensão do braço. Um braço comprido, com cerca de dois metros. Peguei um pedaço de bambu. Mas um braço comprido de bambu, sem uma mão, seria inútil: as pitangas cairiam. Achei uma lata de massa de tomates vazia. Amarrei-a com um arame na ponta do bambu. E lhe fiz um dente, que funcionasse como um dedo que segura à fruta. Feita a minha máquina, apanhei todas as pitangas que quis e satisfiz meu desejo. Anote isso também: conhecimentos são extensões do corpo para a realização do desejo.

ALVES (2004)

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão abordado considera o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (PEMMT) na Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Vilhena em Rondônia. O estudo investiga a seguinte questão norteadora: “Quais ações podem ser tomadas para favorecer o acompanhamento e o monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação tecnológica na Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena?” A partir da questão exposta, delimitou-se como objetivo geral descrever e analisar a proposta do PEMMT em Rondônia de modo a propor ações, por meio de um Plano de Ação Educacional (PAE), de melhorias para o desenvolvimento do Projeto. Para fundamentar as análises, a pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa de pesquisa por meio de um Estudo de caso realizado a partir de análise documental, bibliográfica e coleta de dados pelo instrumento de entrevistas semiestruturadas. A análise documental, realizada a partir de documentos oficiais, fundamentou o descritivo do contexto de implementação do Projeto no estado; a bibliográfica embasou as reflexões teóricas que subsidiaram a análise dos dados e proposição das ações de intervenção. O foco central da pesquisa voltou-se para os elementos que norteiam as ações de acompanhamento e monitoramento no contexto estrutural e pedagógico no que se refere à execução do PEMMT. As entrevistas foram realizadas com gestores das escolas sede, supervisores escolares, também das escolas sede, com professores presenciais e alunos. O referencial teórico utilizado para reflexão embasou-se em autores como: Arcanjo (2015), Costa (2015), Gomes (2005), Kenski (2003), Litto e Formiga (2009), Moran, Masetto e Behrens (2000), Morgado (2001), Serrão (2016), Mainardes (2006), Lück (2013), Ferreira (2016), Velho (1978), Fraser e Gondim (2004) e Boni e Quaresma (2005). Os resultados da pesquisa indicaram três fragilidades que foram elencadas como principais: i) Reorganização do Monitoramento *in loco*; ii) Estruturação documental de devolutivas dos monitoramentos realizados *in loco* e *online*; iii) Fortalecimento das ações de formação continuada individual e coletiva. Portanto, são essas as fragilidades que compõem o PAE e são seguidas de competências de nível macro para as quais se elencou sugestões para a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia.

Palavras-Chave: Mediação Tecnológica. Ensino mediado pelas tecnologias. Acompanhamento e Monitoramento. Ensino Híbrido.

ABSTRACT

The present dissertation was developed into the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The case of management considers the Project High School with Technological Mediation (PEMMT) in the Regional Education Coordination (CRE) of Vilhena in Rondônia. The study investigates the following guiding question: "What actions can be taken to favor the follow-up and monitoring of the High School Project with Technological Mediation in the Regional Education Coordination of Vilhena?" Based on this question, it was defined the general objective to describe and to analyze the proposal of the PEMMT in Rondônia in order to propose actions, through an Educational Action Plan (PAE), of improvements for the development of the Project. Thus, the research was based on the qualitative approach of research through a case study made from documentary, bibliographic analysis and data collection of semi-structured interviews. The documentary analysis, based on official documents, emphasized the descriptive context of implementation of the Project in the state; the literature analyzed took theoretical reflections that subsidized the analysis of the data and proposition of the intervention actions. The central focus of the research turned to the elements that guided the follow-up and monitoring actions in the structural and pedagogical context regarding the implementation of the PEMMT. The interviews were made with managers from the host schools, school supervisors, also from the host schools, with classroom teachers and students. The theoretical reference used for reflection was based on authors such as Arcanjo (2015), Costa (2015), Gomes (2005), Kenski (2003), Litto and Formiga (2009), Moran, Masetto and Behrens (2005), Serrão (2016), Mainardes (2006), Lück (2013), Ferreira (2016), Velho (1978), Fraser and Gondim (2004) and Boni and Quaresma (2005). The results of the research indicated three main fragilities : i) Reorganization of the Monitoring in loco; ii) Documentary structuring of returns in loco and online ; iii) Strengthening of individual and collective continuing education actions. These are the weaknesses that make up the PAE and are followed by macro-level competences for which suggestions were submitted to the State Secretariat of Education of Rondônia.

Keywords: Technological Mediation. Technology-mediated teaching. Monitoring and Monitoring. Hybrid Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da CRE Vilhena no estado de RO e abrangência de atendimento.....	25
Figura 2 - Mapa de Rondônia (demonstrativo da hidrografia).....	27
Figura 3 - Mapa de Rondônia (demonstrativo das reservas florestais e indígenas).....	28
Figura 4 - Esquema Professor Presencial lotado nas salas de aula do PEMMT em RO.....	38
Figura 5 - Esquema demonstrativo do processo de transmissão das aulas PEMMT/RO.....	41
Figura 6 - Esquema ilustrativo da organização do Centro de Mídias PEMMT.....	46
Figura 7 - Esquema ilustrativo da organização das aulas de estúdio PEMMT.....	47
Figura 8 - Esquema ilustrativo que demonstra a atuação dos profissionais de Supervisão Escolar e Orientador Escolar da Escola sede.....	48
Figura 9 - Esquema ilustrativo da atuação do Coordenador do PEMMT da CRE.....	49
Figura 10 - Estrutura organizacional EMMT.....	51
Figura 11 - Organograma das Escolas Sedes e seus polos que possuem sala do PEMMT na Regional de Vilhena.....	67
Figura 12 - Relação entre planejamento, implementação e gestão.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas que Atendem o Ensino Médio Regular (2013).....	33
Quadro 2 - Matrículas no Ensino Médio em localidades rurais por faixa etária (2013).....	34
Quadro 3 - Número de Matrículas Ensino Médio anos de 2015 e 2016 (rede estadual/RO).....	36
Quadro 4 - Docentes da Educação Básica na rede pública estadual por situação funcional em RO (2015-2016).....	37
Quadro 5 - Matriz Curricular - Ensino Médio com Mediação Tecnológica - Diurno – 2016.....	43
Quadro 6 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio.....	53
Quadro 7 - Quadro demonstrativo de atendimento do PEMMT na CRE-Vilhena/Rondônia (2016/2017/2018).....	60
Quadro 8 - Distinção entre Escola Sede e Escola Polo.....	63
Quadro 9 - Resumo das funções dos profissionais e atuações no contexto das Escolas Polo.....	65
Quadro 10 - Resultados dos rendimentos obtidos nos anos 2016 e 2017 com o PEMMT.....	68
Quadro 11 - Estrutura disponibilizada para o PEMMT CRE-Vilhena.....	72/74
Quadro 12 - Principais autores utilizados na escrita do Referencial Teórico.....	81
Quadro 13 - Síntese das dissertações analisadas.....	88
Quadro 14 - Ações positivas do PEMPMT no Estado do Amazonas.....	89
Quadro 15 - Síntese das falhas do PEMPMT do Amazonas.....	90
Quadro 16 - Sujeitos entrevistados e técnicas utilizadas.....	98/100
Quadro 17 - Perfil dos sujeitos: professor presencial, gestor e supervisor da escola sede.....	102
Quadro 18 - Panorama do perfil dos alunos do PEMMT entrevistados.....	103
Quadro 19 - Resumo dos pontos positivos e negativos do PEMMT elencado pelos entrevistados.....	135

Quadro 20 - Problemas abordados na coleta de dados que afetam o PEMMT CRE-Vilhena.....	138
Quadro 21 - Proposta de Reorganização do Monitoramento in loco pela Coordenação do PEMMT.....	141
Quadro 22 - Estruturação de devolutivas dos monitoramentos realizados a CRE e equipe gestora das Escolas Sede.....	143
Quadro 23 - Formação Coletiva para reflexão, avaliação e replanejamento do PEMMT.....	145
Quadro 24 - Formação individual local para apresentação, orientação e construção do planejamento escolar para com o PEMMT.....	146

LISTA DE ABREVIATURAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CD-ROM	Compact Disc Read-Only Memory
CEE/RO	Conselho Estadual de Educação de Rondônia
CEMEAM	Centro de Mídias do Estado do Amazonas
CENTEC	Centro Técnico Estadual de Educação Rural Abairatá
CHATZAP	Sala de interação via telefone móvel.
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DGE/SEDUC de Rondônia	Diretoria Geral de Educação da Secretaria de Estado da Educação
DVBS	Digital Video Broadcasting - (Transmissão de Vídeo Digital)
EaD	Educação a Distância
EEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EIEEFM	Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EIMEF	Escola Indígena Municipal de Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMPMT	Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica
EPG	Electronic Programming Guide (Guia de Programação Eletrônica)
E-Proinfo	Ambiente colaborativo de aprendizagem
FIC	Formação Inicial Continuada
GAB/SEDUC	Gabinete da Secretaria de Estado da Educação
HDMI	High-Definition Multimedia Interface (Interface Multimídia de Alta Resolução), que é uma interface condutiva digital de áudio e vídeo.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEP	Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional
IFRO Rondônia	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia
INEP Teixeira.	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira.
Jucer	Junta Comercial do Estado de Rondônia

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LMS	Learning Management System
LNB	Low Noise Block
LNBF	Low Noise Block Feedhorn
LOA	Lei Orçamentária Anual
MB	Megabytes
MEC	Ministério da Educação
MHz	Mega Hertz
Modo <i>stand-by</i>	Modo de espera
Modo start	Modo ativo
Moodle	M odular O bject O riented Distance L earning - software livre de apoio à aprendizagem.
MT	Mediação Tecnológica
NBAZ	Noções Básicas da Agroecologia e Zootecnia
NEEI	Núcleo Educação Escolar Indígena
NTE	Núcleo de Tecnologia Educacional
NTSC	NATIONAL TELEVISION SYSTEM(S) COMMITTEE, SISTEMA ANALÓGICO DE TELEVISÃO.
PAE	Plano de Ação Educacional
PEE/RO	Plano Estadual de Educação de Rondônia
PEMMT	Programa Ensino Médio com Mediação Tecnológica
PEMPMT	Programa Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPC/IFRO/2016	Projeto Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia
PPGP/UFJF	Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora
PROEMCRO	Programa de Ensino Médio no Campo de Rondônia
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações Rondônia

SOE	Serviço de Orientação Escolar
TCE/RO	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UaB	Universidade Aberta do Brasil
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
USB	Universal Serial Bus - “Porta Universal”, em português
VSATs	Very Small Aperture Terminal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. O PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA COORDENADORIA REGIONAL DE VILHENA/RONDÔNIA	22
1.1 CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEMMT NO ESTADO DE RONDÔNIA COM BASE NA EXPERIÊNCIA DO AMAZONAS	26
1.1.1 O Ensino Médio mediado por Tecnologias no estado do Amazonas	29
1.1.2 A implementação do PEMMT em Rondônia com base na proposta desenvolvida no Amazonas	32
1.1.3 Estrutura organizacional do Projeto PEMMT em Rondônia.....	38
1.2 CONTEXTO DO PEMMT NA COORDENADORIA REGIONAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO	59
1.2.1 A dimensão pedagógica no PEMMT	69
1.2.2 A dimensão estrutural do PEMMT.....	72
2. ANÁLISE DO PEMMT NO ÂMBITO DO ESTADO DE RONDÔNIA NA COORDENADORIA REGIONAL DE VILHENA/RO.....	80
2.1 O ENSINO MEDIADO PELA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA ...	82
2.1.1 Pesquisas realizadas sobre o Ensino Médio presencial com mediação tecnológica no estado do Amazonas	87
2.1.2 Fundamentos teóricos sobre monitoramento e a avaliação de políticas públicas educacionais	91
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	96
2.2.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa	101
2.2.2 Análise da dimensão estrutural do Projeto	103
2.2.3 Análise da dimensão pedagógica do Projeto	119
2.2.4 Resumo dos achados da pesquisa (Pontos positivos e negativos).....	134
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA FORTALECER O ACOMPANHAMENTO E O MONITORAMENTO DO PEMMT NA CRE DE VILHENA	137
3.1 REORGANIZAÇÃO DO MONITORAMENTO IN LOCO	141
3.2 ESTRUTURAÇÃO DOCUMENTAL DE DEVOLUTIVAS DOS MONITORAMENTOS REALIZADOS <i>IN LOCO</i> E <i>ONLINE</i>	142
3.3 FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA	144

3.3.1	Proposta de formação coletiva.....	144
3.3.2	Proposta de formação individual - Local.....	145
3.4	SUGESTÕES DE MELHORIAS AOS PROBLEMAS EVIDENCIADOS A NÍVEL MACRO: AO ÂMBITO DA SEDUC/RO	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
	REFERÊNCIAS	151
	ANEXOS	157
	APÊNDICES	162

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio é um hoje um desafio para a educação brasileira, tanto por questões relacionadas à sua finalidade quanto por ser essa a etapa escolar que finaliza o ciclo da Educação Básica. Essa finalização envolve abrangentes expectativas, dentre as quais se destaca a formação integral dos jovens, conforme propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Nesse cenário de expectativas e desafios, o Brasil encontra ainda barreiras quanto à universalização do Ensino Médio. Pois, mais do que universalizar, tal como preconiza a Constituição de 1988 (CF 88), é preciso garantir a qualidade da educação oferecida. Se considerarmos a expansão territorial do Brasil e as peculiaridades por essa imposta, pode-se questionar: como levar o atendimento educacional às populações residentes em localidades rurais de acesso limitado? Populações essas consideradas uma clientela reprimida existente, principalmente, em alguns específicos estados brasileiros.

É, portanto, no contexto de exigência da oferta do Ensino Médio e de dificuldades na implementação dessa etapa de ensino, que o presente estudo focaliza o estado de Rondônia, considerando a sua realidade quanto à oferta do Ensino Médio e sua grande extensão de área rural. O foco é nas escolas existentes nessa área que, geralmente, apresentam *déficits* quanto à existência de recursos diversos, tais como de professores habilitados e, conseqüentemente, registram dificuldades na oferta dessa etapa de ensino. Vale destacar que as questões relacionadas à oferta se relacionam tanto ao Ensino Médio Regular quanto ao Ensino Médio do Campo.

Assim, a partir dessas considerações sobre a oferta do Ensino Médio no estado de Rondônia, que o Ensino Mediado, caracterizado pelo uso da transmissão via satélite de teleaulas e interação via internet, apresentou-se como pertinente as políticas educacionais de Rondônia, uma vez que favorece a oferta à população residente nas localidades de difícil acesso e sem condições de concluir o Ensino Médio. Assim, para o desenvolvimento da proposta do Ensino Mediado, o estado de Rondônia, buscou na experiência do estado do Amazonas as informações necessárias e relevantes para a implementação da proposta. No estado do Amazonas o ensino mediado já é utilizado desde 2007 e a mediação acontece por meio da veiculação das aulas via satélite em tempo real, por meio de videoconferência. A proposta desenvolvida conta também com a interação que é considerada um recurso indispensável, uma vez que possibilita o diálogo, a troca de informações, a resolução de dúvidas, em especial, entre professores

mediadores (estão presencialmente com os alunos) e aqueles que estão nos estúdios ministrando as aulas.

Em suma, a alternativa da implementação do ensino mediado pela tecnologia foi pensada para atender a clientela existente nas regiões tidas como de difícil acesso de Rondônia, tais como comunidades de campo, das florestas, ribeirinhos, indígenas e quilombolas. Regiões essas que abrigam uma população que possui limitações em relação ao acesso e atendimento para concluir a Educação Básica. E, por tratar-se de localidades distantes e regiões que possuem restrições de profissionais habilitados, compromete-se o exercício da docência em todas as áreas exigidas pelo ensino regular, principalmente no Ensino Médio (RONDÔNIA, 2016).

Rondônia desenvolveu, portanto, a partir da proposta do estado do Amazonas o Programa Ensino Médio com Mediação Tecnológica (PEMMT). O programa foi implementado no ano de 2016 pela Secretaria de Estado da Educação (SEE) tendo, em seu desenho, a intenção de atender prioritariamente as populações residentes na zona rural.

No entanto, a implementação do PEMMT em Rondônia tem enfrentado dificuldades/problemas que vão desde a infraestrutura, a rotatividade de professores até o alto índice de evasão; além de definições postas no seu desenho original, tais como a realização da comunicação síncrona e assíncrona, que não se concretizam, como deveriam, na prática. Tais situações podem ser verificadas por meio dos relatórios semestrais da coordenação do projeto (2016/2017) que destacam esses pontos. A situação encontrada no PEMMT não se diferente muito do que ocorre no estado do Amazonas, tal como evidenciado nos estudos de COSTA; ARCANJO (2015); SERRÃO; SOUZA; MOREIRA (2016), o que leva à compreensão de que, apesar dos grandes entraves encontrados, a realidade do ensino mediado por tecnologias no estado de Rondônia não se caracteriza como uma exceção na busca pela universalização do Ensino Médio.

O Projeto em questão demanda altos investimentos e atenção governamental, sendo a dificuldade de interação entre as pontas do processo - emissão - (professores de estúdio) - e recepção - (alunos e professor presencial) é a questão indicada como um dos fatores condicionantes para a fragilidade na execução do Projeto. Também no âmbito das possíveis dificuldades, Luto e Formiga (2009, p. 93) citam que as “limitações técnicas, recursos didáticos audiovisuais, modos de interação e questões logísticas e afetivas são aspectos que professores e alunos enfrentarão ao entrar em uma sala de

videoconferência e fechar a porta atrás de si”. Essas são algumas das problemáticas evidenciadas no ensino mediado e que serão consideradas nesta pesquisa, ressaltando que essas são pertinentes tanto ao desenvolvimento da proposta no Amazonas quanto em Rondônia.

O PEMMT contemplou, em 2017, 122 escolas com um total de 218 turmas, atendendo a 4.366 estudantes, considerando 1º e 2º anos do Ensino Médio entre escolas rurais e urbanas (RONDÔNIA, 2018). A oferta do Projeto na zona urbana justifica-se em locais urbanos pequenos que sofram pela falta de professores habilitados, como é o caso do Município de Chupinguaia/RO, pertencente à Coordenadoria Regional de Vilhena (CRE-Vilhena). A CRE-Vilhena é uma das 18 Coordenadorias Regionais de Educação do estado de Rondônia e teve o PEMMT implementado em três dos quatro municípios de sua responsabilidade, sendo que um deles foi transferido para outra Regional no início de 2017. Assim, o Projeto permaneceu em dois municípios da regional: Vilhena e Chupinguaia.

A CRE-Vilhena foi selecionada como recorte para este estudo pelo fato da pesquisadora responsável atuar como coordenadora do PEMMT nessa CRE desde sua implementação. O desenvolvimento dessa função proporcionou o desejo de melhor conhecer o Projeto, a possibilidade de participar da sua implementação e desenvolvimento e, principalmente, a observância e acompanhamento dos inúmeros problemas e dificuldades vividos na prática pelos envolvidos no Projeto.

Vale destacar que pela CRE perpassam questões pedagógicas e organizacionais vinculada ao processo de planejamento, monitoramento e avaliação e que são administradas pela coordenação do Projeto. A CRE tem as responsabilidades de organizar, acompanhar, orientar, participar, intervir, intermediar a assistência técnica, monitorar *in loco* as salas de aula, além de realizar formação continuada com docentes e gestores. Entretanto, é preciso ressaltar que a CRE, sendo uma extensão da Seduc, tem sua atuação limitada para atender as necessidades básicas do Projeto, principalmente as de natureza logística e estrutural. Essas limitações são decorrentes dos poucos recursos destinados à regional, o que compromete os encaminhamentos de ordem pedagógica. Desse modo, registram-se questões relacionadas à falta de internet local, condição de deslocamento para atendimento *in loco*, manutenção dos aparelhos, entre outras que serão abordadas no decorrer do trabalho e que interferem no processo de ensino e aprendizagem previsto pelo Projeto.

Assim, partindo do breve cenário exposto e que será desenvolvido no corpo deste estudo, tendo foco as fragilidades, dificuldades e problemas encontrados no desenvolvimento do PEMMT na CRE-Vilhena, a presente dissertação busca responder a seguinte questão norteadora: quais ações podem favorecer o acompanhamento e o monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica na Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena?

A partir da questão exposta, delimitou-se como objetivo geral descrever e analisar a proposta do PEMMT em Rondônia de modo a propor ações, por meio de um Plano de Ação Educacional (PAE), de melhorias para o desenvolvimento do Projeto. Elencou-se, portanto, como objetivos específicos: i) descrever o Projeto PEMMT em Rondônia considerando também sua identificação com a proposta desenvolvida no Amazonas; ii) Considerar o desenvolvimento do Projeto tendo como foco a Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena/RO; iii) identificar e analisar as dificuldades no processo de implementação, acompanhamento e monitoramento do PEMMT; e, por fim, iv) propor um Plano de Ação Educacional (PAE) com o intuito de aprimorar o desenvolvimento do Projeto considerando suas principais estâncias de execução: a Seduc/RO, a CRE-Vilhena e as escolas nas quais o Projeto acontece.

O estudo desenvolveu-se por meio de uma abordagem qualitativa de pesquisa realizada a partir de um estudo de caso. Optou-se pela pesquisa documental, bibliográfica e de campo sendo selecionado para a coleta de dados a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores e supervisores escolares das escolas sede, professores presenciais e alunos. O referencial teórico da pesquisa consta de autores como: Arcanjo (2015), Costa (2015), Gomes (2005), Kenski (2003), Litto e Formiga (2009), Moran, Masetto e Behrens (2000), Morgado (2001), Santos e Salazar (2014), Serrão (2016), Mainardes (2006), Lück (2013), Ferreira (2016), Velho (1978), Fraser e Gondim (2004) e Boni e Quaresma (2005). O PAE apresentado foi proposto a partir da metodologia conhecida como 5W2H¹ e visa a subsidiar a realização de ações de melhoria por parte da Seduc/RO e da CRE-Vilhena.

Ainda, é preciso retomar que o PEMMT em seu desenho original propõe atender a metodologia do ensino mediado pela tecnologia com transmissão síncrona e assíncrona. Tal proposta pressupõe a utilização de equipamentos tecnológicos para realizar a transmissão e recepção das teleaulas com o acompanhamento de um professor

¹ Técnica de pesquisa que parte dos seguintes questionamentos para a proposta de ações: W (What (o que?)), Why (Por que?), Who (Quem?), Where (Onde?), e When (Quando?) e também os dois H (How (Como?) e How Much (Quanto?)). FERREIRA (2017, p. 4).

presencial na sala de aula. Também integra essa metodologia o processo de interação à distância para com os professores ministrantes de estúdio para o diálogo e tira dúvidas. Entretanto, no bojo do desenvolvimento da prática, há divergências entre o proposto e o realizado, o que caracteriza problemas a serem superados pelo Projeto ao qual esta pesquisa investiga.

A fim de realizar os objetivos propostos, a presente pesquisa divide-se em três capítulos, a saber: o primeiro aborda o Projeto do Amazonas que serviu de referência para a construção da proposta metodológica rondoniense; ainda, o desenvolvimento do PEMMT em Rondônia e na CRE-Vilhena. Descreve também as problemáticas que permeiam a sua realização, o que se desenvolve com foco nas dimensões estrutural e pedagógica.

O segundo capítulo apresenta uma abordagem teórica com objetivo de subsidiar as reflexões a partir da coleta de dados e análise do caso. Na sequência, apresenta o percurso metodológico da pesquisa com destaque para a abordagem de pesquisa, sujeitos e instrumento de coleta de dados. O capítulo 2 também traz a análise dos dados coletados na pesquisa de campo considerando o embasamento teórico e as reflexões sobre o caso de gestão em análise. Será a partir dessas reflexões que será proposta o capítulo 3.

Enfim, o terceiro e último capítulo apresenta a proposta de intervenção da pesquisa, ou seja, o Plano de Ação Educacional (PAE). Esse plano apresenta estratégias que se inseridas na prática do PEMMT podem contribuir para amenizar as dificuldades observadas na pesquisa no que condiz ao acompanhamento e ao monitoramento no âmbito da atuação da Coordenação do PEMMT na CRE-Vilhena.

1. O PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA COORDENADORIA REGIONAL DE VILHENA/RONDÔNIA

O Ensino Médio hoje, executado nos padrões organizacionais e nas características atuais da Educação Básica segue as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96 - LDB), tem a finalidade de proporcionar uma formação humana integral ao indivíduo. Apresenta a possibilidade de execução de educação profissional para o exercício de profissões técnicas que podem ser desenvolvidas em concomitante, ou subsequente, ao Ensino Médio inserido pela Lei 11.741/08. Lei essa que alterou o Artigo 36 da LDB.

Nesse cenário, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), publicadas em 2013, definem elementos fundamentais para o desenvolvimento da formação integral dos jovens ao cursar o Ensino Médio abrangendo as dimensões do trabalho, ciências, tecnologia e cultura. As diretrizes propostas sustentam o desenvolvimento da autonomia para a leitura do mundo, do cidadão atuante e integrado à sociedade política (BRASIL, 2012).

A Reforma do Ensino Médio, originária da transformação da Medida Provisória nº 746/2016 transformada em Lei Federal nº 13.415/2017, trouxe elementos significativos de mudanças para a execução do Ensino Médio. Dentre essas mudanças, destaca-se a adequação do Ensino Médio noturno, a criação de políticas de fomento à implementação do Ensino Médio em tempo integral e a ampliação progressiva no prazo de cinco anos a carga-horária de 800 horas anuais para 1.400 horas anuais com a flexibilização da grade curricular (BRASIL, 2017).

Quanto à flexibilização da grade curricular, segundo o Ministério da Educação (MEC), o novo modelo permitirá que o estudante escolha uma área de conhecimento específica para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Assim, segundo o MEC (2017), o Ensino Médio aproximará mais a escola da realidade dos estudantes, o que deve ocorrer à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. Sobretudo, o novo modelo permitirá que cada aluno siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho.

As principais mudanças verificadas sugerem a obrigatoriedade nos três anos do Ensino Médio dos componentes curriculares de Matemática, Língua Portuguesa e

Língua Inglesa, fazendo com que o currículo fique dividido em duas partes, tal como expresso anteriormente. Uma parte será aplicada a todos os estudantes, conforme Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a outra voltada aos itinerários formativos, que deverão ser organizados conforme relevância para o contexto local² e a possibilidade dos sistemas de ensino, sendo esses, Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Formação Técnica e Profissional. Também é destaque que os sistemas de ensino poderão fazer a composição dos itinerários formativos com componentes da BNCC de modo a oportunizar, ao aluno concluinte, ingressar e cursar outro itinerário formativo. Haverá, ainda, a certificação de qualificação intermediária à formação profissional (vivência prática) com o reconhecimento de profissionais com notório saber para atender à formação técnica e profissional, bem como dos profissionais com complementação pedagógica.

Também em 2014 ocorreu a aprovação do Plano Nacional de Educação que estipula metas e estratégias pontuais para o Ensino Médio. Esse plano estabelece na sua meta 3: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência desse PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%” (BRASIL, 2014, p. 5). Destaque-se que esse é um desafio para o País, considerando a projeção dos últimos anos.

Para o cumprimento da meta 3, o plano estabelece 14 estratégias para atingir a meta 3 que intensificam as ações dos estados na busca por alternativas capazes de atender a demanda e a realidade dos seus alunos. É fato que os dados das taxas nacionais de evasão e abandono escolar, apresentados pelo OBSERVATÓRIO DO PNE (2013), aproximam-se de 1,5 milhões de jovens entre 15 a 17 anos fora da escola no país. Tais dados são alarmantes e demonstram que algo não está correto, exigindo repensar as políticas e métodos existentes.

² Vale destacar que, de acordo com o MEC (2017), 530 unidades de ensino tiveram adesão deferida para implementação do Ensino Médio em tempo integral no final de 2016, sendo em Rondônia 10 escolas. De acordo com a Seduc/RO (2017), por meio da Gerência de Controle, Avaliação e Estatística, do total de 440 escolas estaduais, 173 atendem ao Ensino Médio. Tendo por base o quantitativo de escolas autorizadas que atendem o Ensino Médio no Estado de Rondônia, levanta preocupações no que se refere ao ensino ofertado para os estudantes residentes nas localidades rurais, considerando a oferta dos Itinerários Formativos em localidades rurais por exemplo, que a proposta desconsiderou municípios pequenos ou distritos que há somente uma escola de Ensino Médio (ou apenas salas/extensões). Nesses casos o aluno não terá oportunidade de escolha, mas terá que cursar o Itinerário formativo oferecido naquela instituição.

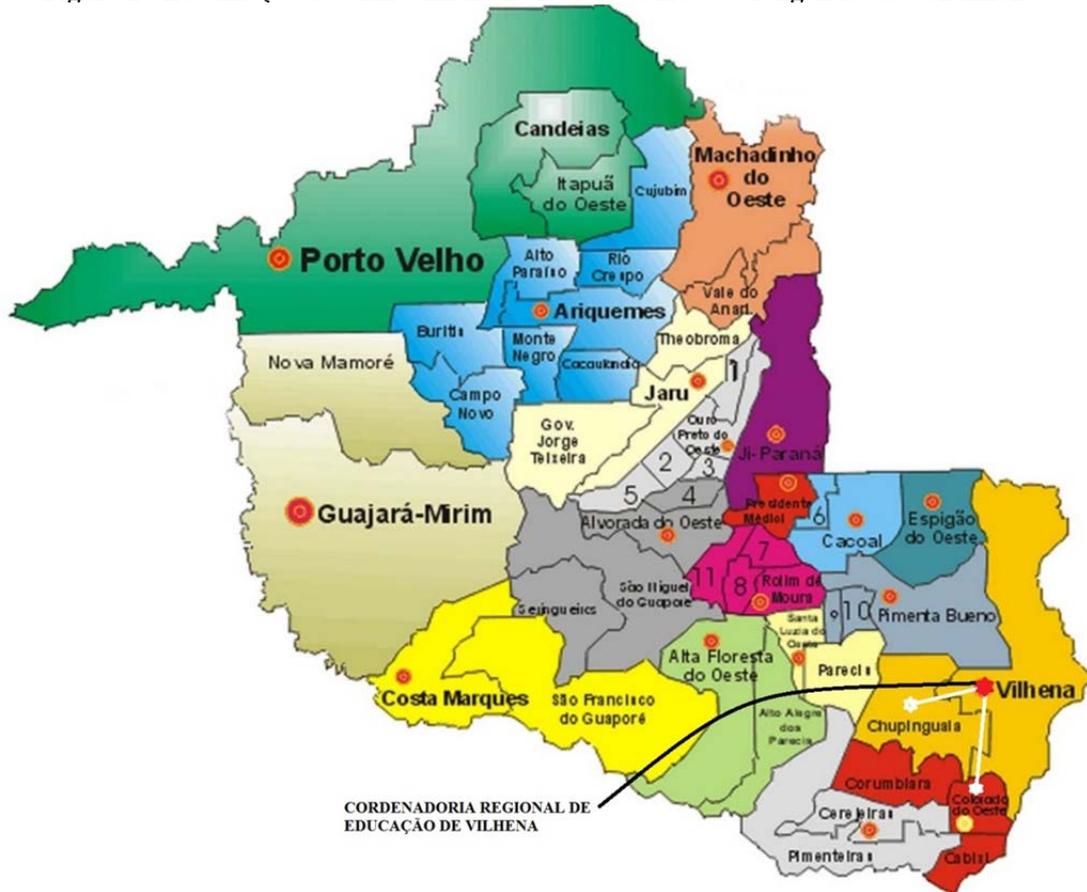
No cenário de leis, planos, reformas e metas, os desafios que se encontram na oferta e desenvolvimento do Ensino Médio no país são grandes e trazem à tona a necessidade de se repensar, planejar e traçar políticas públicas que visem a atender as especificidades de cada estado, cada região e população. O que envolve a realidade de Rondônia, recorte macro desta pesquisa.

Em 2015, Rondônia atendeu apenas 77% dos jovens na faixa etária para cursar o Ensino Médio, os demais, ou seja, 23% dos jovens na idade dessa etapa escolar ficaram fora da escola. Esses dados dão visibilidade à realidade e permitem compreender o desafio da universalização do Ensino Médio (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2013). Grande parte da clientela não atendida é considerada demanda reprimida que, em geral, encontra-se em locais de difícil acesso no estado. Rondônia concentra peculiaridades geográficas e climáticas próprias da região amazônica a qual faz parte e compõe-se de florestas e grandes rios, sendo recorrente a falta de professores habilitados para atuar nas localidades mais distantes.

Portanto, como alternativa viável e abrangente e que possibilite levar o Ensino Médio até as localidades mais longínquas e de difícil acesso do estado, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em 2016, implantou, tendo como base o trabalho desenvolvido no estado do Amazonas, o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (PEMMT).

Em Rondônia, dentre os 52 municípios existentes, há 18 Coordenadorias Regionais de Educação as quais abrangem diversos municípios que foram contemplados com a implementação do Projeto, incluindo a Regional de Vilhena (figura 1) selecionada para esta pesquisa. A implementação do Projeto ocorreu em três dos quatro municípios de sua responsabilidade, sendo que um deles foi transferido para outra Regional no início de 2017. Assim, o Projeto permaneceu em dois municípios da regional: Vilhena e Chupinguaia.

Figura 1 - Localização da CRE-Vilhena no Estado de RO e abrangência de atendimento



Fonte: Adaptado de Mapasblog (2018).

A CRE-Vilhena, no desenvolvimento do PEEMT, enfrenta problemas que esbarram em condições estruturais, falta de internet local para acesso de alunos e professores, falta de condição de deslocamento para realização da agenda de acompanhamento *in loco* e formações, falta de equipamentos, atendimento técnico, laptop (netbook) para os alunos e falta de materiais de expediente. Tais dificuldades interferem na prática do monitoramento por meio da visitação *in loco* para realização das observações e registros.

Ainda, a CRE encontra dificuldades para realizar formações continuadas, seja nas escolas de modo individualizado e/ou reunindo todos os profissionais em um local específico para reflexão, já que para realizar encontros formativos coletivos há a necessidade de minuciosa organização para deslocamentos e despesas extras.

A partir desta breve explanação sobre o Ensino Médio, a legislação, a realidade do estado de Rondônia e da CRE-Vilhena, o capítulo I apresenta, inicialmente, considerações sobre o estado de Rondônia, o PEEMT diante da experiência do Amazonas - estado pioneiro na aplicação da metodologia do ensino mediado pela

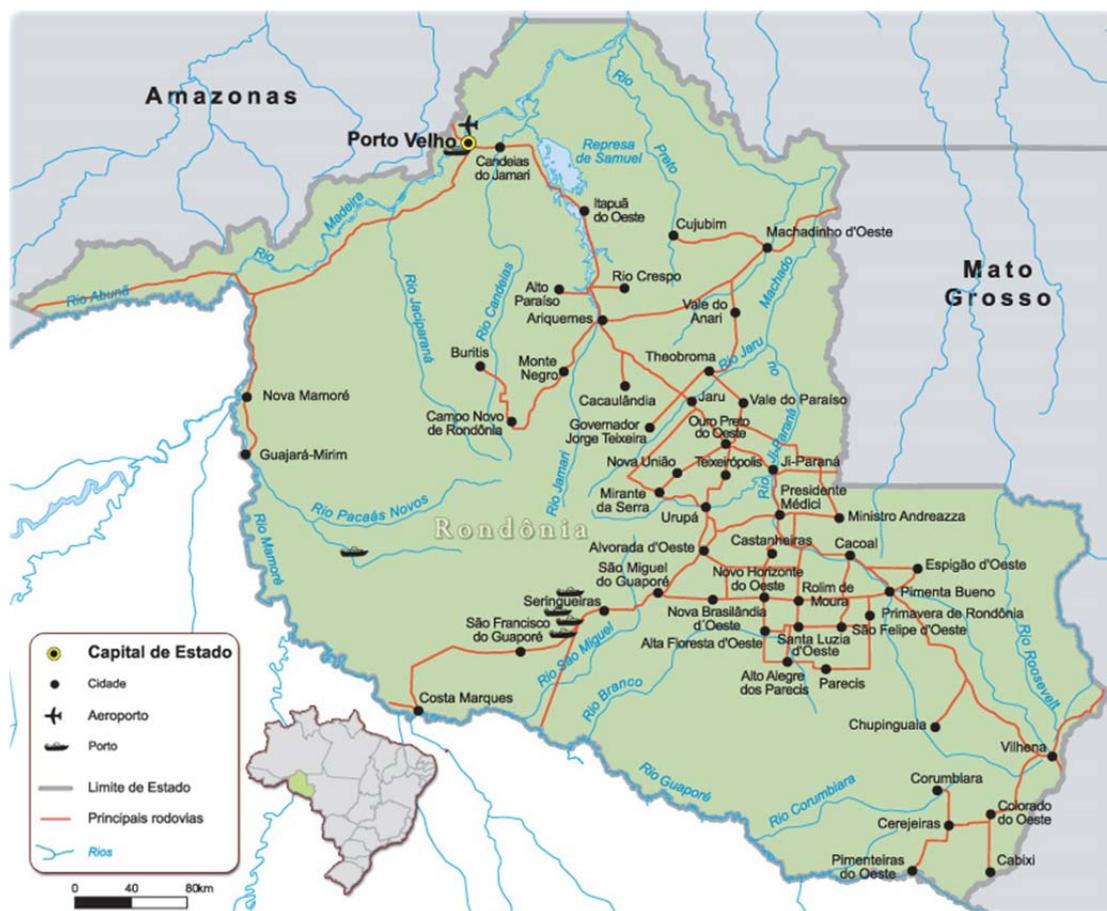
tecnologia – e, na sequência, aborda a estrutura organizacional do referido Projeto nos moldes rondoniense. Por fim, apresenta o contexto da implementação no estado de Rondônia, mais especificamente, na CRE-Vilhena destacando fragilidades observadas no Projeto.

1.1 CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEMMT NO ESTADO DE RONDÔNIA COM BASE NA EXPERIÊNCIA DO AMAZONAS

A opção da Seduc/RO por implementar o PEMMT deve-se a vários fatores, dentre os quais destacamos o de que Rondônia é o terceiro maior estado da Região Norte e o 13º do País, composto por 52 municípios e com extensão territorial estimada em 237.765 km². Em 2017, a estimativa populacional do estado de Rondônia foi de 1.805.788 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Dessa população, 519.436 habitantes concentram-se na capital do estado – Porto Velho (IBGE, 2017), estando, portanto, 1.276.352 habitantes distribuídos pelos demais 51 municípios existentes.

Por sua amplitude territorial e a baixa densidade demográfica, Rondônia apresenta muitas localidades de difícil acesso e povoações distantes uma das outras, o que compreende áreas classificadas como zona rural, florestas, rios, aldeias indígenas, ribeirinhos e quilombos. De modo geral, as vias de acesso são precárias e compostas por estradas de terra em péssimo estado de conservação, exigindo deslocamento a pé, ou em outras situações, via embarcações.

Figura 2 - Mapa de Rondônia (demonstrativo da hidrografia)



Fonte: Rondônia (2014).

Na figura 2 é possível observar a vasta hidrografia do estado - três bacias hidrográficas principais e uma secundária - o que contribui para a limitação de acesso às comunidades rurais. Já na figura 3, - observa-se as diversas reservas de proteção ambiental e as terras indígenas que compõem o grande espaço territorial do estado. A figura 2 ilustra ainda a dimensão do estado e suas regiões que são compostas de pequenos povoados rurais, como: assentamentos, quilombos, ribeirinhos, aldeias indígenas e povos das florestas, etc.

Figura 3 - Mapa de Rondônia (demonstrativo das reservas florestais e indígenas)



Fonte: Google Maps (2018)

Às peculiaridades geográficas destacadas, soma-se o fato de que o estado registra carência de professores devidamente habilitados para atender às localidades do interior. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2015, existiam no estado 2.979 docentes no Ensino Médio; em 2016, esse número caiu para 2.718. Uma redução de 261 professores no Ensino Médio da rede estadual. Desse quantitativo, 331 atendiam especificamente à educação da população do campo. (INEP, 2015; 2016).

Tal como exposto, características e condições diversas levaram a Seduc/RO a implementar o PEMMT, o que ocorreu a partir da experiência realizada no Amazonas, estado de características semelhantes no que tange a questões geográficas e também no desafio para a universalização do Ensino Médio. Assim, registra-se a seguir algumas

considerações acerca do ensino mediado no Amazonas com intuito de conhecer melhor o Projeto que deu base à proposta desenvolvida em Rondônia.

1.1.1 O Ensino Médio mediado por tecnologias no estado do Amazonas

O Amazonas, com realidade regional e de atendimento à demanda de alunos para o Ensino Médio semelhantes às vivenciadas por Rondônia, tendo alguns aspectos acentuados, tais como localizações de difícil acesso, procurou implantar políticas que assegurassem a disponibilidade do ensino ao alcance de todos. Dentre essas políticas, destaca-se a proposta do Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica (EMPMT), denominação do Projeto de ensino mediado nesse estado.

Segundo dados do IBGE (2017), o Amazonas possui 62 municípios com um quadro populacional estimado para 2017 em 4.063.614 habitantes. Pelo Censo de 2010, residiam na zona rural 728.495 pessoas. Ainda, o estado amazonense compreende uma extensão territorial de 1.559.146,876 km². Esses dados comprovam a abordagem de Serrão (2016) quando descreve que:

O governo do Estado do Amazonas enfrenta desafios que precisam ser superados constantemente, no que se refere à oferta educacional. Isso acontece tendo em vista as dificuldades de acesso às diversas cidades e comunidades distantes da capital Manaus e a incidência de fatores geográficos e climáticos. O estado do Amazonas possui uma área territorial muito grande, cortada por florestas e rios, e tem uma população com necessidades regionais únicas. (SERRÃO, 2016, p. 25).

Serrão (2016) destaca ainda que no estado do Amazonas, mesmo diante de ações com foco no ensino e de origem estaduais ou federais, a implementação de políticas educacionais não tem atendido a contento e nem suprido as necessidades no que se refere à população de 15 a 17 anos. O autor aponta que em 2016 quase 20% dos jovens estavam fora da escola ou com defasagem de estudos. Assim, o autor considera relevante que os fatores de fracasso das políticas educacionais sejam revistos a partir do ambiente escolar.

O EMPMT do Amazonas, considerado um Projeto em expansão, está fundamentado nas legislações educacionais vigentes e foi implementado como alternativa administrativo-pedagógica à população rural na qual não havia oferta do Ensino Médio. O propósito é atender à Meta 3 do PNE 2014-2024. Nas palavras de Serrão (2016), o EMPMT:

[...] trata da universalização do Ensino Médio e escolaridade média da população do campo e tem como prioridade atender à população que vive em localidades que não contam com rede regular de atendimento escolar presencial convencional ou em regiões de difícil acesso, além das situações emergenciais (SERRÃO, 2016, p. 29).

Tendo em vista os desafios apresentados pelo Estado do Amazonas para ofertar educação básica como um todo, é possível considerar os dados apontados pelo Observatório do PNE que demonstram que o Estado conseguiu atender, em 2015, 84% da sua demanda de jovens entre 15 a 17 anos (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2013). Assim, os dados apontados indicam que ações interventivas aderidas pela esfera estadual, tais como o ensino mediado pela tecnologia, têm colaborado de forma significativa nesse cenário. Nessa direção, “[...] com a implementação do Projeto, as distâncias foram relativamente encurtadas, levando a oportunidade de acesso ao Ensino Médio a milhares de cidadãos que se encontravam alijados do processo educacional” (COSTA, 2015. p. 29).

Acerca da estrutura inserida pelo Amazonas para executar a metodologia mediada, Serrão (2016) destaca que essa conta com um centro de mídias que é dotado de uma equipe gestora capacitada e também com uma equipe técnica que faz o acompanhamento pedagógico, as formações, o levantamento e a análise dos dados do Projeto. Também dispõe de uma coordenação técnico-pedagógica que é responsável pelo acompanhamento do programa nas escolas, o que ocorre juntamente com outros coordenadores das regionais e diretores escolares, denominados diretores das escolas matrizes. Quanto a sua proposta pedagógica, o Estado amazonense apresenta proposta organizada e compreendendo aos três anos do Ensino Médio, tudo em acordo com os preceitos legais compreendendo dias e horas estabelecidos em lei.

A metodologia adotada pelo Projeto apresenta características do ensino híbrido que atualmente abrange organizações regulares e tradicionais de ensino e aprendizagem, agregando a tecnologia como importante recurso e ocorrendo por meio de métodos de transmissão, recepção e interação assíncronas e síncronas. Os papéis de professor e alunos nesse caso incluem outras características se comparado ao ensino presencial: “o ensino híbrido é uma mistura metodológica que impacta a ação do professor em situações de ensino e a ação dos estudantes em situações de aprendizagem (BACICH, 2015, p 47)”.

[...] o ensino híbrido tem como objetivo construir uma prática pedagógica inovadora que potencialize o aprendizado dos alunos por meio de tecnologias digitais. A presença de tecnologias adaptativas não diminui a importância do professor nas escolas, apenas modifica o seu papel. Nessa nova concepção de aprendizagem, o docente é um arquiteto do conhecimento e precisa mostrar para o aluno que existem diferentes formas de construir o saber. O uso das tecnologias serve como combustível bastante diversificado de ferramentas que podem estimular e facilitar o processo de aprendizagem, e cabe ao professor ensinar o aluno como utilizá-la de forma crítica e produtiva. (BACICH; TANZI; TREVISANI, 2015, p. 80).

O Ensino a Distância, especificamente, traduz, mesmo que indiretamente, a interação promovida entre professor e o aluno, conforme defende Belloni (2008). Ou seja, as pessoas estão em locais diferentes, bem como em tempos diferentes, mas é possível promover a interação entre elas. Sendo que quando essa ocorre em momentos diferentes, é caracterizada como uma comunicação assíncrona; por outro lado, é síncrona se ocorre em locais diferentes, mas no mesmo momento, tal como aulas em tempo real. Essa segunda opção insere-se na proposta metodológica aplicada pelo PEMPMT do Amazonas que, entre outras ações, agregou à cultura educacional uma evolução do ensino convencional. Observa-se, portanto, outra perspectiva de ensino presencial que ocorre a partir do uso de recursos tecnológicos via satélite e informatização.

A partir das considerações de Serrão (2016), no centro de mídias do Amazonas o professor ministrante desenvolve suas aulas, que são transmitidas via satélite, e a internet é utilizada para a interatividade. Nesse centro o professor presencial faz a intermediação com os professores ministrantes que estão no estúdio. Desenvolvem-se, ainda, projetos de pesquisa e atividades extraclasse, essas demandadas nos planos das disciplinas; ressalva-se que são ações que requerem conhecimentos pedagógicos e também conhecimentos de diversos recursos midiáticos e técnicos para manipular os aparelhos tecnológicos, o que ocorre tanto pelos docentes do estúdio quanto pelos presenciais nos polos. Acerca dos professores presenciais, Costa (2015) destaca que esses são contratados com a finalidade específica de atuar no EMPMT, o que demanda ações da equipe pedagógica do centro de mídias para realizar contínuas formações com os profissionais inseridos no Projeto.

A proposta de monitoramento do EMPMT na realidade amazonense, conforme descreve Serrão (2016), deve ser realizada pela equipe de assessoria pedagógica do centro de mídias quinzenalmente. Essa equipe possui a incumbência de preencher

formulários específicos que avaliam o professor presencial, os alunos, o local, os equipamentos e todos os demais elementos que compõem a permanência do estudante na sala de aula. Entretanto, essa ação de monitoramento não foi posta em prática, tal como previsto inicialmente, diante das impossibilidades de deslocamento conforme planejado. Os resultados de Costa (2015) acerca desse Projeto registram que existe a necessidade de: “[...] implementação de monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades técnicas e pedagógicas realizadas pelos Professores Presenciais no cotidiano escolar” (p. 08).

É registro ainda que o Amazonas, em 2009, expandiu a oferta do ensino mediado para o Ensino Fundamental na modalidade EJA. Essa expansão almejava, inicialmente, atender às situações de emergência em localidades específicas, mas passou também a ofertar o Ensino Fundamental nas séries finais do Ensino Regular por meio da metodologia de Mediação Tecnológica (SERRÃO, 2016) ocorreu, em 2012, a aprovação das séries iniciais do Ensino Fundamental na modalidade EJA.

1.1.2 A implementação do PEMMT em Rondônia com base na proposta desenvolvida no Amazonas.

A utilização da incorporação de metodologia semelhante ao do Amazonas em Rondônia surgiu como uma alternativa diante da semelhança geográfica e por essa opção ser considerada uma medida emergente para atender as peculiaridades existentes no Estado. A intenção de agregar ideias de outras localidades para garantir a universalização do Ensino Médio é uma alternativa que vem a atender, inicialmente, a questões de acesso. Contudo, para melhor compreensão do cenário com vistas a analisar a qualidade do ensino ofertada, será analisado como o Projeto se desenvolve na prática dentro da realidade do estado de Rondônia.

A implementação do PEMMT no estado de Rondônia, em 2016, atendeu ao exposto na meta 3 do Plano Estadual de Educação de Rondônia (PEE/RO) construído em consonância com PNE 2014-2024. O PPE/RO foi elaborado diante da realidade rondoniense, enfatizando as demandas e as necessidades de melhoria no âmbito educacional, contento projeções sobre a implementação de políticas públicas, além dos investimentos nas políticas já existentes. Acerca da realidade rondoniense, registra-se que:

O Estado de Rondônia, conforme pesquisas, tem vivenciado um círculo virtuoso de crescimento e desenvolvimento, cuja sustentabilidade representa um grande desafio e impõe diversas demandas. Dentre as quais, evidencia-se claramente a necessidade de intensificar investimentos na expansão do Ensino Médio com qualidade. Estudos sobre estimativas de demandas educacionais no Ensino Médio apontam para cenários que necessitam não só de aportes de recursos financeiros e humanos para ampliar a oferta de vagas àqueles que venham requerer, mas também, o fortalecimento institucional na execução das políticas traçadas para o Ensino Médio. (RONDÔNIA, 2015, p. 40)

A partir de dados do PEE/RO do ano de 2013 registra-se que das 227 escolas que atendiam o Ensino Médio no estado, 37 eram rurais. O Plano destaca que 79% da demanda pelo Ensino Médio era atendida pela esfera estadual de ensino. Tais informações são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 1 - Escolas que Atendem o Ensino Médio Regular (2013)

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	TIPO	QUANTIDADE DE ESCOLAS
Estadual	Urbana	150
	Rural	28
Federal	Urbana	4
	Rural	2
Municipal	Rural	0
Particular	Urbana	36
	Rural	7
TOTAL		227

Fonte: RONDÔNIA (2015, p.40).

Por meio do quadro 1 é possível perceber que havia em 2013 o quantitativo de 30 escolas localizadas na zona rural que atendiam ao Ensino Médio no estado, o que corresponde a um percentual de 15%; enquanto que na zona urbana esse quantitativo era de 197 instituições. A esfera estadual se sobressai, uma vez que a etapa final da Educação Básica está sob sua responsabilidade, conforme pacto federativo. As turmas de Ensino Médio atendidas na zona rural, local no qual residem os alunos, em regiões não urbanizadas, são compostas pela população denominada “população do campo, os povos da floresta e dos rios, os indígenas, quilombolas ou afrodescendentes” (BRASIL, 2013, p. 90). Nesses casos, as aulas são ofertadas em salas cedidas por escolas municipais por meio da realização de parcerias.

A considerar o número de matrículas existentes, conforme apresentado no quadro 2, a seguir, constata-se que essas somam, na rede estadual, 3.055 alunos³. Como visto, até o ano de 2013, a rede estadual de ensino agregou a maioria das matrículas na área rural em salas de ensino regular. O quadro 2 apresenta o número de matrículas por rede e faixa etária dos estudantes.

Quadro 2 - Matrículas no Ensino Médio em localidades rurais por faixa etária (2013)

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	FAIXA ETÁRIA								TOTAL
	<15	15	16	17	18	19	20	20>	
Estadual	41	344	695	782	558	237	111	287	3.055
Federal	27	218	270	230	150	69	12	10	986
Total	68	562	965	1012	708	306	123	297	4.041

Fonte: RONDÔNIA (2015, p. 42).

Também por meio dos dados do quadro 2, é possível identificar que 75,6% dos alunos da população rural foram atendidos pela rede estadual correspondente a 3.055 estudantes. Em dados apresentados pela Seduc/RO, 4.656 estudantes estavam matriculados no Ensino Médio do Campo no ano de 2014 (RONDÔNIA, 2015, p. 59), etapa educacional implantada em 2003 como Programa de Ensino Médio no Campo de Rondônia (PROEMCRO). Esse Projeto, de caráter experimental, foi autorizado por meio da Portaria 426-GAB/SEDUC/2006 com vigência de três anos. O PEE/RO descreve que:

Posteriormente, em 2007, a Secretaria de Estado da Educação elaborou um novo Plano Educacional para o Ensino Médio do Campo, de forma a atender a legislação vigente, tendo sua abrangência também aos povos que ocupam os espaços da floresta, quilombolas, pesqueiros e extrativistas. (RONDÔNIA, 2015, p. 57)

O quadro 2 demonstra, ainda, que dos 3.055 estudantes da esfera estadual, 39% dos alunos matriculados no ano de 2013 possuíam 18 anos ou mais. Incluindo as esferas estadual e federal, há um percentual de aproximadamente 35,5% dos jovens inseridos no Ensino Médio com 18 anos ou mais, considerando o total de 4.041 matrículas. Condição essa que demonstra problemas no fluxo escolar, considerando que o Ensino Médio deveria ser concluído aos 17 anos sem haver interrupção da sequência linear da Educação Básica, dado os nove anos do Ensino Fundamental. Importante destacar que,

³ Esse total contabiliza os alunos das salas cedidas pela rede municipal, mesmo não sendo considerados no Censo Escolar como aluno de zona rural. A computação desses dados torna-se possível por tratar-se de dados internos do estado.

no 9º ano do Ensino Fundamental, nesse mesmo ano, 2013, havia 5.879 estudantes matriculados em escolas rurais, incluindo escolas municipais e estaduais de acordo com dados obtidos no site QEDu (2017). Alunos estes que deveriam ingressar no Ensino Médio e que traduz a diferença de 1.838 estudantes que não efetivaram matrícula nesse segmento, como também o realizaram na esfera estadual e/ou federal de ensino no âmbito da zona rural, supostamente, devem ter migrado para a zona urbana e ou evadido dos bancos escolares.

O Educação do campo no estado de Rondônia inclui atendimento em áreas quilombolas, Escolas Familiares Agrícolas e o Projeto Ensino Médio do Campo, conforme aborda o panorama do estado realizado pelo PEE/RO em 2015. Esse apresenta dados de atendimento de matrículas no Ensino Médio, sendo: Escolas em áreas quilombolas com 66 matrículas, Escolas Família Agrícola com 813 alunos (utiliza a pedagogia da alternância) e no Ensino Médio do Campo com 4.656. (RONDÔNIA, 2015, p. 60-61)

Entretanto, nesses dados do Ensino Médio do Campo, acredita-se, não estão discriminados os estudantes de zona rural, em dados gerais nacional, uma vez que são as escolas estaduais urbanas responsáveis pelas matrículas dos estudantes, automaticamente, nos dados cadastrados no Censo Escolar, eles são considerados estudantes urbanos. Atualmente, o Ensino Médio do Campo está amparado pela Portaria 2310 GAB/SEDUC/2016 que está em vigor. A orientação e a organização curricular desenvolvida nessa etapa de ensino, com suas especificidades, estão detalhadas no PEE/RO (2015), conforme segue:

O currículo de Ensino Médio do Campo observa o elenco de componentes curriculares estabelecidos para o Ensino Médio, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, parecer nº 36/CEB/CNE/2001, sendo acrescentado o componente curricular de Noções Básicas da Agroecologia e Zootecnia (NBAZ) para o desenvolvimento de habilidades específicas do educando. (RONDÔNIA, 2014, p. 57)

Ao considerar o quantitativo de estudantes, o déficit de professores habilitados para atender a clientela em questão, somada à realidade de acesso até algumas regiões, foi o que embasou a criação do Projeto Educacional de Atendimento Mediado pela Tecnologia de modo a atender as necessidades existentes. Segundo dados fornecidos pela Gerência de Educação da Seduc/RO, atualmente, o PEMMT atende a 122 escolas, com um total de 218 turmas que com um total de 4.366 estudantes matriculados,

considerando 1º e 2º anos do Ensino Médio entre escolas rurais e urbanas (RONDÔNIA, 2017).

O quadro 3 apresenta o número de estudantes do Ensino Médio inseridos na zona rural na rede estadual de ensino nos anos de 2015 e 2016.

Quadro 3 - Número de Matrículas Ensino Médio anos de 2015 e 2016 (rede estadual/ RO)

ANO	ZONA RURAL	ZONA URBANA
2015	3.744	53.085
2016	3.468	49.520

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2016).

Em comparação à zona urbana, os dados mostram que nos dois anos observados no quadro 3, apenas 7% correspondia a matrículas em zona rural. Ressalta-se que essa clientela não pode ficar desassistida, por motivo algum, seja pelas localidades com dificuldades de acesso, seja pela falta de professores para atender as referidas salas de aula.

De acordo com o Setor de Recursos Humanos (RH) da CRE-Vilhena⁴, o governo do estado de Rondônia possui um mecanismo de contratação de professores emergenciais, no caso de ausência de professores efetivos. Entretanto, mesmo com esse mecanismo, o Estado não consegue suprir a necessidade, sempre há um déficit de professores em áreas consideradas críticas pela falta de professores habilitados, tais como ocorre nas disciplinas de Matemática, Química, Física Biologia e Educação Física. Situação agravada nas localidades de difícil acesso. Também, por meio de informações do RH da CRE-Vilhena, anualmente abre-se edital para contratação emergencial após levantamento das necessidades por local, entretanto, a necessidade nem sempre é suprida nessas regiões. Destaca-se, ainda, que o trâmite para contratação é lento.

O quadro 4 apresenta um panorama de docentes da Educação Básica da rede pública estadual por situação funcional em Rondônia nos anos 2015-2016.

⁴ Informação obtida em 2017 por meio de entrevista ao responsável pelo setor RH.

Quadro 2 - Docentes da Educação Básica na rede pública estadual por situação funcional em RO (2015-2016)

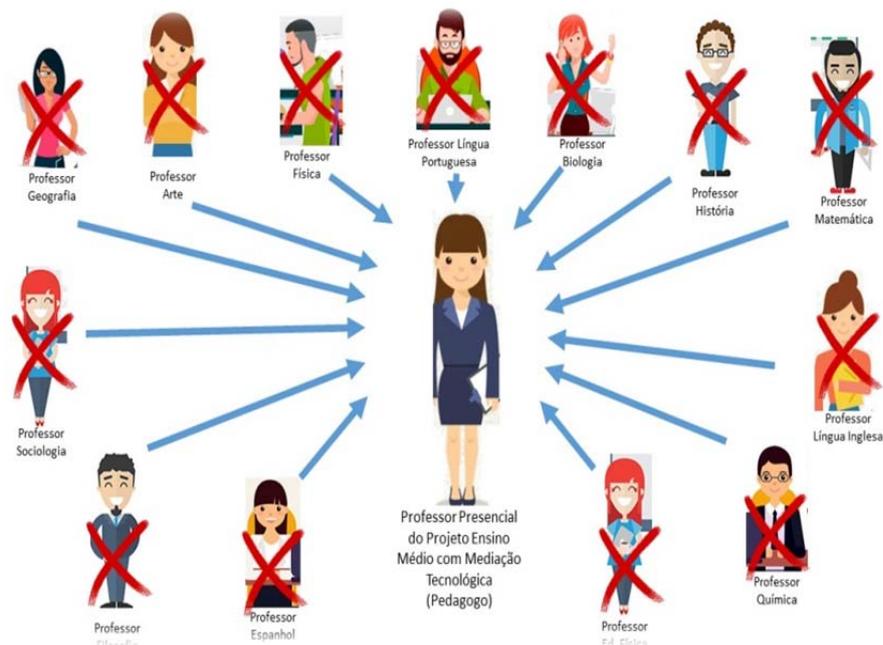
SITUAÇÃO FUNCIONAL	2015	%	2016	%
Efetivo/concursado/estável	6759	83,6	6.252	78
Contrato temporário	884	11	679	8,5
Contrato Terceirizado	31	0,4	958	12
Regime CLT	407	5	126	1,5
Total	8081	100	8015	100

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2016).

Tendo em vista os dados apresentados pelo INEP em 2016 (Quadro 4), o número de docentes efetivos da rede pública estadual teve uma pequena redução em relação ao ano de 2015. O mesmo ocorreu com contratos temporários e regime CLT. Entretanto, registrou-se um aumento na contratação terceirizada, fato que poderá estar condicionado a implementação, em 2016, do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (IDEP). O instituto foi criado por meio da Lei Complementar Nº 908/2016, (RONDONIA, 2016) e possui em sua estrutura legal a constituição de quadro próprio de colaboradores, o que inclui estagiários, pesquisadores, docentes de outras instituições, instrutores, mediadores, técnicos, prestadores de serviço e menores aprendizes (RONDÔNIA, 2016, p. 2-3).

Há ainda de se supor que a redução no quadro funcional de professores efetivos emergenciais também esteja vinculada à condição de implementação do PEMMT, considerando que para o Projeto exige a atuação de apenas um de professor presencial com atuação unidocente em cada sala de aula, conforme figura 4. Os documentos legais que amparam o Projeto solicitam que seja lotado professor, de preferência, com contrato de pedagogo e 40h de trabalho (CRE-Vilhena, 2018).

Figura 4 - Esquema Professor Presencial lotado nas salas de aula do PEMMT em RO.



Fonte: Rondônia (2016a).

Ainda sobre a implementação do PEMMT em Rondônia, há uma diferenciação do Projeto amazonense, uma vez que foi adicionada a oferta de Curso Técnico Profissionalizante. No momento está em execução o curso Técnico em Cooperativismo em concomitante ao Ensino Médio, o que ocorre em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte. Nesse caso, toda a sistemática organizacional e instrumentais pedagógicos utilizados e prazos atendidos para o desenvolvimento das aulas são de acordo com a proposta pedagógica do Núcleo de Educação a Distância do IFRO.

1.1.3 Estrutura Organizacional do Projeto PEMMT em Rondônia

A aprovação do PEMMT ocorreu pelo Conselho Estadual de Rondônia (CEE/RO) e pelo Parecer N° 32/13, Resolução N° 1.166/13 que autorizou a Seduc/RO a implementar o Projeto a partir de 2014, bem como a emitir Atos de Autorização de Funcionamento às escolas da rede pública estadual de ensino. Seu início ocorreu em 2016 e proporcionou atendimento ao 1° ano do Ensino Médio e, gradativamente, foi expandido aos anos subsequentes, amparado pela Portaria N° 2.264, de 2016. Assim, o referido Projeto foi instituído pela Lei N° 3.846, de 2016. E, o artigo 1° dessa lei registra que a instituição do PEMMT, no âmbito da Seduc/RO, tem como objetivo “implantar o Projeto aos estudantes que residem na zona rural, cujas localidades são de difícil acesso,

com demanda reprimida ou em localidades onde houver carência de profissionais habilitados” (RONDÔNIA, 2016b, p. 1).

Sobre o PEMMT:

O Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica integra os referenciais clássicos de educação às novas tecnologias e aos meios de telecomunicação, colocando-os a serviço de uma proposta educativa inovadora. No entanto, para atingir o alunado distribuído pelas Comunidades do Campo em municípios entrecortados por rios e florestas, dadas as características geográficas peculiares do Estado de Rondônia, cuja área atinge mais de duzentos mil quilômetros quadrados é necessário uma solução tecnológica integrada, uma rede de comunicação multisserviços capaz de romper o conceito de separação física entre aluno e professor, aproximando-os pela integração virtual, mediada pela tecnologia de comunicações e por sistemas interativos. Recursos amparados por uma excelência na conceituação, formatação e produção de conteúdos programáticos em padrão compatível com os meios adotados. Para operacionalização do Projeto, foi firmado um convênio com o IFRO para a oferta de serviços técnicos especializados (RONDÔNIA, 2016e. p. 60-61).

Portanto, tal como exposto, o Projeto prevê uma metodologia educacional mediada pela tecnologia, pressupondo uma estrutura física adequada e específica. Na prática, para atender a exigência de um estúdio de gravação equipado, a Seduc/RO, por meio de convênio com Instituto Federal do Rondônia (IFRO), localizado na capital do estado, Porto Velho, utiliza os estúdios do IFRO que estão instalados no Campus Zona Norte. A estrutura local (salas de aula com os alunos) necessária para a transmissão é composta de: sala de aula adequada com TV de no mínimo 50 polegadas, antena parabólica com componente adequados para recepção via satélite, receptor, computador, impressora, internet, notebook para cada aluno. Também de praxis o uso de materiais de expediente.

A possibilidade de solução tecnológica integrada a partir da parceria com o IFRO permitiu uma estrutura de recepção e transmissão das teleaulas com antena conectada ao satélite por meio de VSATs⁵ bidirecionais (RONDÔNIA, 2015); ainda, permite que as aulas cheguem em tempo real nas salas de aula nos mais diversos locais.

⁵ O sistema VSAT (*Very Small Aperture Terminal*) surgiu na década de 90 e consolidou o espaço como mais um meio físico para o uso das comunicações. Sua principal característica é a necessidade de uma menor banda nos *transponders*, utilização de antenas menores e, em consequência, a utilização de mais potência no *uplink* e *downlink*. São utilizados frequentemente em regiões remotas, onde a infraestrutura local (cabos metálicos, enlaces de microondas ou fibra ótica) é pouco desenvolvida. Um bom exemplo para estes casos são os telefones rurais e telefones/fax para o ramo marítimo. Apesar disso, observa-se um aspecto importante em sua utilização... sua maior vantagem é a rápida instalação, quando o satélite já está em órbita, e a distribuição da informação em ampla escala que esta rede é capaz de oferecer. (VSAT, 2002, p.01).

Além das especificações técnicas do sistema de antenas de recepção via satélite, há a necessidade de adequações de componentes específicos para cada caso e local, alternando entre LNB monoponto e ou multiponto⁶. Esse se trata de um conversor de frequência que fica acoplado na ponta da antena parabólica. A diferença do multiponto é que esse possui ampliada captação de sinal do satélite com bipolaridade sendo vertical e horizontal, enquanto o monoponto restringe apenas em uma polaridade.

Vale salientar que no ano de 2016 foram enviados para as escolas polos equipamentos na especificação monoponto; em 2017 substituíram-se algumas por multiponto. Contudo, em 2018, não foi substituído por completo os equipamentos adaptáveis para as localidades que necessitavam adicionar os aparelhos para atender a dualidade ou triplicidade de salas para os três anos do Ensino Médio, ficando na responsabilidade da CRE a aquisição das necessidades (CRE-Vilhena, 2018).

Também no ano de 2018 incluiu-se o 3º ano do Ensino Médio, tal como previsto na proposta de implementação gradativa do Projeto. Entretanto, essa implementação não contou com avanços necessários na infraestrutura, o que pode ser decorrência da falta de planejamento, ou mesmo pela redução do orçamento do governo do Estado, não sendo, portanto, organizada a montagem de um terceiro estúdio de gravação, visto que o IFRO dispõe apenas de dois estúdios. Desse modo, o ano letivo iniciou com a seguinte organização: o 2º e 3º ano ocorre transmissão no horário vespertino e 1º ano no horário matutino – as aulas são gravadas e repassadas no vespertino aos estudantes do 1º ano – essa condição ocasionou problemas na execução do Projeto e que serão posteriormente detalhados.

Apenas no final do mês de maio deste ano é que a transmissão passou a ocorrer no período vespertino, contudo na condição gravada. Ou seja, os professores fazem a gravação das aulas pela manhã e a transmissão ocorre no turno vespertino. Dada essa

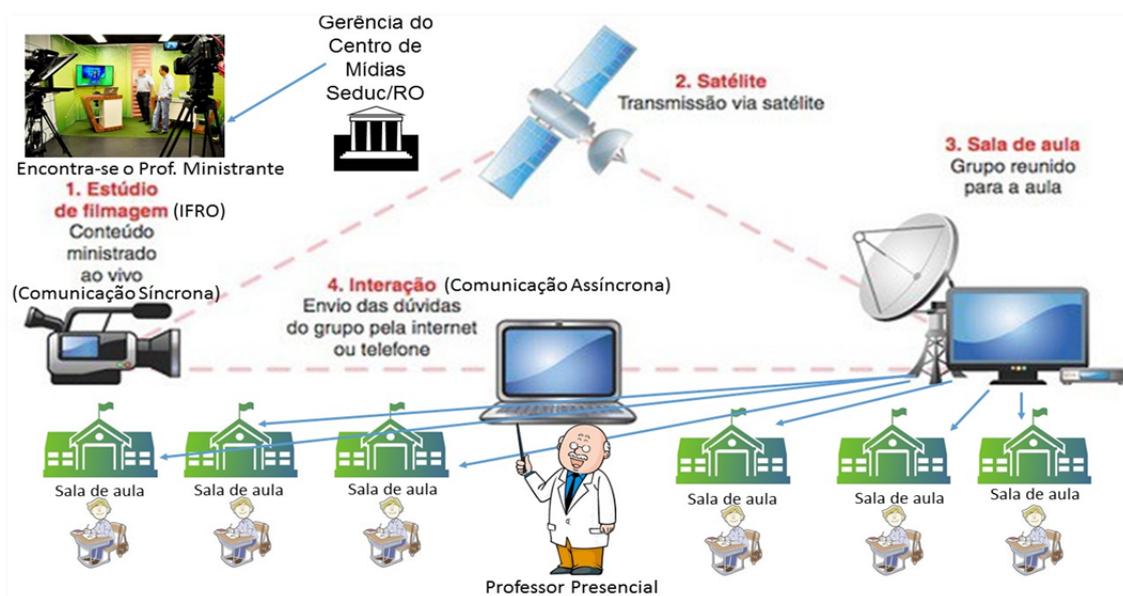
⁶ O LNB (Low Noise Block) ou LNBF (Low Noise Block Feedhorn) é um componente encontrado na ponta de uma haste no centro da antena. Ele é usado para a recepção de sinais de satélites emitidos na faixa de frequência das ondas eletromagnéticas do tipo microondas. Todos os LNBF's convertem as frequências recebidas do satélite em Banda C ou Ku para a Banda L (na faixa entre 950 e 2.050 MHz) na saída para o receptor. A diferença está no "F" da sigla LNBF significa que o LNBF já tem um Feedhorn (Alimentador ou Iluminador), o que acarretaria na qualidade e força do sinal captado. Também recebe sinal em apenas uma polaridade, vertical ou horizontal no caso da transmissão linear; direita ou esquerda no caso da transmissão circular. **O Monoponto não permite ligar dois receptores na mesma antena utilizando um divisor**, pois entrariam em curto circuito quando um deles estiver sintonizando canal da polaridade Vertical e o outro da Horizontal. Já o Multiponto Banda C, troca de polarização utilizando frequências diferentes e uma única voltagem. Também possui apenas uma saída, e podemos **ligar vários receptores no mesmo LNBF utilizando um divisor**, pois ambos utilizam a mesma voltagem para ambas as polaridades (Vertical e o outro da Horizontal), quando se utiliza os dois receptores ao mesmo tempo é recomendado desativar a alimentação de um deles. (GIGASAT, 2015, p 01).

reorganização, a interação é feita pelo professor que fica oculto no local de transmissão para tirar as dúvidas que chegam via chat (CRE-Vilhena, 2018).

Todavia, os demais aparatos tecnológicos, excetuando a disponibilidade da internet, disponíveis e condições existentes nas salas de aula ficam sob a responsabilidade da jurisdição da CRE-Vilhena. Considerando o momento atual, a internet já está instalada em algumas localidades, porém não atende as necessidades reais, conforme destaca a própria CRE-Vilhena (2018). Registra-se ainda que foi disponibilizado para cada localidade, nas quais há turmas do Projeto, apenas 2 megabytes de velocidade para cada escola polo. E, além disso, ocorre que em algumas localidades a internet não conecta.

Na tentativa de apresentar a estrutura de equipamentos necessários e indispensáveis à execução das aulas por meio da metodologia adotada pelo Projeto, a figura 5 demonstra um esquema ilustrativo da disposição e utilização dos equipamentos tecnológicos de recepção, transmissão e interação.

Figura 5 - Esquema demonstrativo do processo de transmissão das aulas PEMMT/RO.



Fonte: adaptado de Rondônia (2016c).

O esquema demonstrado na figura 5 apresenta a sistemática de transmissão ocorrida (ocorre em parte no atual contexto) no PEMMT. O sistema de comunicação: recepção e interação:

1. Estúdio de filmagem – sob a responsabilidade da equipe de EaD do IFRO, é o espaço no qual se localiza o estúdio e a equipe gerencial do Projeto Mediação Tecnológica da Seduc. Nesse ocorre a realização das aulas em tempo real,

caracterizando a comunicação síncrona (ao vivo). Nesse ambiente encontram-se dois professores para a aula em transmissão, esses são habilitados em cada área de conhecimento (componente curricular); um deles tem a responsabilidade de explicar o conteúdo e o outro de interagir com os alunos via chat por meio da plataforma de Aprendizagem (AVA) (CRE-Vilhena, 2018).

2. Satélite – Recurso por meio do qual ocorre a captação do sinal transmitido ao satélite (sistema fechado) e faz a distribuição a todos os pontos (receptores) existentes no estado, dando, assim, condições da transmissão ocorrer ao vivo (CRE-Vilhena, 2018).

3. Sala de aula – segundo CRE-Vilhena (2018), ambiente mediado pelo professor presencial, o qual dispõe do receptor⁷ que recebe o sinal da transmissão diária das aulas de cada turma em canal específico e expressa na TV. Não necessita de assinatura (atende aos requisitos do sinal fechado IFRO); Gravador pessoal de vídeo programável⁸ - permite gravação com pen drive direto no receptor com programação do tempo. (TS DO BRASIL, 2017).

4. Interação – Permite o envio das dúvidas do grupo pela internet ou telefone e caracteriza a comunicação assíncrona, não simultânea. Esse mecanismo serve para dirimir dúvidas dos estudantes no decorrer da explicação decorrida na transmissão da aula por meio do Chat disponibilizado para cada ano escolar, como descreve a CRE-Vilhena (2018). Entretanto, esse recurso prevê o acesso à internet em todas as escolas polo e salas do Projeto, cujo recurso não foi ainda disponibilizado. Desse modo, os professores possuem um grupo de chatzap por meio do aplicativo Whatsapp, que colabora nesse sentido. Destaca-se, porém, que esse não é o ideal. Uma vez que além de depender da disponibilidade da internet móvel, não é o recurso mais apropriado para dirimir dúvidas que, geralmente, são de mais de um aluno. Ainda, a estrutura do recurso não permite fácil acesso e retorno as mensagens anteriores. Interações por esses recursos tendem a ser confusas e perderem-se na interação.

Exposto o processo de transmissão e recepção, bem como os meios pelos quais chegam em cada sala as aulas transmitidas, considera-se, relevante, apresentar a Matriz

⁷ Os receptores possuem as especificações DVBS Modelo: F11 Ref: 2100102001, com Conexão USB 2.0 frontal; Saída de vídeo componente (Y.Pr&b); Saída de áudio digital (SP DIF coaxial); Suporta serviço de Teletexto e EPG; Busca cega de canais, sistema NTSC / PAL-M; Formato do sinal de vídeo 16:9 ou 4:3.

⁸ Diante das informações técnicas obtidas com Técnico da Seduc/RO, esse equipamento é de qualidade inferior e a Seduc, nas próximas aquisições, procurará por produtos de melhor qualidade, inclusive com a opção de uso do cabo HDMI e com recursos mais robustos de proteção contra queima da placa.

Curricular (quadro 5) executada pelo PEMMT; além de destacar as suas peculiaridades adaptativas para atender a população alvo.

Quadro 5 - Matriz Curricular - Ensino Médio com Mediação Tecnológica - Diurno – 2016.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	ANOS/ CARGA HORÁRIA						CARGA HORÁRIA TOTAL
		BASE NACIONAL COMUM			PARTE DIVERSIFICADA			
		1º CH	2º CH	3º CH	1º CH	2º CH	3º CH	
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	86	72	86	-	-	-	244
	Arte	24	24	20	-	-	-	68
	L.E.M. - Língua Inglesa	40	40	40	-	-	-	120
	L.E.M. - Língua Espanhola	38	34	32	-	-	-	104
	Educação Física	40	40	32	-	-	-	112
MATEMÁTICA	Matemática	72	64	72	-	-	-	208
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Química	72	64	72	-	-	-	208
	Física	72	64	72	-	-	-	208
	Biologia	72	64	72	-	-	-	208
CIÊNCIAS HUMANAS	História	72	64	64	-	-	-	200
	Geografia	72	64	64	-	-	-	200
	Sociologia	32	24	24	-	-	-	80
	Filosofia	32	24	24	-	-	-	80
	História do Estado de Rondônia	-	-	-	-	-	40	40
	Geografia do Estado de Rondônia	-	-	-	-	-	40	40
	Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia - NBAZ	-	-	-	36	32	-	68
SUBTOTAL		646	568	602	114	106	152	2.188
TOTAL PARCIAL								
ATIVIDADES EXTRACLASSE – AE								
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	04	08	04	-	-	-	16
	Inglês	-	-	-	-	-	-	-
	Artes	08	16	12	-	-	-	36
	Educação Física	-	-	-	-	-	-	-
MATEMÁTICA	Matemática	08	16	08	-	-	-	32
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Química	08	16	08	-	-	-	32
	Física	08	16	08	-	-	-	32
	Biologia	08	16	08	-	-	-	32
CIÊNCIAS HUMANAS	História	08	16	08	-	-	-	32
	Geografia	08	16	08	-	-	-	32
	Filosofia	08	16	08	-	-	-	32
	Sociologia	08	16	08	-	-	-	32
	NBAZ	04	08	-	-	-	-	12
Subtotal		80	160	80	-	-	-	320
Total Geral		838	834	834	-	-	-	2.508

Fonte: RONDÔNIA, (2016c).

A referida Matriz Curricular, contida no anexo único da Portaria 2264/16, segue os preceitos da Legislação Nacional e está distribuída por área de conhecimento,

conforme propõe os PCNs. Enfatiza o desenvolvimento de habilidades e competências em culminância com os componentes curriculares obrigatórios estabelecidos pela LDB/96, que segundo a proposta do projeto do curso são:

I Área de Linguagens: a) Língua Portuguesa, incluindo os conteúdos de Literatura, com ênfase na Literatura Brasileira; b) Língua Materna, para populações indígenas; c) Língua Estrangeira Moderna, sendo oferecidas a Língua Inglesa como obrigatória e a Língua Espanhola de oferta obrigatória para a escola e de matrícula optativa para o aluno; d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical; e) Educação Física. **II –Matemática:** a) Matemática. **III -Ciências da Natureza:** a) Biologia; b) Física; c) Química. **IV -Ciências Humanas:** a) História; b) Geografia; c) Filosofia; d) Sociologia. Além dos componentes curriculares obrigatórios tratados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica e do Ensino Médio, **o currículo do Ensino Médio com Mediação Tecnológica será acrescido dos seguintes componentes curriculares na Parte Diversificada: I –História do Estado de Rondônia e Geografia do Estado de Rondônia, em observância ao disposto no artigo 258 da Constituição Estadual e nas normas do Sistema Estadual de Ensino; II –Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia –NBAZ, para atendimento às peculiaridades locais.** Os conteúdos curriculares serão desenvolvidos conforme Referencial Curricular de Rondônia. (RONDÔNIA, 2016e, p. 15-17).

A matriz compõe, em sua totalidade, para atender os três anos do Ensino Médio, a carga-horária de 2.508h. Também trata de um componente curricular específico denominado NBAZ⁹. Esse componente dá subsídios às características locais para atender aos estudantes da zona rural, que o caracteriza ensino do campo.

É previsto ainda, no bojo do Projeto, que em condições excepcionais, poderá ter atendimento à zona urbana em localidades que haja a insuficiência de professores habilitados, adotando a mesma metodologia do ensino mediado pela tecnologia e seguindo a organização de realizar a veiculação de módulos/componentes curriculares por ano escolar.

Ainda sobre o desenvolvimento do Projeto, o documento orientador descreve que a prática ocorrerá “através de transmissão via satélite, incluindo acesso simultâneo ao chat via Internet em Banda Larga, sendo obrigatória a presença dos alunos em sala de aula em, no mínimo, 75% das aulas dadas (RONDÔNIA, 2016e, p. 45)”.

Quanto a sua metodologia:

⁹ Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia.

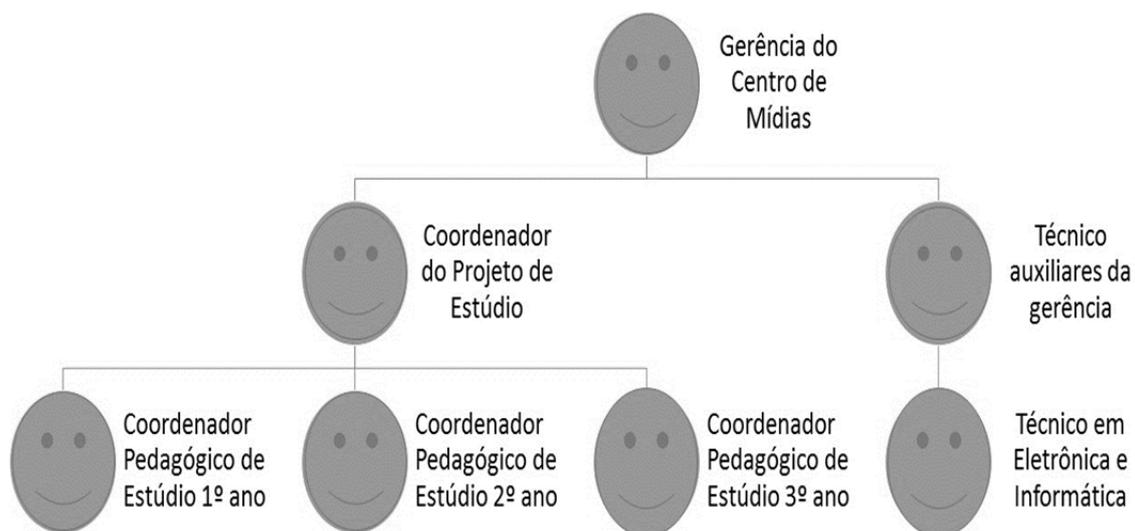
A metodologia do Projeto exercita o imperioso respeito no espaço da sala de aula destinado a ouvir e, ao apropriar-se da informação fica o aluno credenciado às críticas reflexivas, fundamentando os pertinentes debates posteriores e também à tomada de consciência do quanto se pode produzir intelectualmente ao otimizar-se o tempo destinado as dinâmicas locais (DLs), que são os momentos destinados aos exercícios lançados pelo professor do estúdio a serem trabalhados e discutidos pelo professor presencial com os alunos e posterior retorno ao professor ministrante. (RONDÔNIA, 2016e, p 45).

Quanto às funções a serem desempenhadas, o PEMMT instituiu, por meio da Portaria 2264/16, a distinção de funções e atuações dos atores, assim como suas atribuições que subsidiarão a execução do Projeto e seu desenvolvimento. Segundo o Art. 8º da referida portaria:

I. Professor Presencial; II. Professor Ministrante de estúdio; III. Profissional de apoio/interprete; IV. Coordenador do Projeto da Mediação Tecnológica de estúdio; V. Supervisor da Escola Sede; VI. Orientador da Escola Sede; VII. Coordenador do Projeto da Mediação Tecnológica da Coordenadoria Regional de Educação – CRE; VIII. Coordenador Pedagógico do Projeto da Mediação Tecnológica na Diretoria Geral de Educação/DGE/SEDUC; IX. Coordenador Geral do Projeto da Mediação Tecnológica/DGE/SEDUC. (RONDÔNIA, 2016e, p. 4).

As funções estabelecidas são distintas e distribuem-se em diversos locais. No centro de mídias, que fica na capital do estado dentro das dependências da Seduc, está o coordenador geral do Projeto da Mediação Tecnológica/DGE/SEDUC. Atualmente esse profissional denomina-se gerente do centro de mídias, sendo responsável por todos os assuntos e tomadas de decisão condizentes ao Projeto. Sua gerencia compõe uma equipe de auxiliares, em média de cinco pessoas (técnicos), incluindo técnico especialista em eletrônica e informática, pedagógico e administrativo. O esquema da figura 6 demonstra essa organização.

Figura 6 - Esquema ilustrativo da organização do Centro de Mídias PEMMT.

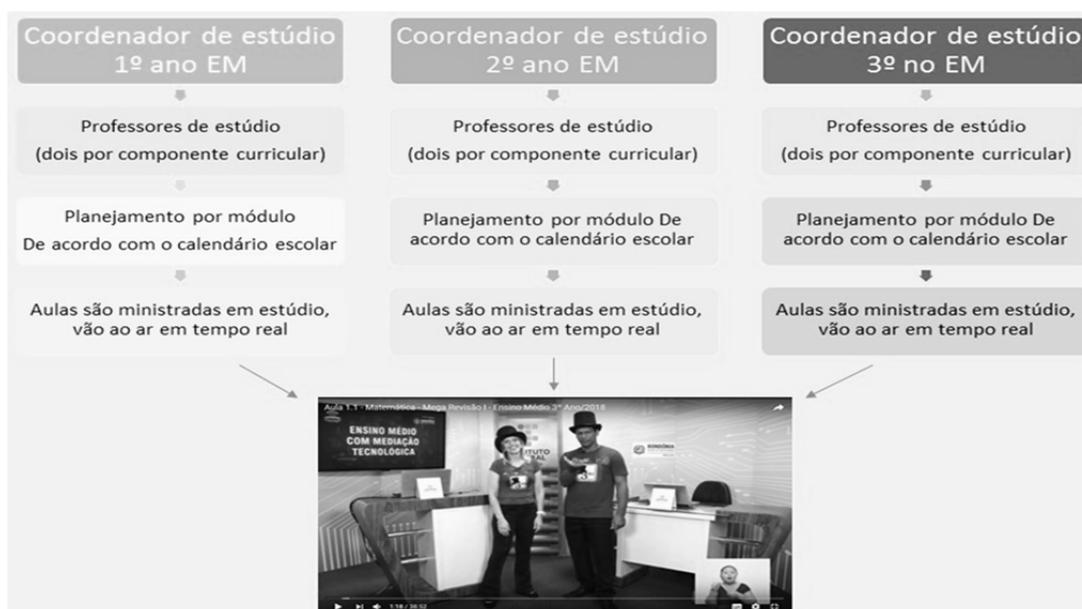


Fonte: Portaria 2264 (2016, p. 35-36).

O coordenador pedagógico do PEMMT, situado na Diretoria Geral de Educação/DGE/SEDUC, responde pedagogicamente pelo Projeto em toda sua amplitude, bem como pela coordenação da equipe de coordenadores pedagógicos de estúdio, que configura um profissional para cada ano (1º, 2º e 3º ano). Também sobre sua coordenação estão os professores de estúdio. São esses que planejam as aulas nas dependências da Seduc, no centro de mídias, para que, posteriormente, possam ministrar essas aulas nos estúdios situados nas instalações do IFRO Campus Zona Norte. Inserem-se aqui também os profissionais de apoio/interprete de Libras. Essas equipes, juntamente com profissionais do IFRO, são responsáveis pela transmissão diária das aulas e de todos os direcionamentos para que essas se executem.

O esquema ilustrado na figura 7 permite visualizar essa sistemática com mais clareza.

Figura 7 - Esquema ilustrativo da organização das aulas de estúdio PEMMT



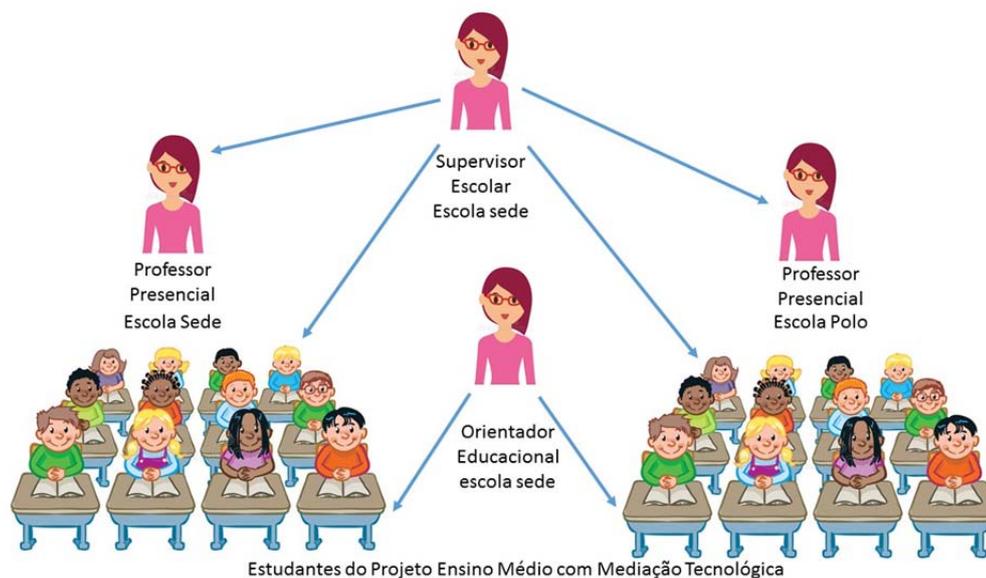
Fonte: Portaria 2264 (2016, p. 35-36)¹⁰.

Nos municípios/escolas estão os professores presenciais, lotados em cada sala de aula do Projeto Mediação Tecnológica, sendo esses responsáveis pela monitoria diária das aulas transmitidas, pelo atendimento aos alunos, pela resolução de problemas momentâneos e pelos demais procedimentos burocráticos. Esses devem receber total apoio do supervisor da escola sede no desempenho profissional da função docente e na promoção do rendimento escolar dos alunos. Também, devem receber, do orientador da Escola Sede, apoio no que diz respeito ao acompanhamento do desempenho escolar dos alunos e atenção aos seus comportamentos e condutas. Esses professores devem, de modo abrangente, serem orientados e acompanhados pela coordenação do Projeto lotada na CRE.

A figura 8 elucidada a proposta dessas relações.

¹⁰ Imagem extraída do Youtube Canal da Mediação Tecnológica RO (2018).

Figura 8 - Esquema ilustrativo que demonstra a atuação dos profissionais de Supervisão Escolar e Orientador Escolar da Escola sede.



Fonte: Portaria 2264 (2016. p. 35-36). *site

Por fim, na Coordenadoria Regional de Educação, encontra-se o coordenador do Projeto de Mediação Tecnológica que é responsável pelo atendimento à toda organização do Projeto, seja estrutural ou pedagógica, para que essa seja executada dentro das prerrogativas estabelecidas. Esse profissional conta com o suporte oferecido pela Gerência do Centro de Mídias, orientado pela Coordenadora Pedagógica da Diretoria Geral de Educação (DGE), pela Coordenação do Curso Concomitante Técnico em Cooperativismo - IFRO e, internamente, pela Coordenadora Regional da CRE, pelo setor de transporte e pelo setor pedagógico com apoio de Profissionais do Núcleo de Tecnologia Educação (NTE) que faz a manutenção dos netbook.

Ainda, o coordenador do PEMMT possui as atribuições de organizar, monitorar, intervir e avaliar a execução do Projeto e as individualidades de cada local, com atendimento *in loco* que deveria ocorrer a cada 15 dias conforme solicita o documento oficial.

A figura 9 ilustra a atuação desse profissional.

Figura 1 - Esquema ilustrativo da atuação do Coordenador do PEMMT da CRE



Fonte: Portaria 2264 (2016, p. 35-36). *site

Por conseguinte, focando na figura do professor presencial, que faz parte da estrutura necessária para a execução do PEMMT, pode-se dizer que esse é peça fundamental do Projeto. Ele possui uma missão de suma importância e que demanda além das atribuições previstas, um perfil afim às atividades que serão desenvolvidas.

O Projeto propõe, para cada sala de aula, a lotação de um profissional dotado de aptidões para atender às especificidades do Projeto. Conforme consta na Portaria N° 2.264/16 esse profissional deve:

Ser graduado em Licenciatura; ter abertura para as mudanças e para as novas formas de ensinar e aprender; gostar de trabalhar com as comunidades do campo; ser comprometido e responsável; Ser criativo; ter liderança; dispor de tempo para participar das reuniões de orientações pedagógicas (RONDÔNIA, 2016c, p. 52).

A referida Portaria também faz menção à distribuição de carga-horária para a execução da função de Professor Presencial em sala de aula, como detalhado no Art. 11¹¹, que tem características específicas para atendimento ao Projeto. Essa distribuição de carga-horária traz um detalhamento que compreende exercer atividades concernentes às exigências do Projeto, considerando que se destina 40h de contrato docente para atuar nessa modalidade.

¹¹ A distribuição da carga-horária do professor pode ser verificada no Anexo I.

Segundo detalhamento da CRE-Vilhena (2018), o professor presencial trata-se de um profissional que atua como um mediador e não compreende a ele exercer a regência da sala de aula em aspectos de conteúdo e execução da aula em si. Por outro lado, cabe a ele uma gama de outras atribuições que complementa a aula transmitida em seus registros e acompanhamento local, dependendo, assim, de sua autonomia e liderança. Como não exerce a regência propriamente dita, como já descrito, os registros no Censo Escolar também não agregam o nome do professor presencial e sim o nome dos professores ministrantes de estúdio. O que ocorre de forma condizente com a formação exercida em cada módulo/componente curricular.

As diretrizes estabelecidas ao professor presencial na distribuição de carga-horária, que detalha as atividades que deverão ser executadas para a apropriação dos instrumentos das aulas planejadas, são enviadas previamente para prover os subsídios necessários para o encaminhamento diário das atividades na sala de aula. Documentos esses, segundo CRE-Vilhena (2018), que deverão ser observados, lidos, impressos, aplicados e disponibilizados aos alunos de acordo com a estratégia adotada por cada professor presencial. O detalhamento existente nesses documentos é compreendido como ênfase nas atividades inerentes aos trabalhos fora da sala de aula, ou seja, abrange as outras 20h que o professor não se encontra em sala de aula. A mesma portaria também aborda as atribuições que compete ao Professor Presencial no Art. 9º, Inciso I:

- a) acompanhar o processo de regência das aulas mediado pelo uso das tecnologias.
- b) orientar os estudantes nas atividades de salas de aula.
- c) controlar a frequência dos estudantes.
- d) transmitir por meio de chat as dúvidas dos estudantes para os professores ministrantes.
- e) aplicar e corrigir as avaliações dos estudantes.
- f) arquivar os cartões respostas das avaliações dos estudantes na secretaria da escola sede.
- g) preencher requerimento solicitando revisão de provas caso haja divergência e/ou dúvidas em questões após as avaliações e encaminhar ao Coordenador da Mediação Tecnológica na CRE;
- h) identificar os estudantes com dificuldade de aprendizagem que necessitam de recuperação em instrumental próprio.
- i) solucionar eventuais problemas relacionados ao Curso.
- j) preencher instrumentais de avaliação Institucional do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, quando solicitado. (RONDÔNIA, 2016c, p. 05-06).

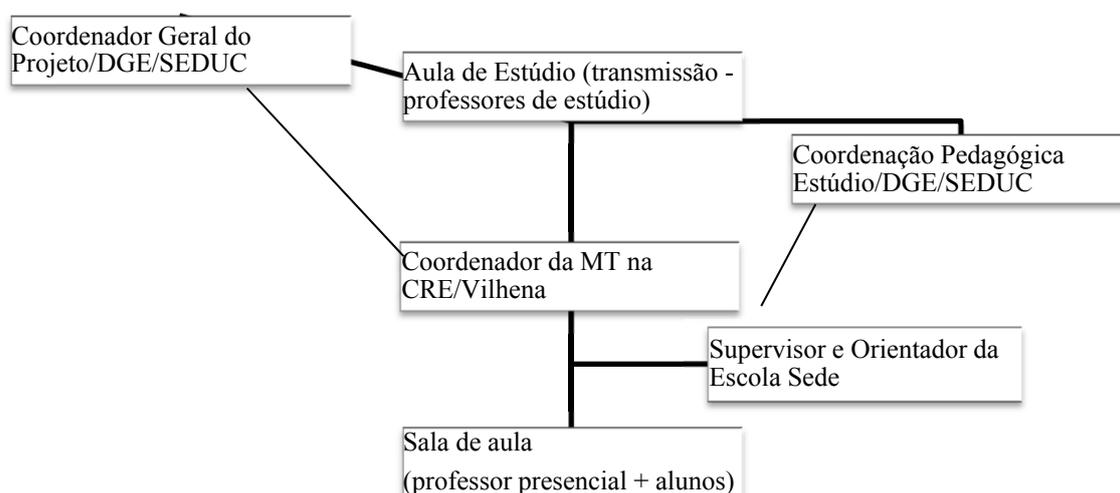
Quanto ao papel exercido pelo professor presencial na condução da sala de aula, destaca-se que esse corresponde a 80% do sucesso do Projeto, de acordo com CRE-Vilhena (2018). Sua atuação, como mediador, colabora de forma ímpar para o êxito ou o fracasso da sala de aula e dos estudantes.

Ao professor presencial consiste estabelecer o vínculo com o estudante de modo a orientá-lo nas atividades, também controlar a frequência, incentivando os alunos para

que sejam assíduos, participativos e atentos as teleaulas veiculadas pela TV. Ainda, aplicar e corrigir as avaliações, sempre atento ao rendimento de cada aluno e fazer os lançamentos no diário eletrônico. Cabe ainda a esse profissional verificar a necessidade de recuperação, as ocorrências de problemas na transmissão e as reposições das aulas.

Pelo exposto, conclui-se que são vários os profissionais envolvidos no desenvolvimento do Projeto. A figura 10 ilustra a estrutura organizacional pedagógica dos atores envolvidos no PEMMT compreendendo desde o Coordenador Geral do Projeto até alcançar a sala de aula, com professor presencial e alunos.

Figura 10 - Estrutura organizacional PEMMT



Fonte: RONDÔNIA (2016c).

No âmbito da compreensão do PEMMT, faz-se relevante destacar, a oferta concomitante do Curso Técnico em Cooperativismo no decorrer dos três anos do Ensino Médio. Por meio desse curso, o aluno sairá com dois diplomas, sendo um do Ensino Médio e outro de Técnico Profissionalizante. Ressalvando que a matrícula é obrigatória em ambos os cursos aos estudantes que ingressarem no PEMMT. Contudo, uma matrícula é incluída no Censo Escolar do estado e a outra no Censo Escolar da União (CRE-Vilhena, 2017).

O Projeto Pedagógico IFRO/RO descreve que:

O Curso Técnico de Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio corresponde a uma modalidade de formação técnica com matrícula dupla para cada aluno, uma relativa ao Ensino Médio público e outra à formação profissional específica (2016, p. 27).

Esse curso torna-se relevante para atender as necessidades da clientela da zona rural, pois “apresenta-se como possibilidade formativa evidente e necessária para o estado de Rondônia por questões regionais, locais, socioeconômicas e ambientalmente sustentáveis.” (IFRO, 2016, p.14)

O curso está dentro dos preceitos da modalidade Educação a Distância e possui uma carga-horária de 900h, sendo 20% presencial e 80% EaD, incluindo a prática profissional supervisionada. Tem como foco o eixo tecnológico “gestão e negócios” e seu Projeto Pedagógico descreve que:

O curso terá como foco principal a construção de habilidades e competências orientadas para a organização de cooperativas e de outros empreendimentos da economia solidária e popular, com base nos princípios filosóficos e legais do cooperativismo; na qualificação técnica da gestão propriamente dita; no desenvolvimento de uma educação pedagógica para a ética, a cooperação e a solidariedade e na sustentabilidade econômica, social e ambiental dos empreendimentos. (IFRO, 2016, p. 13)

Segundo a CRE-Vilhena (2018), a crescente demanda de cooperativas no estado tem aberto espaços alternativos para os diversos produtores unirem-se e instituírem mecanismos de comercialização e produções, ampliando assim as possibilidades de gerir seus próprios negócios. Consequentemente, ocorre a geração de emprego local, bem como a permanência do homem no campo como algo rentável e sustentável, o que o exime de migrar para centros urbanos.

Acerca das condições de Rondônia que cooperam para a execução desse tipo de curso, pode-se destacar:

Apesar de ser um Estado de formação recente, Rondônia é um importante Estado da região norte com um PIB de 15 bilhões de reais. Em relação ao uso do solo na agricultura e pecuária, temos, entre as principais culturas, a produção de café - 159,8 mil ha - cacau com 28,9 mil ha, milho 160,4 mil ha, arroz 159 mil ha, feijão 57,8 mil ha e mandioca com 30,6 mil ha, têm-se ainda inúmeras outras culturas com menores áreas como abacaxi, amendoim, cana-de-açúcar, melancia e tomate. A área cultivada com pastagens para a agropecuária é de aproximadamente 8,3 milhões de ha com criação de gado de corte, leite, criação de cavalo e ovelhas, entre outras. Segundo o Censo do Cooperativismo de Rondônia 2013, o Estado conta com 477 cooperativas registradas na Junta Comercial do Estado de Rondônia (Jucer), tendo atuação nas seguintes áreas: 71 cooperativas de agropecuária, 15 cooperativas de transporte, 4 cooperativas educacionais, 8 cooperativas de saúde, 28 cooperativas de crédito, 11 cooperativas de trabalho, 15 cooperativas de mineração e mais 2 cooperativas de consumo. (IFRO, 2016, p. 15).

O Curso Técnico em Cooperativismo segue a metodologia distribuída em: i) Aulas presenciais uma vez na semana na organização seguida pela Mediação Tecnológica; ii) Estudos à Distância com atividades complementares; iii) Atividades Complementares (AP) que são atividades avaliativas com auxílio da ferramenta AVA; iv) Atividades Integradoras – consiste em experiências práticas ao longo do processo de formação (CRE-Vilhena, 2018). O quadro 6 apresenta a Matriz Curricular do Curso.

Quadro 6 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio

CURSO TÉCNICO EM COOPERATIVISMO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE Matriz aprovada pela Resolução nº 10/CEPEX/IFRO/2016							
Organização conforme a LDB 9.394/96, Art. 36, e a Resolução CEB/CNE 8/2012 - Duração da aula: 50 minutos							
Períodos/ Módulos/ Etapas ²	Disciplinas	Semanas letivas	Número de aulas		TOTAL (Hora- Aula)	TOTAL (Hora- Relógio)	
			Tele presencial	EaD			
PRIMEIRO MÓDULO	E1	Introdução à Informática	4	8	32	40	33,33
		Português Instrumental		8	32	40	33,33
	E2	Introdução ao cooperativismo	4	8	32	40	33,33
		Fundamentos do Mundo do Trabalho		8	32	40	33,33
	E3	Economia Regional	4	8	32	40	33,33
		Legislação e tributação das cooperativas		8	32	40	33,33
Subtotal 1			12	48	192	240	200
SEGUNDO MÓDULO	E1	Fundamentos da Administração	4	8	32	40	33,33
		Matemática Financeira Aplicada		8	32	40	33,33
	E2	Constituição e Educação Cooperativista	4	8	32	40	33,33
		Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional		8	32	40	33,33
	E3	Contabilidade de Empresas Cooperativistas I	4	8	32	40	33,33
		Ramos do Cooperativismo		8	32	40	33,33
Subtotal 2			12	48	192	240	200
TERCEIRO MÓDULO	E1	Técnicas de Negociação	4	8	32	40	33,33
		Gestão de Marketing		8	32	40	33,33
	E2	Gestão da qualidade	4	8	32	40	33,33
		Gestão Estratégica em Cooperativas		8	32	40	33,33
	E3	Contabilidade de Empresas Cooperativistas II	4	8	32	40	33,33
		Operações de cooperativas		8	32	40	33,33
Subtotal 3			12	48	192	240	200
QUARTO MÓDULO	E1	Segurança, Saúde e Meio Ambiente	4	8	32	40	33,33
		Plano de Negócio		8	32	40	33,33
	E2	Ética Profissional e Cidadania	4	8	32	40	33,33
		Gestão Ambiental aplicada ao Cooperativismo		8	32	40	33,33
	E3	Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas	4	8	32	40	33,33
		Elaboração e Gestão de Projetos		8	32	40	33,33
Subtotal 4			12	48	192	240	200
Subtotal Geral			48	192	768	960	800
Núcleo Complementar			Prática Profissional Supervisionada			120	100
Carga Horária Total do Curso						1.080	900 ²

Fonte: IFRO (2016, p. 34).

A execução do Curso, concomitante ao Ensino Médio, demandou da Seduc/RO estabelecer convênio para o seu desenvolvimento, que segundo o PPC/IFRO/2016,

designa competências para SEDUC que são: “i) Acompanhar e coordenar as atividades nas unidades escolares; ii) Oferecer apoio pedagógico e administrativo e acompanhar os estudantes durante a veiculação da aula. Atividades essas que agregam atribuições para o Coordenador do PEMMT da CRE, gestores e professores presenciais, compreendendo ainda à Seduc as seguintes responsabilidades:

A SEDUC oferta ensino médio regular ou do campo presencial com mediação tecnológica para formação profissional. São de responsabilidade da demandante a seleção e encaminhamento dos estudantes para a matrícula no curso de formação profissional. [...] A equipe pedagógica designada pela SEDUC assume a gestão administrativa e pedagógica do curso com relação às tratativas com as unidades escolares e outros agentes educacionais que participam do processo na estrutura da Secretaria. O suporte às aulas EaD nas unidades escolares é feito por intermédio de um professor presencial de responsabilidade da demandante. O professor presencial realiza o acompanhamento da aula quanto à operacionalização local em termos estruturais e de apoio didático. (IFRO, 2016, p. 30-31).

No que condiz à gestão administrativa e pedagógica do curso com relação às tratativas com as unidades escolares, de competência da Seduc:

i) acompanhar e coordenar as atividades nas unidades escolares; ii) oferecer apoio pedagógico e administrativo e acompanhar os estudantes durante a veiculação da aula; iii) responsabilizar-se pela abertura das salas, testagem e suporte técnico dos equipamentos dos tecnológicos, além de manutenção e guarda (IFRO, 2016, p. 30-31).

Segundo a CRE-Vilhena (2018), pode-se ainda esclarecer as atividades inclusas na citação, e portanto, cabe à Escola: i) fazer as matrículas dos alunos em sua totalidade; ii) fazer o requerimento a cada módulo do curso e enviar a coordenação da CRE para que encaminhe ao IFRO; iii) ainda, cabe também a escola e ao professor presencial primar pela permanência e desempenho do estudante no curso; iv) ao professor cabe imprimir, aplicar, corrigir e lançar notas e frequências dos estudantes, pois os mesmos não possuem acesso à internet para realizarem as atividades avaliativas no AVA. À coordenação da CRE, cabe: i) acompanhar o processo de matrícula dos estudantes realizado pela escola, recolher, conferir e enviar toda documentação ao IFRO; ii) solicitar o cadastro dos professores presenciais no AVA. iii) fazer as matrículas dos alunos na plataforma AVA; iv) orientar aos professores sobre o uso do Sistema AVA para Chat e atividades do Curso Técnico, bem como instruir sobre como realizar os registros de notas e frequências; vi) acompanhar os registros e intervir quando necessário para cumprimento dos prazos e fechamento dos módulos com êxito.

Para as turmas iniciantes em 2019, intenciona-se ofertar outro curso profissionalizante concomitante para que não haja a saturação do mercado. Desse modo, atende-se às necessidades e diversidades das populações rurais.

No direcionamento para o término desta subseção, destaca-se que por tratar-se de uma metodologia presencial mediada por tecnologia, a mediação pedagógica prevista no Projeto ocorre por aulas transmitidas via satélite, diariamente e em tempo real. Posteriormente, as aulas são disponibilizadas no canal da Mediação Tecnológica/RO (MT), no *YouTube*. Os planejamentos e designações de cada aula são disponibilizados via correio eletrônico ao Coordenador da MT na CRE. O procedimento diário é fazer a distribuição desse material aos Professores Presenciais e as escolas. Já os materiais digitais geralmente chegam com alguns dias de antecedência (SEDUC, 2017).

No entanto, há casos de atrasos no recebimento dos materiais denominado de pacote pedagógico, o que inclui os planos de curso, slides das teleaulas, plano de aula, atividades de sala e avaliações. Os atrasos causam problemas, alguns professores passam a semana na aldeia indígena e não tem acesso prévio aos materiais enviados por e-mail para se apropriarem e dar suporte aos alunos.

A proposta pedagógica do projeto propõe o planejamento e atividades “pacote pedagógico” para aplicação aos alunos para cada componente curricular a ser trabalhado, que segue a sistemática instrucional denominada de “Planos de Operacionalização”, conforme descrito na Portaria Nº. 2.264/2016, que compõe os seguintes instrumentais:

Plano Didático Pedagógico Curricular, Cronograma de sequência de aula, Plano Instrucional de atividades extraclasse, Plano Instrucional de estudo de recuperação, Plano das Teleaulas, Atividades de sala, Avaliações Parciais (primeira e segunda chamada), Avaliações de Recuperação, Exames Finais e seus respectivos gabaritos e cartões resposta com as especificidades peculiares do ensino mediado com tecnologia. (RONDÔNIA, 2016c, p. 5)

Esse pacote didático, denominado Planos Operacionais, é composto de vários instrumentais e é recebido pela Coordenação do Projeto na CRE que repassa o e-mail a cada professor. Esse é o material que orienta o professor presencial na sua atuação enquanto mediador do processo de ensino e aprendizagem e, para tal, o professor precisa apropriar-se dele antes da teleaula ser veiculada. O material condiz a gama de orientações planejadas que norteiam toda execução do componente ministrado.

A CRE-Vilhena (2018) detalha o que compõe o pacote pedagógico, informando que ele é elaborado pelo professor ministrante de estúdio, sendo composto por: Plano

Didático Pedagógico Curricular, que envolve o plano geral da carga-horária do módulo e detalha as competências e habilidades gerais para cada série do PEMMT. Também descreve os conteúdos/unidades temáticas que serão abordados no decorrer do módulo discriminado por aula e por unidade, o que significa a divisão do percurso para a execução das avaliações parciais.

Ainda compõe o pacote didático os planos de operacionalização do módulo e o cronograma de sequência de aulas. Este documento tem a finalidade de nortear o professor presencial nas datas, horários (a aula que será realizada no dia e os conteúdos que serão trabalhados). O cronograma é dividido em unidades, sua sequência é concluída na avaliação de recuperação. O cronograma é utilizado pelo professor presencial para lançar no diário eletrônico os conteúdos destinados a cada dia de aula conforme descrito e também pela coordenação para as previsões de datas. Cabe ao professor presencial acompanhar e registrar a frequência dos estudantes (CRE-Vilhena, 2018).

O Plano Instrucional de Atividades Extraclasse, de acordo com a CRE-Vilhena (2018), detalha o planejamento de atividades extra a sala de aula, que envolve a formação de grupos e ou individuais em trabalhos diversos que complementam as atividades e reforçam as explicações dadas nas aulas transmitidas. Também o Plano Instrucional de Estudos de Recuperação detalha conteúdos, métodos e procedimentos para a realização da recuperação paralela.

Já os Planos das Teleaulas fazem o detalhamento de cada aula que será transmitida, segundo a CRE-Vilhena (2018). As atividades de sala são propostas a cada aula e, ao final das explicações, os alunos fazem as atividades para fixar a compreensão do conteúdo.

Também são recebidos pela coordenação da CRE os slides que serão utilizados em cada aula. Nesse instrumento estão as fontes de informações, a descrição da sequência didática que os professores de estúdio seguem e as observações que ocorrem no decorrer da aula. Há apontamentos nos descritivos com sublinhados, círculos e também as resoluções de atividades quando envolve cálculos e fórmulas. Esses slides geralmente são disponibilizados aos alunos com antecedência para que possam se apropriar e facilitar o entendimento durante a aula. O demais instrumentais, tais como avaliações, cartões de resposta e gabaritos, seguem uma padronização estrutural; assim como os demais documentos que compõe os pacotes de Planos de Operacionalização.

Quanto ao sistema de avaliação do Projeto, a média para aprovação segue a do estado: 6.0. É composto por avaliações parciais e por unidades que subdivide os

conteúdos. Na prática, ao final de cada unidade há uma avaliação. Os componentes curriculares com carga-horária de até 40h são compostos por duas unidades que correspondem a duas avaliações no decorrer do módulo com peso 4,5. Já os componentes acima de 40h são três unidades com a realização de três avaliações parciais com peso 3,0. Em ambos os casos se soma mais 1,0 ponto de atividade extraclasse. Ao fim do ano letivo há um exame final no qual o estudante deve obter média 5,0.

Em linhas de considerações parciais, após as explicações acerca do Projeto, sua proposta, estrutura e desenvolvimento, retomam que o mesmo, conforme descrito, teve início em fevereiro de 2016 com aulas gravadas no estúdio do Centro de Mídias do Estado do Amazonas (CEMEAM) e reproduzidas para as turmas de Rondônia com as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, denominadas pela Seduc/RO como nivelamento¹². Sequencialmente, após 10 dias, iniciaram-se as aulas ao vivo com a transmissão de componentes curriculares por módulos, seguindo essa sistemática de organização, ou seja, a transmissão de um componente/módulo por vez, até a conclusão da carga horária do ano escolar, conforme a organização curricular por área de conhecimento própria do Projeto e definida em Matriz Curricular específica (CRE-Vilhena, 2017).

A partir de julho de 2016 as aulas do Projeto passaram a transmitir dois componentes curriculares por dia. Também foi inserida a recuperação da aprendizagem¹³ aplicada na sequência das avaliações parciais, no mesmo horário de transmissão das aulas. Tais alterações visaram a atender as especificidades dos alunos da zona rural, considerando a demanda de estudantes que em sua maioria são usuários de transporte escolar e em algumas situações impossibilitados de ir no turno oposto para participar dos referidos estudos de recuperação (CRE-Vilhena, 2017).

Apesar das vantagens oferecidas, o Projeto apresenta fragilidades e descontentamentos que são evidenciados e oriundos nas várias instâncias pelas quais o Projeto perpassa, sendo elas: a Seduc, a CRE-Vilhena – recorte da pesquisa - e a

¹² Nivelamento corresponde à realização de uma revisão dos conteúdos do ano escolar anterior.

¹³ Portaria 2264/2016 GAB/SEDUC Recuperação Paralela - Art. 5º, §3º, Inciso II: quando apresentar Nota Final inferior a 6,0 (seis) no componente curricular. § 4º, Inciso I, Alínea a) deve ocorrer de forma contínua durante o horário regular das aulas após cada avaliação parcial com revisão de conteúdos e nova avaliação, de acordo com cronograma de sequência de aulas e o Plano de Teleaula de Revisão. Alínea b) no horário oposto, duas vezes por semana, pelo professor presencial, de acordo com o Plano Instrucional das Teleaulas, para os estudantes com dificuldades de aprendizagem que dispuserem de condições de locomoção a escola. Alínea c) O professor Ministrante de estúdio deverá elaborar o Plano de Estudo Instrucional para realização da Recuperação Paralela aos estudantes, devendo conter o conteúdo do componente curricular e o tempo destinado aos estudos e à avaliação.

Coordenação do Projeto local. Para exemplificar, apresentaremos alguns problemas apontados em instrumentais de monitoramento e relatórios de atividades da coordenação Projeto (CRE-Vilhena, 2016):

- i) Falta da internet nas salas de aula, acarretando ausência de interação *online* com os professores de estúdio ministrantes das aulas, alunos/professores e professores/professores. As atividades e outros procedimentos *online* necessários no Ambiente Virtual de Aprendizagem normalmente são feitos pelos professores presenciais em suas residências ou na escola, quando possível.
- ii) Falta de estrutura na logística do Estado para atender ao monitoramento das escolas, no que se refere à disponibilidade de carro oficial, pagamento de diárias e ou ajuda de custo para alimentação.
- iii) Falta de equipamentos pertencentes ao kit tecnológico, atendimento técnico para instalação, reparo e manutenção e notebook para os alunos.
- iv) Estrutura da proposta metodologia que não atende totalmente as individualidades das comunidades indígenas (ausência do componente de língua materna e cultura local).

O que se insere no campo pedagógico e detalhado na Portaria 2264/2016, pouco se efetiva no que tange ao monitoramento e acompanhamento pedagógico, principalmente o que deveria ocorrer *in loco*. Essa situação tem gerado distanciamento e o desconhecimento pela coordenadora do PEMMT de como está sendo executado a proposta metodológica, destaca-se:

- i) Monitoramento fragmentado diante da dificuldade de atendimento *in loco*.
- ii) Ausência de sistematização e opinião dos monitoramentos realizados.
- iii) Formação Continuada *in loco* e formação coletiva pouco realizada.

Esses são condicionantes, evidenciados nos documentais analisados do setor de coordenação do PEMMT na CRE-Vilhena, que tem gerado fragilidades na execução do Projeto. E, para uma melhor compreensão do desenvolvimento do Projeto no âmbito da

CRE-Vilhena, a subseção a seguir tem como foco o contexto de realização do PEMMT nesse cenário.

1.2 CONTEXTO DO PEMMT NA COORDENADORIA REGIONAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO

A CRE-Vilhena tem sob sua jurisdição três municípios: Colorado do Oeste, Chupinguaia e Vilhena. A CRE implementou em 2016 seis turmas no Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica em dois desses municípios: Vilhena e Chupinguaia. Nesses municípios o PEMMT abrange, ao todo, quatro escolas estaduais, denominadas “Escolas Sede”. Essas escolas são responsáveis pelas extensões, ou seja, pelas turmas do Projeto existentes nas escolas municipais, que são denominadas “Escolas Polo”. As extensões são frutos da parceria entre Estado e Municípios que cedem o espaço físico. Segundo o Instituto Unibanco, no documento Panorama dos Territórios Rondônia, as extensões: “São prédios compartilhados com outras escolas que oferecem o Ensino Médio e corresponde a 18,5% das unidades escolares.” (2017. p. 42). Nesse cenário, o Governo do Estado busca alternativas para atender a essa clientela e faz parceria com a rede municipal de ensino para oferecer o Ensino Médio em salas cedidas nas escolas municipais (CRE-Vilhena, 2017).

Por tratar-se de um Projeto de implementação gradativa, em 2017 passou-se de 93 para 204 alunos com a continuidade do 1º ano e a implementação no 2º ano do Ensino Médio. Implementou-se, também, o Projeto em mais uma escola polo, como podemos observar no quadro 7.

Quadro 7 - Quadro demonstrativo de atendimento do PEMMT na CRE- Vilhena/Rondônia (2016/2017/2018)

ESCOLA SEDE	ESCOLA POLO - RURAL (PARCERIA COM O MUNICÍPIO)	MUNICÍPIO/ DISTRITO	TOTAL DE ALUNOS ANO 2016	TOTAL DE ALUNOS ANO 2017	TOTAL DE ALUNOS ANO 2018
EEEFM. Álvares de Azevedo (urbana)	EMEF. Maria Paulina Donadoni (rural)	Vilhena/ Nova Conquista	12 alunos (uma turma)	16 alunos (duas turmas)	17 alunos (três turmas)
EEEFM. Francisca Martendal (rural)	Escola Sede (rural)	Chupinguaia/ Boa Esperança	10 alunos (uma turma)	14 alunos (duas turmas)	31 alunos (três turmas)
ESCOLA SEDE	ESCOLA POLO - RURAL (PARCERIA COM O MUNICÍPIO)	MUNICÍPIO/ DISTRITO	TOTAL DE ALUNOS ANO 2016	TOTAL DE ALUNOS ANO 2017	TOTAL DE ALUNOS ANO 2018
EEEFM. Moacyr Caramello (urbana)	EMEF. Valter Zanela (rural)	Chupinguaia/Gua poré	8 alunos (uma turma)	22 alunos (duas turmas)	29 alunos (três turmas)
EEEFM. Moacyr Caramello (urbana)	-	Chupinguaia/Urbana	54 alunos (duas turmas)	114 alunos (quatro turmas)	152 alunos (sete turmas)
EIEEFM. Sowaintê (rural)	EIMEF. Aikanã (rural)	Chupinguaia/terra indígena	9 alunos (uma turma)	17 alunos (duas turmas)	24 alunos (três turmas)
EEEFM. Maocy Caramello (urbana)	EMEF. Cleberson Dias (rural)	Chupinguaia/Novo Plano	Não tinha	21 alunos (uma turma)	63 alunos (três turmas)
EIEEFM. SOWAINTÊ (rural)	EIMEF. Capitão Artimon (rural)	Chupinguaia/terra indígena	Não tinha	Não tinha	7 alunos (uma turma)
Total			93 alunos	204 alunos	323 alunos

Fonte: CRE/SEDUC/VHA (2018).

Mediante aos dados do quadro 7, é possível observar que as localidades em sua maioria são distritos que compreendem localização rural, com exceção Escola Moacyr Caramello que está situada na zona urbana, porém se trata de um município pequeno

que atende sete turmas nas suas dependências. Segundo o Setor de Recursos Humanos da CRE-Vilhena, a referida escola enfrenta problemas graves há vários anos consecutivos, o que ocorre pela falta de professores formados em áreas específicas como: matemática, física, química, língua portuguesa, biologia, entre outras. As áreas sem profissionais alteram-se entre um ano e outro, dada a rotatividade de profissionais que não fixam residência nas localidades. Vale destacar que esse é um fator que tem sido minimizado com a implementação do PEMMT, segundo o setor de RH da CRE que é responsável pela lotação dos servidores que atuam nas escolas da rede. (CRE-Vilhena, 2018).

É relevante registrar que no início do ano letivo de 2018, até junho do mesmo ano, situações graves ocorreram pela falta de professor. Registraram-se turmas que ficaram sem professor para atender o 1º ano do Projeto.

As aulas do Projeto iniciaram em 19 de fevereiro de 2018 com a veiculação das aulas do 1º ano no período matutino pela ausência de estúdios para atender as três turmas no vespertino, visto que, como já informado, o IFRO dispõe apenas de dois estúdios. Assim, no decorrer de todo o ano as aulas serão gravadas no período matutino e repassadas também no período vespertino (CRE-Vilhena, 2018).

A internet é considerada um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento do Projeto, pois a interação é necessária para que os estudantes possam tirar dúvidas com os professores de estúdio. Tal interação deveria ser feita via chat no momento da teleaula, entretanto, apesar da instalação em quase todos os locais de internet via satélite, o recurso não funciona. O acesso acaba sendo permitido apenas ao computador do professor, prioritariamente. Segundo informações disponíveis, não há possibilidade de acesso aos alunos pela capacidade de apenas 2 megabytes da internet (CRE-Vilhena, 2018).

Ainda é relevante destacar que as turmas do Ensino Médio, citadas no quadro 8 e existentes nas escolas rurais municipais, denominadas escolas Polo, realizam as atividades do PEMMT nas salas de aula cedidas pela Secretaria Municipal de Educação por meio de Termo Cooperação Técnica firmado entre estado e município (SEDUC, 2018). Desse modo, as escolas sede são gerenciadoras das turmas e dos docentes lotados nessas salas.

A distância e os problemas de acesso acarretam dificuldades no atendimento e acompanhamento das especificidades de cada turma que utiliza espaços cedidos em escolas polo, segundo a CRE-Vilhena (2017). As dificuldades são tanto pela Escola

Sede quanto pela CRE, bem como, naturalmente, pelo distanciamento da Escola Sede na incorporação das turmas existentes nos polos como sendo seus alunos.

O atendimento da gestão e equipe pedagógica é deficitário, ou quase nulo, pois não recebem incentivo financeiro para deslocamento e não há profissionais para atendimento somente das turmas de campo. Essa é uma das dificuldades observadas nos documentos redigidos pela regional de Vilhena.

Entretanto, ressalta-se que ações de monitoramento e acompanhamento das turmas, professores, escolas e demais situações ligadas ao PEMMT, estão determinadas também como atribuições do Coordenador do Projeto lotado na Coordenadoria Regional de Educação, conforme definido pela Portaria 2264/2016 GAB/SEDUC, no Art. 9º, Inciso VII¹⁴. Conforme descrito na Portaria e por meio de informações obtidas no Setor de Recursos Humanos da CRE, a Coordenadora do Projeto possui contrato de 40h com lotação na CRE-Vilhena. Esse profissional é efetivo concursado como Professor Classe “C” – Supervisor Escolar de acordo com denominação atribuída no Plano de Carreira Cargos e Salários dos Servidores de Rondônia, Lei 680/12 Art. 13, Inciso III. O profissional recebe um abono extra para as atividades do Projeto. (CRE-Vilhena, 2018).

Assim, o atendimento contínuo nos locais nos quais há salas da Mediação Tecnológica deveria ocorrer ao menos uma vez por mês para atender as especificidades de cada escola. O que se justifica para realizar o atendimento pedagógico e estrutural, ou seja, verificar e orientar a atuação do professor presencial; verificar as condições de frequência, rendimento e comportamental dos estudantes; acompanhar a qualidade da transmissão das aulas entre outros. Também, para enviar os planos de operacionalização (pacote didático) que é recebido via e-mail e encaminhado para cada professor; o envio de relatórios semestrais e ou outras necessidades no decorrer do ano.

É relevante que a Seduc/RO aderiu ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)¹⁵, cujos documentos oficiais são recebidos e despachados por essa ferramenta que se implantou em meados de 2017. No que concerne à certificação dos alunos, a coordenação do PEMMT orienta e acompanha as situações de registro diário eletrônico, requisita as documentações de matrícula e requerimentos modulares do IFRO, bem como realiza matrícula e acompanhamento dos registros escolares, cujos são necessários para a certificação dos estudantes.

¹⁴ As atribuições do coordenador do projeto podem ser verificadas no Anexo II.

¹⁵ Disponível em: <https://www.sei.ro.gov.br/>.

Como visto, as atribuições do Coordenador do PEMMT envolvem inúmeras atividades as quais demandam, de fato, um trabalho contínuo e atento ao gerenciamento das atividades. Observa-se, ainda, que as ações estão atreladas a outras parcerias internas da CRE, como coordenador geral da Regional, Gerente de transporte, equipe do Núcleo de Tecnologia, equipe pedagógica, Gerente do Núcleo de Educação Escolar Indígena que intermediam e contribuem com as ações e atuações *in loco*.

No bojo dessas parcerias, a atuação do Coordenador do PEMMT, frente ao processo de acompanhamento, orientação, intervenção, formação e assistência com participação nas ações pedagógicas e estruturais do Projeto, demanda procedimentos como autorizações e sob condições logísticas, estruturais e financeiras por parte da Seduc/RO e da CRE de Vilhena. Sua atuação é orientada pela Gerência do Centro de Mídias Educacionais de Porto Velho; o atendimento às dúvidas e monitoria dos trabalhos realizados é feito via telefone e ou enviado informações via e-mail e SEI.

Ainda, para o desempenho das atividades da Coordenação do PEMMT, é necessário o envolvimento de outros atores externos que estão na execução e acompanhamento direto do Projeto, denominados na Portaria 2264/16 como: coordenador e supervisor estadual, supervisores de estúdio, professores de estúdio, gestores escolares, supervisores, orientadores e professores presenciais das escolas sede e/ou escolas polo.

Em análise documentais do setor de Coordenação do Projeto (CRE-Vilhena, 2017) é possível a distinção dos papéis exercidos pelas Escolas Polo e o contexto que as envolve, bem como pelas Escolas Sede, conforme descreve quadro 8.

Quadro 8 - Distinção entre Escola Sede e Escola Polo

ESCOLA SEDE	ESCOLA POLO
Escola urbana estadual, mantenedora das turmas do Ensino Médio nas “Escolas Polo”. O professor presencial tem sua vida funcional vinculada a essa instituição. Também local no qual o aluno possui sua matrícula e registros da vida escolar.	Escolas municipais rurais que cedem ambientes físicos (salas de aulas) para a Escola Sede organizar turmas do Ensino Médio. Realiza matrículas, lota professores e acompanha sua execução e manutenção. A autorização do uso dos espaços físicos é firmada por documento de parceria entre estado e município.

Fonte: CRE-Vilhena (2017)

O Termo de Cooperação Técnica (SEDUC, 2018), documento que oficializa a parceria entre governos do estado e municípios aos quais a CRE Vilhena atende, tem a finalidade de ceder seus espaços caso tenha disponível. A Escola Sede, como mantenedora, é responsável por todo gerenciamento de alunos das turmas de Ensino Médio inseridas nos espaços cedidos. Esse gerenciamento compreende a alimentação,

os materiais didáticos pedagógicos e de expediente; o atendimento e o acompanhamento administrativo/pedagógico aos profissionais da rede estadual que estão lotados naquela escola. Também, atender as demandas para a evolução da aprendizagem dos estudantes.

No entanto, é sabido que cada ambiente escolar tem suas organizações e regras, bem como cada rede de ensino tem seus direcionamentos. Nesse contexto, os conflitos sempre surgem, pois há duas regras e dois direcionamentos (um de cada escola, a que ocupa espaço e estão presentes os estudantes e professor presencial; e da outra que é a escola responsável). Nem sempre os professores e alunos querem seguir as orientações previstas, ou seja, aderem ao que lhe é conveniente. São contradições presentes no cotidiano das Escolas Polo (CRE-Vilhena, 2018).

Geralmente, as ocorrências negativas recaem sobre os alunos do Ensino Médio. Afinal, estão naquele espaço como “agregados”. Nesse aspecto, a Escola Sede enfrenta diversos desafios que vão desde a infrequência do servidor e sua atuação realizada sem comprometimento, até problemas estruturais de sala de aula. Diante desses fatores, nos relatórios de atividades realizados a cada seis meses pela Coordenadora da Mediação Tecnológica, destaca-se que:

É de suma importância o estreitamento de laços entre gestor de escola sede com o gestor da escola polo, para que haja uma interação de comandos, regras e exigências amarradas entre eles, visto que este não está cotidianamente no local para realizar tais acompanhamentos, seja com professores presenciais, alunos e outros servidores. (CRE-Vilhena, 2017, p. 4).

Nas localidades nas quais há turmas do PEMMT, os profissionais inseridos têm papéis importantes, conforme descrito no quadro 9. Essas informações são advindas de monitoramento *in loco* e contidas no relatório de atividades semestral da coordenação do Projeto na CRE. A averiguação expõe pontos frágeis para serem analisados e replanejados para que o trabalho nas turmas de Ensino Médio, contidas nas salas emprestadas pela Escola Polo, seja condizente com as demais turmas existentes nas Escolas Sede. Segundo a CRE-Vilhena (2018), falta parceria entre as equipes gestoras e os demais atores envolvidos para fortalecer o monitoramento das atividades, tanto as administrativas quanto as pedagógicas (CRE-Vilhena, 2018).

Quadro 9 - Resumo das funções dos profissionais e atuações no contexto das escolas polo

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES NO CONTEXTO	FRAGILIDADES OBSERVADAS NOS INSTRUMENTAIS DE MONITORAMENTO
Diretor Escolar Escola Sede	Responsabilidade de gerir administrativa, pedagógica e financeiramente as turmas de Ensino Médio localizadas nas salas de aula da Escola Polo. Tem a incumbência de acompanhar sistematicamente a atuação docente e discente também <i>in loco</i> . Além de gerir as dependências da escola sede.	Falta de planejamento e acompanhamento da gestão. Dificuldades para deslocar-se até a escola rural. Quando necessário, desloca-se por conta própria.
Supervisor Escolar Escola Sede	Prestar assessoria pedagógica, também <i>in loco</i> , ao professor presencial e atendimento aos alunos no que condiz ao desenvolvimento da aprendizagem. Responsável também pela supervisão da escola sede.	Falta de planejamento para esse atendimento específico. O acompanhamento é feito quando o professor entra em contato ou desloca-se até à Escola Sede. Resume-se a condições burocráticas de diário eletrônico entre outros. Dificuldades para deslocar-se até a escola rural.
Orientador Educacional Escola Sede	Tem a responsabilidade, também <i>in loco</i> , de zelar pelo desempenho emocional e comportamental do estudante, intervindo quando necessário junto ao responsável e ou órgãos como Conselho Tutelar. Responsável também pela orientação da escola sede.	Falta de planejamento para esse atendimento específico. O acompanhamento é feito quando o professor entra em contato ou desloca-se até à Escola Sede. Visitas resumem-se as condições burocráticas de diário eletrônico entre outros. Dificuldades para deslocar-se até a escola rural.
Diretor Escolar Escola Polo	Colabora com a conduta dos estudantes “agregados” por meio de correções e cuidados locais, juntamente com o professor presencial. Também acompanha conforme acordo com diretor da Escola Sede. Também se responsabiliza pela oferta da merenda escolar e a higienização das salas de aula. Alguns procuram envolver os alunos em atividades extraclasse próprias da escola.	Pouco se envolve. Alguns enxergam os alunos do Ensino Médio como intrusos na escola, todos os problemas ocasionados são atribuídos a eles. Geralmente tem o EM como algo a parte da escola.

Fonte: CRE-Vilhena (2017).

Como observado no quadro 9, as funções a serem desempenhadas pelos profissionais, que seriam de acompanhar as turmas do Projeto, quando se referem às Escolas Polo são fragilizadas e compreendem falhas no monitoramento da execução pedagógica próprias da Escola Sede. Essa, nesse contexto, se vê limitada, sem apoio e recurso para efetivar o atendimento no local.

Acerca da atuação do supervisor escolar a Portaria 2264/16 descreve as atividades desses profissionais para atender o PEMMT no seu art. 9 e Incisos V e VI:

V. Supervisor da Escola Sede: a) Propiciar estratégias pedagógicas para que se efetive a integração dos estudantes e professor presencial do Projeto de Mediação das salas anexas com a escola sede; b) Estabelecer juntamente com os demais membros da equipe gestora da escola sede e Coordenação da Mediação na CRE mecanismos que favoreçam o cumprimento de normas vigentes no que se refere ao sistema de avaliação da aprendizagem dos estudantes do Projeto de Mediação Tecnológica; c) Dinamizar atividades que propiciem a formação continuada dos professores presenciais envolvidos no Projeto de Mediação Tecnológica; d) Colaborar no relacionamento escola-comunidade, visando à eficácia do trabalho educativo; e) Acompanhar o desenvolvimento do currículo em entrosamento com a equipe gestora; f) Assegurar, em parceria com os demais membros da equipe gestora o cumprimento dos dias letivos; g) Acompanhar no Sistema do Diário Eletrônico os conteúdos, notas e frequência dos estudantes do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica. h) preencher instrumentais de avaliação institucional do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, quando solicitado (RONDÔNIA, 2016c, p. 7-8) (grifo nosso).

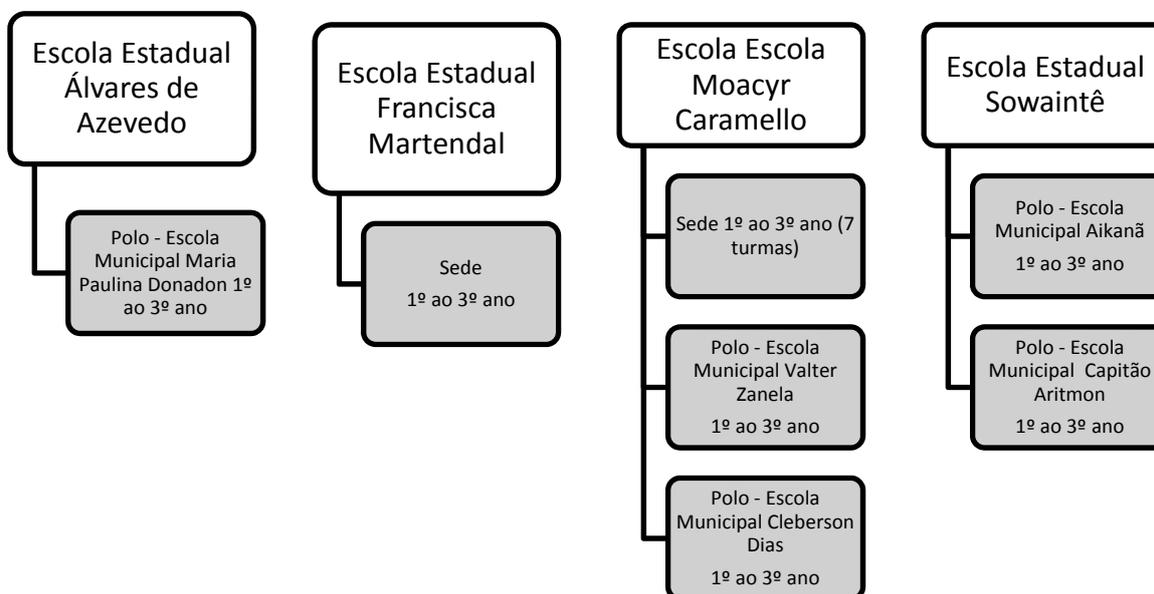
Quanto ao exercício do orientador educacional, temos na mesma Portaria a seguinte redação:

VI. Orientador Educacional da Escola Sede: a) orientar aos pais dos estudantes conscientizando-os sobre a dinâmica e operacionalização do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica. b) Divulgar a todos os envolvidos no Projeto Ensino Médio de Mediação Tecnológica (estudantes, professores presenciais pais ou responsáveis) os objetivos do Serviço de Orientação Educacional; c) Sensibilizar os pais e/ou responsáveis da importância da sua participação efetiva na ação educativa dos estudantes; d) Cooperar com a Supervisão Escolar e Professor Presencial no processo do ensino e da aprendizagem, detectando as possíveis causas das dificuldades dos estudantes e realizando as orientações e encaminhamentos para saná-las ou minimizá-las; e) Acompanhar o desempenho escolar dos estudantes, observando o rendimento e a frequência dos mesmos. f) sugerir formas de atendimento aos casos especiais registrados. g) atender individualmente estudantes e/ou pais de estudantes que procurem ou forem encaminhados ao SOE. h) promover articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. i) acompanhar continuamente o processo de desenvolvimento dos estudantes em colaboração com o professor presencial e com as famílias. j) informar aos estudantes, pais ou responsáveis sobre Diretos e Deveres previstos no Regimento Escolar. k) articular, juntamente com a equipe técnico pedagógica e professores presenciais, orientações teóricas e metodológicas sobre o atendimento educacional aos estudantes com necessidades educativas especiais. l) preencher instrumentais de avaliação institucional do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, quando solicitado. (RONDÔNIA, 2016c, p. 7-8) (grifo nosso).

Diante do exposto, que compõe a competência de atuação da Supervisão Escola e Orientação Educacional da Escola Sede, articulados com a Gestão Escolar, há de se convir que muitos tópicos grafados, que condizem à atuação desses profissionais, não são passíveis de realização sem a presença física no local: escolas polo-salas-alunos. Entretanto, tais profissionais não recebem nenhum benefício financeiro adicional para que possam fazer tais deslocamentos para atender a demanda ao qual lhe compete.

A seguir, a figura 11 apresenta um organograma das escolas sedes e seus polos com salas do PEMMT na Regional de Vilhena.

Figura 11 - Organograma das Escolas Sedes e seus polos que possuem salas do PEMMT na Regional de Vilhena



Fonte: CRE-Vilhena (2018).

A figura 11 demonstra a vinculação das Escolas Polo às Escolas Sede (mantenedora, uma Escola Estadual). O Termo de Cooperação Técnica firmado entre as partes (estado e município) é acompanhado de um plano de trabalho com duração de 10 anos. Nesse as responsabilidades são pré-estabelecidas para cada ente federado. As incumbências da Secretaria de Estado da Educação estão na cláusula segunda¹⁶ do referido termo e as que cabem ao município, rede municipal de ensino estão na cláusula terceira¹⁷.

O referido documento tem a finalidade de estabelecer a parceria entre as redes de ensino e também viabilizar construções de salas de aula e a instalação da internet em espaço do governo municipal que são necessárias à execução do PEMMT.

Mesmo diante das dificuldades encontradas que descaracterizam o PEMMT, o que ocorre pela falta de estruturação básica para que haja a execução da metodologia conforme sua proposta, o quadro 10, a seguir, apresenta dados estatísticos dos

¹⁶ Vide Anexo III.

¹⁷ Vide Anexo IV.

percentuais de aprovação obtidos desde 2016, ano em que se iniciou o Projeto atendendo, inicialmente, o 1º ano do Ensino Médio.

Quadro 30 - Resultados dos rendimentos obtidos nos anos 2016 e 2017 com o PEMMT

ESCOLA SEDE	ESCOLA POLO	APROVAÇÃO 1º ANO 2016	APROVAÇÃO 1º ANO 2017	APROVAÇÃO DO 2º ANO 2017
EEEFM. Marechal Rondon/Vilhena	EMEF. Maria Paulina Donadon/ Nova Conquista	91%	71,4%	58,3%
EIMEF. Aikanã/Terra Indígena Tubarão	-	100%	87,5%	90%
EEEFM. Moacyr Caramello/Chupinguaia	EMEF. Valter Zanela/Guaporé	62,5%	82,4%	100%
EEEFM. Moacyr Caramello/Chupinguaia	Escola SEDE	93%	92,2%	87,5%
EEEFM. Francisca Martendal	Escola SEDE	100%	85,7%	100%
Média		89%	83,9%	87,1%

Fonte: Diário eletrônico SEDUC/RO (2018).

Em 2016 a CRE-Vilhena atendeu seis turmas, 13 turmas em 2017 e 23 turmas em 2018. Entre outros problemas vivenciados, em 2018 surge também a falta de professor para atender o Projeto em algumas localidades. Várias propostas foram lançadas a professores urbanos, demonstrando as vantagens com gratificações de difícil acesso que chegam a 50% acima do salário base. Entretanto, registra-se que as dificuldades persistem com professores que não se adequaram ao Projeto e que possuem dificuldades de acesso a e-mail, dificuldades para baixar vídeos, entre outros. Há também o descuido com as avaliações e gabaritos que acabam vazando para outros locais.

Ainda nesse cenário, verifica-se a descaracterização do Projeto quando da questão da interação do aluno como mecanismo de diálogo e tira dúvidas no momento das transmissões das teleaulas. O mecanismo oficial deveria ser via *chat* pelo AVA na plataforma Moodle, entretanto, na prática, os professores têm utilizado meios alternativos, tais como via chatzap (grupo de whatsapp). Nesses grupos estão inseridos todos os professores presenciais e de estúdio do ano escolar, coordenações e gerência. Essa é uma medida alternativa pensada pela gerência para amenizar as dificuldades pela falta da internet.

Diante desses fatos, não é possível medir a quantidade de atendimento que é realizado diariamente pelo referidos profissionais de estúdio, sendo agravante, nesse caso, que os alunos não possuam um diálogo direto e acessível com os professores do estúdio – professores das disciplinas específicas (CRE-Vilhena, 2018).¹⁸

Por algum tempo, foi prometida a instalação da internet nas escolas que detinham salas do Projeto. Em 2018, ao instalar a internet, essa não funcionou e foi divulgado que não seria disponibilizada aos estudantes, somente ao professor presencial, gerou-se, assim, muita frustração nos envolvidos no Projeto (CRE-Vilhena, 2018).

Desse modo, é fato que o acesso à internet não chegará ao manuseio do aluno para que haja a interação, para que esses possam tirar dúvidas diretamente e/ou realizarem pesquisas. Essa constatação deve-se a dois fatores: primeiro pela capacidade da internet que é baixa, apenas 2 megabytes; segundo, pela quantidade de estudantes *online* que, provavelmente, teriam dúvidas e precisariam acessar. Tendo por base o quantitativo de alunos no estado em 2017, que foi de 4.366 alunos (RONDÔNIA, 2017), seria humanamente impossível apenas um professor de estúdio atender a toda demanda de dúvidas surgidas. Esse fato, certamente, acarretaria à Seduc/RO propor outros meios e/ou acrescentar o número de professores em estúdio para tirar dúvidas dos alunos.

Na sequência, considerando a análise do PEMMT em Rondônia com foco na CRE-Vilhena, serão abordados os problemas detectados no desenvolvimento do Projeto a partir de distintas dimensões: pedagógica e estrutural. Entende-se por estrutural as problemáticas que envolvem recursos, materiais, equipamentos, metodologia proposta, falta de professor, atendimento técnico e pedagógicos. Por pedagógica, demandas de atendimentos aos protocolos estabelecidos pelo Projeto que resultam na atuação do professor e desenvolvimento e rendimento dos estudantes.

1.2.1 A dimensão pedagógica no PEMMT

Acerca do monitoramento da execução pedagógica a ser realizada pelo coordenador do Projeto lotado na CRE, destacam-se, primeiramente, as ações voltadas

¹⁸ Registra-se que, apesar da solicitação da pesquisadora, via documento oficial do PPGP/CAED/UFJF, dos dados dos quantitativos de acesso ao chat, a Gerência de Mídias não informou e também não manifestou o motivo da não informação para o embasamento dessa pesquisa.

para o acompanhamento do Professor Presencial que, de acordo com a Portaria 2264/16, constam de:

- i) Acompanhar o calendário letivo e sua execução.
- ii) Realizar formação continuada com professores, supervisores, orientadores e gestores das escolas. Tais encontros formativos fazem parte do processo de acompanhamento das ações do Projeto. Realizar Conselho de Classe periodicamente para análise conjunta com equipe gestora e professores sobre o desempenho dos estudantes.
- iii) Fazer atendimento coletivo e individual aos alunos para intensificar e colaborar para a melhoria do desempenho e comportamento no decorrer do processo.

Assim, no que condiz às falhas no acompanhamento pedagógico do professor presencial pelo coordenador do Projeto, as fragilidades observadas são a ausência de reuniões, de formação continuada e de monitoramento das ações *in loco*. Essas ausências ocasionam descompromisso por alguns docentes que põem substitutos sem a devida formação, ou ainda, a sala de aula fica sob a responsabilidade dos próprios alunos. Esse fato gera a desmotivação dos alunos, a evasão, a facilitação das respostas das avaliações e o vazamento de gabaritos antes da aplicação do instrumento avaliativo, causando a banalização do Projeto (CRE-Vilhena, 2016-2017).

Vale salientar, sobre o atendimento pedagógico formativo aos docentes, que a pessoa responsável pelo setor salienta que busca realizar formação dos professores nas visitas *in loco*, na maioria das vezes isso ocorre via telefone, *online* por e-mail, whatsapp e mecanismos de mensagem do facebook, pelos quais são esclarecidas as dúvidas e ocorrem as solicitações de materiais e/ou reparos dos equipamentos. Já as formações coletivas, que são realizadas pela CRE, se resumem a uma ao ano e, diante de dificuldades existentes, não se realizam outras. É registro também que a Seduc realiza uma formação ao ano com os professores ingressantes no Projeto (CRE-Vilhena, 2018).

O professor presencial também não é convocado a participar de formações continuadas que algumas escolas realizam. Considerando o fator deslocamento aos que não residem nas localidades, não há contrapartida financeira para tal. Desse modo, as ações descritas acabam não sendo realizadas.

No ano de 2016 não foram realizadas formações devido à impossibilidade de deslocar os professores e supervisores até a CRE; do mesmo modo, não se realizaram

as reuniões coletivas em uma só escola. Para o ano presente ano estavam previstas três formações, conforme Plano de Ação da Coordenação do PEMMT¹⁹. Para 2017, estavam previstas quatro formações com os docentes. Dessas, apenas uma foi realizada e contou apenas dois professores do Projeto, ou seja, não alcançou a todos os professores, conforme planejado também no Plano de Ação do ano de 2017 (CRE-Vilhena, 2017).

Também a não realização das visitas de monitoramento nas escolas que oferecem turmas do PEMMT, conforme prevê o planejamento CRE-Vilhena (2016-2017), gera acúmulo de atividades para a visita da coordenação do Projeto. Consequentemente, ocorrem atendimentos mais superficiais. Diante das contínuas dificuldades de monitoramento em cada escola/turma, acumulam-se os locais a serem atendidos em uma única viagem, acarretando o atendimento de duas ou três escolas num mesmo dia. Nesses casos o tempo é pouco para se observar todos os fatores necessários aos procedimentos de monitoramento, tais como: planejamento, registros de diários, registros de reposições, atividades extraclasse, avaliações, atendimento individualizado a alunos com problemas de disciplina e ou aprendizagem. Torna-se, portanto, deficitário o acompanhamento da prática de sala de aula, uma vez que as aulas ocorrem no período vespertino, no horário das 13h às 17h, e o horário de funcionamento da CRE é das 7h30 às 13h30.

Logo, diante do relatório final de atividades da coordenação do PEMMT, CRE-Vilhena (2016-2017), destaca-se que no ano de 2016, das 32 viagens realizadas pela coordenação do Projeto, em 26 foram atendidas de duas a três escolas por dia. Portanto, apenas seis viagens foram específicas para acompanhar uma única escola por vez, situação que ocorreu com as seguintes instituições: Escola Indígena Aikanã, localizada a 210 km de Vilhena; Escola Maria Paulina Donadon, duas vezes visitada e está a 45 km da Coordenadoria; Escola Francisca Martendal, também localizada a 210 km, e a Escola Moacyr Caramello, localizada a 100 km e que também foi visitada duas vezes. Nesses casos, de modo geral, a distância foi o fator que determinou a realização de uma viagem exclusiva para atender apenas uma escola. Sobretudo, considera-se que a maior parte das vias de transporte na região são estradas de terra precárias, amplia-se o tempo de viagem.

¹⁹ Plano de Ação da Coordenação do PEMMT é um documento elaborado no início de cada ano letivo com intuito de planejar as ações do ano para atender o Projeto.

Por fim, destaca-se que as ações necessárias de cunho pedagógico são impactadas pela falta de planejamento orçamentário que resultam na debilidade de infraestrutura e logística, trata-se, portanto, de um efeito cascata, atingindo a todas as dimensões na hierarquia organizacional.

1.2.2 A dimensão estrutural do PEMMT

No que tange à estrutura física/tecnológica disponível para o Projeto na CRE-Vilhena, o quadro 11 permite-nos conhecer um pouco melhor os recursos disponíveis para cada escola.

Quadro 11 - Estrutura disponibilizada para o PEMMT CRE-Vilhena

(continua)

ESCOLA	T V	RECEPTOR	COMPUTADOR	INTERNET	NETBOOK	CONDIÇÕES DO ESPAÇO
Maria Paulina Donadon (três salas)	3	3	3 (um para cada sala)	Não possui em nenhuma sala (ainda em instalação)	Possui apenas 12 notebooks entregues em 2016, hoje atende o 3º ano EM	Acomodados nas salas móveis (contêiner). Pois a Escola Municipal não dispõe de espaço físico.
Escola Aikanã (três turmas)	2	2	2 (um em cada sala)	Não possui em nenhuma sala	Possui apenas 12 notebooks entregues em 2016, hoje atender o 3º ano EM	Possui apenas uma sala de aula que é de uso do 3º ano. A turma do 2º ano está acomodada em local improvisado em espaço da igreja. O 1º ano não tem sala de aula. Para esses alunos no momento as aulas estão sendo realizadas na mesma sala do 2º ano no período matutino com as aulas gravadas no pendrive, devido às transmissões pela manhã terem sido interrompidas.

(continua)

ESCOLA	T V	RECEPTOR	COMPUTADOR	INTERNET	NETBOOK	CONDIÇÕES DO ESPAÇO
Escola Francisca Martendal (três turmas)	3	3	3 (um para cada sala)	Nos computadore s pessoais dos professores que utilizam em sala. É internet paga pelos próprios professores. Foi instalada a internet para o Projeto na escola, mas não há conexão.	Possui apenas nove notebooks entregues em 2016. Hoje atende o 3º ano EM e os que sobram dividem-se nas demais turmas aos alunos que não possuem o smartphone.	Possui sala de aula para atender as turmas, em 2017 foram construídas duas salas. Contudo falta mobiliário, centrais de ar condicionado e quadro branco.
Escola Moacyr Caramello (sete turmas)	7	4 (são feitas adaptações de distribuição para atender as demais salas com um único receptor)	7 (mas não estão nas salas devido a ser usadas em outro horário e são depredados, fator que dificulta a atuação dos professores)	Não possui nenhuma sala. Apesar da internet já ter sido instalada na escola, porém pouco atende as salas, cujos professores adotam planos pessoais de dados móveis para interação via chat/Whatsa pp	Possui apenas 53 notebooks entregues em 2016, hoje atende apenas o 3º ano EM	Possui sala de aula para atender cada turma. Duas delas foram construídas no ano 2017, as centrais de ar- condicionado chegaram em meados de maio 2018.

(conclusão)

ESCOLA	T V	RECEPTOR	COMPUTADOR	INTERNET	NETBOOK	CONDIÇÕES DO ESPAÇO
Escola Valter Zanela (três salas)	3	3	3 (um para cada sala)	Não possui em nenhuma sala, a internet para atender o Projeto já foi instalada, contudo não funciona.	Possui apenas nove notebook entregues em 2016, hoje atender apenas o 3º ano do Ensino Médio.	Possui salas de aula cedidas pela Escola Municipal, espaços improvisados, pequenos e em situações precárias, uma sala de madeira em péssimas condições que oferece risco de furto dos equipamentos. Espaços esses que são mudados no decorrer do período de acordo com a necessidade da escola municipal pela preferência de atender sua clientela. Mobiliários péssimos.
Escola Cleber Dias (três salas)	3	3	3 (um para cada sala)	Não possui em nenhuma sala	Não possui	Possui salas de aula cedidas pela escola municipal. As salas estão em bom estado de conservação. Mas falta mobiliário e os existentes encontram-se em péssimo estado de conservação.
Escola Capitão Aritmon	1	1	1	Não possui em nenhuma sala	Não possui	Está utilizando sala de aula improvisada, cedida.

Fonte: CRE-Vilhena (2018).

De acordo com CRE-Vilhena (2018) e o exposto no quadro 11, é importante esclarecer que cada localidade recebeu uma impressora/xerocadora/scanner HP Laser, com impressão laser com uso de tonner. A impressora tem a finalidade de atender ao Projeto em todas as turmas, seja para a escola que possui uma turma, ou outra com sete, conforme descrito no quadro. Entretanto, vale destacar, que o alto consumo, tanto de tonner como sulfite, faz com que os professores, na maioria das vezes, adquiram por conta própria esses materiais, dado que a escola sede nem a Seduc os fornecem.

No que condiz à recepção do sinal da internet, a CRE-Vilhena (2018) destaca que há o imprevisto com o uso de um receptor que distribui a uma ou duas outras salas, como é o caso do 1º ano que há três turmas na Escola Moacyr Caramello e para duas salas no 2º ano na mesma escola (um único receptor é instalado numa sala e distribui sinal para outras salas por meios alternativos com os adaptadores de distribuição de sinal). Ressalva-se que a forma correta de realização é um receptor para cada sala de aula. O problema é grave, porque há queda de qualidade e intensidade, falhas na transmissão, o que gera a imagem cortada, distorcida e o áudio descontinuado da imagem. Na maioria dos momentos de transmissão há a impossibilidade de compreensão das explicações das aulas e da visualização das imagens com nitidez, ou seja, o aparelho não suporta a sobrecarga ou a instalação está inadequada.

Como já citado anteriormente, dada a falta do terceiro estúdio de gravação para as aulas ocorrerem no horário determinado ao 1º ano, gerou-se dificuldades que foram sendo acentuadas e obrigando aos professores presenciais a realizarem as gravações no período matutino para a transmissão no vespertino. Fator esse que gerou problemas contundentes na qualidade de imagem e som no mesmo patamar descrito acima, comprometendo o andamento das aulas e a qualidade foi prejudicada por longos quase quatro meses de 2018 (CRE-Vilhena, 2018).

Outro problema destacado pela CRE-Vilhena (2018) foi o período de greve que ocorreu em 2018 e perdurou por 45 dias. A greve iniciou-se no final de fevereiro e as aulas foram retomadas no início de abril. Nesse cenário, 16 das 23 turmas do PEMMT ficaram sem aulas.

Em resumo, não são apenas esses os problemas encontrados. Em junho de 2018 três turmas estavam sem professores presenciais, fator que compromete o desenvolvimento do ano letivo. As situações que acarretaram essa realidade envolvem professores que se afastaram por atestado médico e, em outras duas turmas, não foi encontrado professor para as localidades. Em ação paliativa, uma turma foi atendida por cinco meses por professor de outra turma do Projeto, esse professor remunerado por meio de horas-extras e recebendo 12h semanais; a necessidade de atendimento de 20h semanais, ou seja, a turma não foi atendida no seu tempo integral. Para as outras duas foram contratados professores.

Outro fator, desafiante é a assistência técnica. Segundo a CRE-Vilhena (2018), a mesma tem sido comprometida pela ausência de recurso para pagar técnico ocasionando suspensão de aulas por alguns dias.

As fragilidades de infraestrutura, que consistem no conjunto de elementos fundamentais que interferem no desenvolvimento do Projeto, impactam, portanto, nos aspectos técnicos, como a manutenção e correção de problemas nos equipamentos e implantação de outros. Todo o trâmite fica na responsabilidade da Coordenadora do Projeto, conforme relato da própria. Antenas e *notebooks* que apresentam defeitos, por exemplo, dependem de disponibilidade de um técnico e de recursos da CRE para deslocamento até os locais, bem como, para compra de equipamentos, caso necessário.

Segundo a CRE-Vilhena (2016), os problemas técnicos surgem de diversas maneiras: defeito no receptor, defeito no aparelho da antena, perda do sinal de satélite e instalação de cabos. Os netbooks ficam sob a manutenção (atualização e desbloqueio) do Núcleo de Tecnologia da CRE, que depende de informações da Seduc de Porto Velho – RO, tais como: gerar código de desbloqueio, problemas de software e ou no sistema operacional. Caso seja outro problema de hardware, é preciso enviá-los à central de manutenção de mídias na Capital, processo este que demanda tempo, semanas ou até meses para voltar ao uso do aluno.

Ainda segundo informações obtidas na CRE-Vilhena (2017), o problema concentra-se na indisponibilidade do equipamento para uso do estudante, o que gera consumo exacerbado de material de expediente, insatisfação da gestão e desmotivação dos alunos e professores que muitas vezes compram os materiais para disponibilizar aos alunos.

No caso específico da infraestrutura, a CRE-Vilhena (2017) destaca que a falta da internet um fator conflitante. Desde o início de 2016 a Seduc/RO informa sobre a indisponibilidade da internet em todas as salas nas quais existe o PEMMT, que não se efetivou. Geralmente, os professores usam internet dos seus próprios celulares (dados móveis) para o contato com a Coordenação (geralmente em horário de execução das aulas) ou usam a internet pessoal de suas casas nos horários contrários. Essa falta de internet ocasiona dificuldades no monitoramento a distância. Tais acompanhamentos e orientações *online* consistem em informar problemas de ordem técnica, preenchimento de diários e lançamento de dados do IFRO, recebimento dos *e-mails* com materiais para a realização das aulas (planos, avaliações, atividades extraclasse etc.).

As fragilidades oriundas da CRE-Vilhena perpassam pela dificuldade na liberação de meios de deslocamento para realizar o monitoramento nas Escolas Polo e Escolas Sede. São elementos que envolvem a logística gerenciada pela Seduc/CRE/Vilhena. Dentre as fragilidades, destaca-se:

- i) A falta de transporte para deslocar-se até as salas nas quais ocorre o Projeto.
- ii) Falta de recursos financeiros para diárias ou ajuda de custo, para custear alimentação e pernoite para realizar os devidos atendimentos in loco. Bem como realizar formação com professores.
- iii) A indisponibilidade de horas-extras pelo horário que excede a jornada diária de trabalho, quando em viagem, ou mesmo em atividades burocráticas técnica/administrativo-pedagógicas próprias do Ensino Médio. Também, atividades que envolvem o gerenciamento local do curso técnico do IFRO.
- iv) Indisponibilidade pela CRE/Vilhena de internet via wifi no celular para manter contato via whatsapp com os professores presenciais. (CRE-Vilhena, 2017, p. 3).

No que se refere às dificuldades de transporte, no ano de 2016, foram agendadas, de fevereiro a dezembro, no mínimo uma e no máximo duas visitas por mês a cada localidade em que há sala do Projeto, cinco no total. Entretanto, das 66 visitas que deveriam ter acontecido, apenas 32 se realizaram, o que corresponde a apenas 48% do previsto. Das 34 viagens canceladas, 22 foram por motivos de falta de veículo que estava em manutenção e/ou em deslocamento para outras localidades com outras equipes de trabalho; 9 por falta de recursos como combustível e alimentação; 3 por falta de motorista oficial (CRE-Vilhena, 2016).

Como alternativa à dificuldade de acesso às comunidades atendidas pelo Projeto, devido à suspensão das viagens previstas no calendário de monitoramento, foram realizados atendimento e acompanhamento de maneira improvisada, via telefone e whatsapp, o que atendeu superficialmente as necessidades das turmas e dos profissionais. Portanto, em 2016, foram realizados 440 atendimentos via telefone e 880 pelo whatsapp. (CRE-Vilhena, 2016).

O trabalho de acompanhamento técnico, administrativo, pedagógico e organizacional foi limitado em 2016 e em 2017, o que ocorreu devido às restrições contínuas na liberação de veículos, combustível, alimentação e estadia. Cortes esses amparados pelo Decreto Nº 19.462, de 2015, que estabelece medidas de eficiência nos gastos públicos. E sequenciado pela Instrução Normativa Nº 001/GAB/SUGESP (2016a) que estabelece as medidas administrativas, regras e prazos para contenção de despesas a serem adotados pelos órgãos da administração pública do Estado de Rondônia. Ou seja, exige-se um trabalho sistemático para acompanhamento do PEMMT e não há subsídios para realizá-lo.

Assim, as inconformidades na implementação estão inseridas na ausência de planejamento para prover subsídios logísticos (Seduc/CRE dispor de veículos e

motoristas para atender a agenda), financeiros (diárias, horas-extras, combustível, contratação de técnico) e equipamentos (internet, netbook e demais aparelhos que apresentam problemas constantemente) para o atendimento ao Projeto. São fatores que impactam diretamente no desenvolvimento da proposta, o que inclui também a oferta de língua materna à comunidade indígena.

No que se trata do financiamento do PEMMT, algumas informações estão disponíveis sobre empenhos realizados no ano de 2017 e 2018 para com o PEMMT. Em pesquisa nos extratos de empenho obtidos por terceiros da Unidade Gestora Seduc/RO encontram-se alguns dados referente às despesas, cujas informações, apesar de solicitadas, também não foram disponibilizadas com detalhamentos. Tais despesas evidenciam empenhos gerados para o exercício do ano de 2017 para com o PEMMT especificamente. São eles:

i) convênio para locação dos estúdios de gravação do IFRO foi empenhado três montantes: sendo o primeiro valor de R\$ 1.384.880,00, o segundo valor R\$ 2.829.434,50 e o terceiro valor R\$ 1.444.554,50. ii) Empenho estimativo de diárias, manutenção nos aparelhos de recepção de sinal digital, instalação de antenas parabólicas no valor de R\$ 57.710,00. iii) Aquisição de material de consumo (papel a4) para atender o ensino médio com mediação tecnológica, valor de R\$ 102.050,56. iv) Aquisição de peças para antenas parabólicas Projeto ensino médio, no valor de R\$ 7.225,00. v) Estimativo de passagens terrestres p/atender o V Seminário de educação a distância do Instituto Federal de Rondônia, no valor de R\$ 5.599,10. vi) passagens terrestres p/atender a centro de mídias de educação, no valor de R\$ 340,50. vii) empenho estimativo de passagem terrestre, atender a formação continuada do Projeto do ensino médio com mediação tecnologia no valor de R\$ 35.727,25. viii) contratação de empresa especializada em hospedagem e alimentação locação – Projeto Ens. Médio c/ mediação tecnológica. ATA n. 107/2017 Seduc. Inf. Fl. 289, no valor de R\$ 78.626,29. xi) Aquisição de carteira escolar universitária para atender Projeto mediação tecnológica, favorecido plaxmetal s/a - indústria de cadeiras corporativas, no valor de R\$ 290.000,00. x) Aquisição de Kit tecnológico (receptores) para atender as novas turmas de 1º e 2º ano/2017 contempladas no Projeto de Ensino Médio c/ Mediação Tecnológica, no valor de 35.369,64. Para 2018 empenhado para o IFRO o valor de R\$ 8.825.321,10. (Seduc/RO, 2018, p. 1).

Registra-se que há questionamentos de órgãos sindicais e outros sobre as altas despesas demandadas para a alocação de contêineres para atender à necessidade emergente no que condiz as condições físicas das salas de aula em diversas localidades do estado. No entanto, tais dados não foram obtidos para detalhamento neste trabalho.

Conclui-se que é no descompasso que surgem os entraves, obstáculos e inconformidades que não permitem o girar da engrenagem conforme o esperado. Nesse sentido, as evidências apontadas no trajeto de dois anos da implementação do PEMMT, que estão associadas diretamente ao monitoramento do Projeto, nos darão subsídios

para realizar este estudo. A fragmentação da atuação dos diversos atores e instâncias compreende falhas no processo que impactam nos resultados. Assim, percebe-se a relevância de analisar o caso em questão para que seja possível amenizar, ou até mesmo sanar as dificuldades vivenciadas cotidianamente na execução do Projeto de Ensino Mediado pelas tecnologias em Vilhena - RO.

Portanto, faz-se necessário analisar o cenário ao qual se insere o ensino mediado pela tecnologia, que configura o método de ensino híbrido agregando elementos do ensino convencional com as ferramentas tecnológicas, que permitiram projetar o PEMMT. O próximo capítulo então, encarrega-se de expor esse método de ensino, bem como faz um paralelo do projeto do Amazonas na busca de estabelecer uma visão dos aspectos assertivos e dificultadores apresentados nos anos de execução pelas pesquisas em prol do mesmo; as semelhanças dos desafios encontrados que se pautam também na dificuldades de acompanhamento *in loco* e a execução de um monitoramento eficaz. Por fim, apresentaremos os resultados das pesquisas de campo realizadas para fundamentar as hipóteses levantadas.

2. ANÁLISE DO PEMMT NO ÂMBITO DO ESTADO DE RONDÔNIA NA COORDENADORIA REGIONAL DE VILHENA/RO

O capítulo 1 apresentou as dificuldades existentes no estado de Rondônia para atender a etapa escolar do Ensino Médio. O PEMMT em Rondônia buscou no exemplo praticado pelo estado vizinho, o Amazonas, uma alternativa no atendimento aos alunos do Ensino Médio. A proposta do ensino mediado, que ainda divide opiniões entre professores, alunos e comunidade, mostrou-se uma alternativa viável para a falta de professores com formação adequada para atuar nessa etapa da educação básica.

Assim, o PEMMT integra uma política pública que intenciona colaborar na universalização do Ensino Médio, porém, em toda sua amplitude e complexidade, desde seu desenho até sua execução, o Projeto enfrenta desafios a serem superados. São, portanto, esses desafios que tornam necessária a reflexão sobre as dificuldades/fragilidades de implementação e desenvolvimento do Projeto, assim como a elaboração de estratégias para que ocorra uma execução exitosa da proposta.

Enquanto fragilidades enfrentadas no período de 2016 e 2017, essas prosseguem em 2018 e são, em geral, relacionadas à infraestrutura, o que reúne aparatos tecnológicos tais como: equipamentos de transmissão, computadores para os alunos, materiais de expediente, atendimento às disciplinas específicas aos indígenas, atendimento técnico para reparo e manutenção, internet, ambientes adequados e planejamento da Seduc/RO para contemplar e dispor de condições para os deslocamentos que permitam acompanhar *in loco* o desenvolvimento do Projeto. Importante destacar que esse último fator influencia diretamente na realização do monitoramento nos locais, dado que o acompanhamento fica limitado a interações via whatsapp e e-mail, não permitindo observações reais e aprofundadas dos processos pedagógicos, bem como também limita as orientações diretamente à equipe da escola e professores presenciais; ainda a realização de formações reunindo todos os envolvidos no Projeto.

Diante das evidências abordadas que fragilizam o Projeto, a presente dissertação lançou-se justamente na direção de apontar as dificuldades evidenciadas na implementação do PEMMT, na CRE-Vilhena, ocorridas ao longo dos primeiros anos de sua execução (2016 e 2017). Tendo, desse modo, como objetivo geral descrever e analisar a proposta do PEMMT em Rondônia de modo a propor ações, por meio de um Plano de Ação Educacional (PAE), de melhorias para o desenvolvimento do Projeto.

Nessa direção, para que seja possível estabelecer um aprofundamento sólido das discussões, a pesquisa pautou-se em conceitos e teorias que tratam do assunto em tela considerando autores da área e seus principais estudos. O quadro 12 evidencia a descrição dos autores e suas contribuições para estabelecer o diálogo e embasamento das abordagens realizadas.

Quadro 12 - Principais autores utilizados na escrita do Referencial Teórico

AUTORES	ARGUMENTOS E CONCEITOS
Arcanjo (2015), Costa (2015) Gomes (2005), Kenski (2003), Litto e Formiga (2009), Moran, Masetto e Behrens (2000); Morgado (2001);	Discorrem sobre aprendizagem por videoconferência, mais próxima do ensino presencial e em tempo real; interatividade bidirecional (síncrono). Relação entre tecnologia e aprendizagem, suas mudanças no decorrer da história, seus impactos sociais e as mudanças de comportamentos; também o papel do professor no ensino <i>online</i> . Distinção entre mediação tecnológica e mediação pedagógica.
Serrão (2016)	Contribuições sobre a implementação e o monitoramento do Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no Amazonas.
Mainardes (2006)	Faz a análise da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos.
Lück (2013) e Ferreira (2016)	Contribuições sobre avaliação e monitoramento do trabalho educacional. Também abordagens sobre a atuação gestora e procedimentos estratégicos baseados em indicadores significativos como eficácia, eficiência e efetividade.
Costa (2015), Velho (1978) Fraser e Gondim (2004) e Boni e Quaresma (2005).	Contribuições sobre a pesquisa qualitativa, necessidade da imparcialidade e variação do ponto de vista individual. Diferenciação da pesquisa frente às características dos entrevistados; diferenciam dependendo de gênero, classe, etc. Técnica de entrevistas semiestruturadas e suas vantagens e desvantagens

Fonte: elaboração própria (2018).

Enquanto uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada por meio de um estudo de caso, optou-se, pela a realização da coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. Esse modelo de entrevista apesar de dispor de um roteiro prévio a ser seguido, oferece flexibilidade para que o pesquisador possa abranger e inserir outros questionamentos. Além das entrevistas, a pesquisa também se pautou na análise documental e bibliográfica, assim como na observação, pela inserção da pesquisadora no cenário em questão.

Assim, o segundo capítulo deste trabalho trata da análise das ações de acompanhamento e monitoramento do processo de implementação do PEMMT na CRE-Vilhena. A estrutura do capítulo está distribuída em três seções principais.

A primeira seção tem como foco uma discussão teórica sobre o ensino mediado pela tecnologia na Educação Básica. O mesmo divide-se em duas subseções: a primeira apresenta pesquisas realizadas sobre o EMPMT no estado do Amazonas por meio de um mapeamento do Projeto baseando-se nos estudos de Costa (2015), Arcanjo (2015), Serrão (2016), Souza (2016) e Moreira (2016); a segunda apresenta fundamentos teóricos sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas educacionais.

A segunda seção descreve os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, sendo eles os instrumentos para coleta de dados e seus desdobramentos para realizá-los. A seção se subdivide na apresentação e análise dos dados, sendo: i) Perfil dos sujeitos entrevistados. ii) análise de dados da dimensão estrutural, ii) análise de dados da dimensão pedagógica do Projeto. iii) Resumo dos achados da pesquisa distintos entre pontos positivos e negativos.

A compilação de dados e análises dos resultados, em conjunto com a observação sobre o caso e arcabouço teórico, subsidiarão a elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE). A proposta do PAE é oportunizar o replanejamento de algumas ações de cunho interno na CRE-Vilhena com objetivo de colaborar para a melhoria do processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PEMMT.

2.1 O ENSINO MEDIADO PELA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A tecnologia permeia a vivência humana desde seus primórdios. Os diversos recursos que são utilizados no dia a dia foram criados para facilitar a sobrevivência do homem e, de algum modo, configuram-se por algum tipo de tecnologia, o que envolve desde a diversidade de utensílios e acessórios, até os locais que são habitados e meios que nos locomovemos. Todos, de alguma maneira, são ações do homem na criação de recursos que auxiliam e simplificam sua existência. Para Kenski (2003, p. 2) “desde o início da civilização, o predomínio de um determinado tipo de tecnologia transforma o comportamento pessoal e social de todo o grupo”. Na mesma direção, na atualidade, os comportamentos adéquam-se no sentido da evolução que tornou possível a agilidade na comunicação e troca de informações por meios eletrônicos digitais.

No âmbito educacional, o ensino sempre esteve atrelado a algum tipo de tecnologia, seja das mais básicas como o giz, o livro didático, o quadro negro e outros, até as mais sofisticadas da atualidade, tais como a utilização da internet e seus recursos

digitais. Costa (2015, p. 75) remete a ideia de que a existência tecnológica na vida humana amplia as perspectivas e “nos levam a compreender que a tecnologia, da mais simples e elementar a mais sofisticada, necessita de conhecimento, planejamento e reflexão para a sua construção e, principalmente, para a sua utilização”. Assim, considerando os elementos necessários ao uso da tecnologia aos quais Costa (2015) remete-se, parte-se do pressuposto de que a educação não foge à regra, ou seja, o modo como são manipulados e envolvidos os métodos de ensino designará a qualidade da trajetória formativa educacional dos indivíduos submetidos a esse ensino.

Alves (2004), em uma de suas crônicas sobre o uso das tecnologias, reflete sobre as possibilidades das tecnologias no processo de resolução de problemas:

Minha máquina de pensar tratou de encontrar outra solução: “Construa uma maquina de roubar pitangas”. Marshall McLuhan nos ensinou que todos os meios técnicos são extensões do corpo. Bicicletas são extensões das pernas, óculos são extensões dos olhos, facas são extensões das unhas. Uma maquina de roubar pitangas teria de ser uma extensão do braço. Um braço comprido, com cerca de dois metros. Peguei um pedaço de bambu. Mas um braço comprido de bambu sem uma mão seria inútil: as pitangas cairiam. Achei uma lata de massa de tomates vazia. Amarrei-a com um arame na ponta do bambu. E lhe fiz um dente, que funcionasse como um dedo que segura. Feita a minha máquina, apanhei todas as pitangas que quis e satisfiz meu desejo (ALVES, 2004, p. 22).

Para o autor, o ser humano tem a capacidade ampla de criar e encontrar soluções para suas dificuldades. No cenário por ele citado, as tecnologias são criações que contribuem para a extensão do corpo humano. Retomando a ideia da educação, o uso das tecnologias sempre busca inovações para contribuir e estimular a aprendizagem. O que se torna urgente e necessário, dado que os ambientes das salas de aula ainda seguem os padrões do século passado e persistem as dificuldades em se romper com os métodos tradicionais de ensino e aprendizagem.

Enquanto reconstrução do trajeto histórico, as TICs expandiram-se no Brasil em meados dos anos 1990 e 2000. Com o surgimento da internet, logo se estabeleceu o cenário de inovações em que surgiram os cursos de educação à distância (EaD) pelas universidades (BRASIL, 2014). Tais cursos, atualmente, constituem-se em um processo constante de inovações e novos cursos, em especial, no ensino superior.

No entanto, quando se trata da Educação Básica, o uso das TICs ainda é tímido. Seu uso frequente é restrito a uma subutilização dos instrumentos tecnológicos, o que ocorre, geralmente, devido à falta de investimento na formação humana para o trato

pedagógico no manuseio dos equipamentos com efetividade (FILHO, 2012, p. 12). Sobre esse uso, Gomes (2005) destaca que:

A situação mais comum é talvez a sua utilização em contexto de sala de aula, como suporte às atividades de ensino. É o caso comum do recurso às apresentações eletrônica como suporte às exposições do professor, ou do acesso em sala-da-aula a recursos disponíveis na Internet (p. 230).

É sabido que as TICs facilitam a intermediação do ensino e aprendizagem, pois são compostas de atrativos visuais, auditivos, imagens, sons e movimentos, além do acesso a informações com rapidez. Entretanto, as ferramentas tecnológicas digitais, unicamente, não exercem nenhuma influência na melhoria da aprendizagem. Como aborda Moran (2000, p. 12): “se ensinar dependesse só de tecnologias, já teríamos achado as melhores soluções há muito tempo”. O autor deixa claro que a técnica sem o método é passiva, pois não substitui o processo de ensinar e aprender. Portanto, não amplia o espaço para além da sala de aula e não permite a conexão entre as formas de ensino, seja presencial ou a distância.

Ao tratar de ensino presencial e a distância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) descreve para o Ensino Fundamental, no Art. 32. Parágrafo 4º, que o Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. Já para o Ensino Médio, a referida lei, no Art. 36, Parágrafo 1º e Inciso VI, expressa que:

Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: Inciso VI: cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (BRASIL, 1996, p. 26).

Diante dos desígnios legais que estão estabelecidos para grande parte da Educação Básica, no caso do Ensino Fundamental para uso do ensino a distância, a LDB descreve que somente em situações emergenciais a EaD deve ser utilizada, como é o caso do Amazonas que instituiu o ensino mediado pelas tecnologias ao ensino fundamental nas séries finais. Tal conforme descreve Arcanjo (2015), o fato ocorreu devido às especificidades geográficas da região.

No Ensino Médio, em específico, com a nova redação dada pela Lei 13450/2017²⁰, há abertura para a execução “por meio da educação a distância e também a educação presencial mediada por tecnologias”. A alteração respalda o ensino ofertado pelos Estados do Amazonas e Rondônia como sendo ensino presencial que cumpre a jornada mínima estabelecida de 800 horas e 200 dias letivos.

A sistemática de ensino mediado pelas tecnologias proporciona a interação simultânea, ou seja, em tempo real, entre professores ministrantes que se encontram em estúdio e alunos que estão inseridos nas salas de aula nos diversos locais, o que Arcanjo (2015, p. 46) detalha como “interatividade bidirecional”, ou seja, a interação é feita por “ferramentas de interatividade síncronas” que são por meio de chats em Ambientes Virtuais de Aprendizagens (AVA).

Acerca da sistemática de mediação simultânea, Litto e Formiga (2009) defendem a viabilidade da aprendizagem por videoconferência, o que se aproxima do ensino presencial. Essa alternativa é utilizada para encurtar distâncias, ao mesmo tempo em que oferece maior mobilidade e demanda do aluno participação ativa, envolvendo mudanças de comportamentos individuais que impactam nos comportamentos sociais. Tal método, denominado pelos autores de aprendizagem por *e-learning*, compõe o uso dos dispositivos móveis, mecanismo de grande importância para a execução do ensino mediado por tecnologias.

Para a metodologia do ensino mediatizado, o papel do professor continua de fundamental importância, mas exige uma mudança de postura descrita por Morgado (2001, p. 2) como uma “Mudança na concepção dos professores sobre o modo como se aprende”. No entanto, quebrar paradigmas não se trata de uma tarefa fácil, uma vez que os professores, segundo Araújo (2017), em sua maioria, são advindos de uma era categorizada como geração “X”, rotulados como “*baby boom*”. São essas as pessoas nascidas entre o período de 1960 e 1980. Ainda segundo Araújo (2017), a geração Y, é considerada a “Geração do Milênio ou ainda, a Geração da Internet ou Digital”. Quer dizer que, a partir desse período houve a expansão da informatização que promoveu ao mundo a globalização. No Brasil isso ocorreu em meados da década de 1980 até 2000.

Compreender as gerações às quais pertencem os atuais docentes pode ser relevante no sentido de análise da concepção do professor, enquanto educador, considerando as mudanças necessárias em seus comportamentos frente as novas tendências tecnológicas. Tendências essas atreladas a métodos e técnicas de ensino e

²⁰ Lei da Reforma do Ensino Médio.

aprendizagem. É fato que todo esse cenário de mudanças exige um recomeço, um reaprender por parte de pessoas que há anos estão acostumadas a exercer sua profissão de modo metodologicamente unilateral. Portanto, essa mudança de postura torna-se algo desafiante, ou ainda, frustrante, para os que não estão dispostos a se inserir na nova era digital.

Morgado (2001:11) postula que a inovação tecnológica no ensino requer repensar a educação e a formação dos professores, exigindo reorganizar metodologias e agregar novos conhecimentos e atitudes que envolvem “aspectos pedagógicos, aspectos de gestão, aspectos sociais e aspectos técnicos”. Todos esses aspectos convergem na função do profissional que se alterna entre vários papéis no decorrer do processo. A partir dos aspectos que a autora descreve é possível concluir que para adquirir capacidades demandadas, muita das vezes consideradas polivalentes, demanda-se do indivíduo interesse de mudança e querer fazer diferente e inovar, fatores esses que envolvem dedicação e persistência.

Sobre os aspectos pedagógicos, a autora destaca que esses envolvem os métodos de ensino que facilitam a aprendizagem, ou seja, é a prática exercida pelo professor que permite que o aluno compreenda o que ele está propondo a ensinar. Os aspectos de gestão voltam-se para as condições de planejamento e organização das tarefas do curso. Já os aspectos sociais condizem a estabelecer um ambiente de relações em grupos interativas e colaborativas. Por fim, é no aspecto técnico que está centrado a atenção total à atuação do professor a tudo à sua volta, o que envolve motivação, ação, informação, intervenção, etc. Ou seja, “tudo que possa contribuir para tornar a tecnologia transparente, permitindo assim ao estudante concentrar-se nas tarefas acadêmicas (MORGADO, 2001, p. 11)”. A Autora diz ainda que a tecnologia precisa ser compreendida pelo educador com um meio e não como um fim: “Reconduzir a tecnologia ao lugar que deve ocupar, enquanto meio e não enquanto princípio definidor da aprendizagem (MORGADO, 2001, p. 15)”.

O uso mais recorrente das TICs na educação é como suporte as atividades de ensino, apresentações eletrônicas, exposições, acesso à internet, etc. Tal como propõe Gomes (2005, p. 230): “Estamos nestes casos num cenário de ensino presencial com recurso a tecnologias, que podem ser as tecnologias digitais mais recentes ou tecnologias mais tradicionais como o quadro de parede”.

Entretanto, é preciso considerar que as inovações trazem cada vez mais oportunidades de utilização das TICs em potenciais mais abrangentes, como é o caso do

ensino mediado pela tecnologia. E nesse contexto, as mudanças ocorridas têm ocasionado transformações nos processos de ensino e aprendizagem:

Nas últimas décadas, novos modos de aprender foram criados a partir de relacionamentos virtuais dentro dos ambientes informatizados. Com isso, o fim da distinção entre o que é presencial e o que é a distância parece estar começando a acontecer, já que as redes de telecomunicações e de suportes multimídia interativos vêm sendo progressivamente integradas às formas mais clássicas de ensino. (LITTO; FORMIGA, 2009. p. 87).

A interação citada por Litto e Formiga (2009) faz jus ao PEMMT e sua metodologia que utiliza a videoconferência como meio de transmissão das aulas veiculadas via satélite e a internet como interativo em tempo real. Sobre esse recurso, os autores destacam que:

Dentre as mídias aplicadas na EaD, é a que está mais próxima do presencial ao permitir que participantes situados em dois ou mais lugares geograficamente distantes possam realizar uma reunião sincrônica com imagem e som, por meio de câmeras, microfones e periféricos, como CD-ROM, vídeo e computador como base para apresentações em slides, Internet etc. (LITTO; FORMIGA, 2009. p. 87).

Como visto, o ensino mediado pela tecnologia na Educação Básica deve ocorrer de maneira estruturada/planejada, pois exige mudanças e ampliações de visão educacional, na quebra de paradigmas do ensino tradicional. Acerca do temor de muitos professores de serem substituído pela tecnologia, como já dito, a tecnologia por si não fará diferença, o que faz a diferença é o meio, a forma, como essa é utilizada para beneficiar, facilitar e encurtar distâncias. Contudo, reforça-se a ideia de que toda ação que envolve o aparato tecnológico precisa ser bem planejada, organizada e acompanhada em uma sistemática contínua que envolve muitos atores para que o produto final, que é a aprendizagem do aluno, seja de qualidade do ensino oferecido.

Na sequência, após considerações sobre as TICs e a educação, analisa-se o cenário de desenvolvimento do Projeto de educação mediada por tecnologias desenvolvido no Amazonas desde 2007. O foco das considerações é em torno dos pontos considerados assertivos e falhas encontradas no Projeto. Retoma-se que o Projeto serviu de base para a implementação do PEMMT em Rondônia, o que justifica sua inserção nesta reflexão.

2.1.1 Pesquisas realizadas sobre o Ensino Médio presencial com mediação tecnológica no estado do Amazonas

Esta subseção apresenta reflexões de estudos e coleta de dados já realizados sobre a modalidade de ensino com mediação tecnológica aplicada no Estado do Amazonas. A proposta é estabelecer um diálogo entre os acertos e as fragilidades desse Projeto desde a sua implementação com vista a auxiliar a análise do Projeto em Rondônia.

Para realizar o proposto para esta subseção, busca-se elementos embaixadores em estudos já desenvolvidos e defendidos por meio de dissertações no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP/UFJF). Tais estudos podem ser verificados, de forma sistematizada e resumida, no quadro 13 .

Quadro 4 - Síntese das dissertações analisadas

AUTOR	SÍNTESE	ANO DE DEFESA
Serrão	Analisou a implementação do Projeto no Município de Urucurituba/AM	2016
Souza	Enfatizou em sua pesquisa na atuação do professor presencial no Município de Beruri/AM	2016
Moreira	Coletou informações sobre a atuação do professor presencial em parceria do gestor da escola matriz em Barcelos	2016
Costa	Pesquisou a atuação do professor presencial no Município de Parintins/AM	2015
Arcanjo	Fundamentou sua pesquisa na interatividade provida no PEMPMT	2015

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A relevância da metodologia de ensino mediado para atender a realidade geográfica existente no estado do Amazonas é notória, dado os estudos que se debruçam sobre o tema. Os apontamentos de cada estudo permitem relevante comparações da implementação do Projeto no Amazonas com o que ocorreu e ocorre em Rondônia; verifica-se semelhantes desafios enfrentados.

A metodologia que mescla o ensino presencial com elementos do ensino a distância gera uma hibridização dos métodos educacionais, conforme destaca Souza (2016). Da mesma maneira, alarga as possibilidades e também os desafios que envolvem a ampla logística de equipamentos e materiais bases. Torna-se, portanto, relevante e tem influência também a sistematização, a manutenção e a formação específica no que tange ao encaminhamento da proposta curricular do ensino mediado pela tecnologia, bem com o monitoramento e a avaliação. Trata-se de um novo olhar para a proposta com mecanismos de atendimento e acompanhamento que venha a atender as necessidades peculiares do Projeto.

A partir da análise dos estudos apresentados apontam-se como acertos na implementação do PEMPMT:

1. A organização no levantamento de dados e planejamento do Projeto para após ser posto em prática.
2. Atende as regiões mais distantes e de difícil acesso do estado, atendeu a meta de expansão/universalização do Ensino Médio.
3. Resolveu a dificuldade pela falta do professor para atender as necessidades específicas, havendo política de contratação para o Projeto.
4. Contribuiu para que os estudantes permaneçam em suas comunidades evitando a migração para a área urbana.
5. Organização da proposta pedagógica para transmissão das aulas que se divide síncrona e assíncrona.

O quadro 14 expõe de forma sistematizada essas considerações.

Quadro 14 - Ações positivas do PEMPMT no Estado do Amazonas

ORDEM	AÇÕES	DESCRIÇÃO
1	Elaboração e execução do Projeto	Estudos minuciosos da demanda, elaboração e aprovação do Projeto, implementação.
2	Política educacional de expansão do Ensino Médio	Ao atendimento de regiões de difícil acesso e demanda reprimida, apesar de atender também a zona urbana.
3	Política de contratação de professor	Sanar a falta de professor
4	Instituir sala de aula em locais antes não existente.	Permanência do estudante na comunidade local
5	Organização da proposta pedagógica da transmissão síncrona e assíncrona	Apesar de haver ressalvas na interatividade, a metodologia apresenta uma organização detalhada para que haja a transmissão das aulas diariamente.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das considerações de: COSTA (2015); ARCANJO (2015); SERRÃO (2016), SOUZA (2016), MOREIRA (2016).

Para inserção do Projeto no estado do Amazonas, segundo Costa (2015), houve um longo percurso de levantamento de demanda e análises situacionais que se iniciou em 2004. Na sequência, em 2005, realizou-se a elaboração do Projeto pedagógico em 2005; em 2006, a aprovação e autorização. O Projeto iniciou suas atividades em 2007.

Assim, o PEMPMT ofertado no Amazonas, posto em prática no ano de 2007, obedeceu às fases de planejamento antes da implementação. Atualmente, o Projeto atende aos 62 municípios em salas de aula estabelecidas na zona rural e também urbana. Os problemas estruturais concentram-se com mais latência na zona rural, locais nos quais as salas de aula são improvisadas em casas locadas ou em espaços cedidos nas escolas municipais (SOUZA, 2016). Além da questão dos espaços, faz-se necessário

estruturas que são determinantes pré-requisitos para inserção do aparato tecnológico exigido pela metodologia do ensino mediado, sendo essas: a energia elétrica e internet. Essas possuem sua condição adequada por meio de gerador de energia e instalação da internet no local.

Diante do exposto organizacional entre o levantamento, a elaboração do Projeto pedagógico e a implementação do Projeto, supõe-se que seguido o planejamento gradual, também é possível atender uma estabilidade estratégica de ordem financeira que demanda atender as necessidades de recursos diversos. É fato que em nenhum dos estudos citados esse fator é abordado como falha no processo.

Quadro 15 - Síntese das falhas do PEMPMT do Amazonas

ORDEM	EVIDÊNCIAS	DESCRIÇÃO
1	Falta de formação do professor presencial	Professores são inseridos no Projeto, mas não tem formação para atuar na metodologia e possuem dificuldades para prosseguir.
2	Ausência de dados que demonstre a qualidade do ensino ofertado pelo Projeto	No período em que o Projeto está em execução não há nenhuma política de avaliação externa que observe sua eficácia na qualidade de ensino
3	Falta de estrutura que envolve a execução do Projeto	Fatores que envolve condições básicas com energia elétrica que exige a aquisição de geradores, condições dos prédios, merenda escolar, transporte escolar.
4	Inexistência da interatividade no momento da transmissão das aulas	Como a transmissão segue tempo cronometrado para detalhar o conteúdo, o aluno não possui momento de interação. Apenas nos momentos determinados para tal finalidade.
5	Atraso no recebimento do pacote pedagógico pelo professor presencial	Quando chega ao momento de início da aula o professor fica impedido de se apropriar do conteúdo que será trabalhado no decorrer da aula, dificultando sua atuação.
6	Professor presencial encontra dificuldades com disciplinas que não fazem parte de sua formação	Compreender conteúdos de disciplinas que não fazem parte da sua formação inicial compromete o atendimento ao aluno.
7	Rotatividade de professores	Como há contratação temporária (máximo dois anos) que culmina na interrupção do contrato, gerando desconforto na turma.
8	Ausência de material didático ao aluno	A falta de material de apoio didático para o aluno contribui para a fragilidade da aprendizagem, ao qual poderia servir de suporte para pesquisa em atividades extraclasse.
9	Falta de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Projeto.	A falta desse acompanhamento sistemática pela equipe pedagógica designada, conforme propõe o Projeto dificulta a resolução de problemas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das considerações de: COSTA, ARCANJO (2015); SERRÃO, SOUZA, MOREIRA (2016).

Tal como exposto no quadro 15, a síntese das problemáticas trazidas pelo PEMPMT agrega mazelas que comprometem sua eficácia, como aborda Moreira (2016), não é possível concluir se a proposta tem sido efetiva na melhoria dos resultados

educacionais. Os fatores que podem sustentar tal conclusão são citados por Serrão (2016) ao afirmar que, mesmo diante das estratégias adotadas pelo governo amazonense para superar as dificuldades na universalização do Ensino Médio no estado, esse ainda apresenta altos e crescentes índices de evasão e retenção ano após ano. Além do expressivo número de jovens de 15 a 17 anos ainda fora da escola.

Acerca do acompanhamento contínuo do Projeto, esse fica comprometido pela dificuldade de acesso. Uma vez que cabe ao gestor da escola matriz fazê-lo, para além dos afazeres cotidianos da escola em si, esse necessita atender *in loco* a realidade das turmas do PEMPMT sob sua responsabilidade, conforme descreve Moreira (2016):

É importante ressaltar que os aspectos geográficos no Amazonas impactam no processo, uma vez que o acesso entre as escolas rurais onde funcionam o Projeto e as escolas urbanas é difícil. Para chegar a algumas comunidades que possuem turmas do Projeto EMPMT pode-se levar até dez dias. Nestes casos, tornam-se difíceis as visitas de acompanhamento pelo gestor da escola matriz, uma vez que, ele deve estar presente na gestão da escola matriz no ensino regular e no ensino com mediação tecnológica, além disso, não dispõe de uma equipe para auxiliar neste trabalho. (MOREIRA, 2016. p. 31)

Fica evidente que o monitoramento da execução do Projeto é falho diante dos diversos problemas existentes e a falta de pessoal designado para esse fim. Ou seja, o professor presencial, nas referidas localidades, possui, em sua própria responsabilidade, o gerenciamento da sua frequência, o desenvolvimento das aulas, bem como ocorre com os responsáveis pela merenda e higiene local etc. O monitoramento sistemático não existe na prática, somente está exposto no descritivo do Projeto amazonense.

Expostos pontos assertivos e fragilidades do Projeto no Amazonas, a subseção a seguir aborda a importância de existir, na prática, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas educacionais para que essas sejam efetivas e alcancem os objetivos almejados para com a qualidade de ensino.

2.1.2 Fundamentos teóricos sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas educacionais

As políticas públicas, quaisquer que sejam elas, almejam promover estratégias para o desenvolvimento social. Quando implementadas nos sistemas de ensino têm intencionalidade de prover mecanismos para elevar qualidade educacional. O ideal seria que as políticas públicas iniciassem de um universo micro que intenciona o enfrentamento estratégico de problemáticas existentes no entorno local ao qual se

destinam. Mas, obviamente, sabe-se da existência de um contexto macro, no que tange às intencionalidades no âmbito do ciclo de políticas. Nesse contraponto, os conceitos e os ideais compõem uma arena de intenções e disputas que influenciam o processo político e suas facetas. Realiza-se aqui abordagem voltada à referida política estudada nesta dissertação que ratifica a exposição de Mainardes (2006) no que condiz às intenções e as disputas.

No âmbito da implementação das políticas públicas, Mainardes (2016) apresenta três contextos que compõem esse cenário: contexto da influência, contexto da produção textual e contexto da prática (MAINARDES, 2006). Tais contextos englobam, entre outras questões, uma arena de embates que, no caso da implementação do PEMMT, compõe intenções governamentais não explícitas. Essas intenções vão desde a contenção de gastos, oriunda da redução de contratação de professores em anos subsequentes, até forçosamente a intenção de inserir a proposta em locais urbanos que culminam também no enxugamento de folha de pagamento e de outras despesas, tais como de deslocamento e pagamento de gratificação de difícil provimento.

Essa possível redução na folha de pagamento seria consequência do método de transmissão via satélite de aulas, meio pelo qual as aulas são gravadas e ficam disponíveis para o acesso do público; o que converge para que na ausência do docente a turma possa ser acomodada em sala adaptada e assistir aula compatível com o nível e período que se necessita. Supre-se, assim, a necessidade do momento e as determinações da lei são atendidas quanto à oferta. Essa é uma hipótese que se visualiza na intenção de suprir uma problemática grave nos ambientes escolares do estado de Rondônia. No entanto, até que ponto essa opção pode ser considerada uma medida compensatória? Poderia acomodar os professores frente às suas responsabilidades? Poderia essa opção fragmentar ainda mais o ensino? Quem seria o responsável para monitorar as atividades? Esses são questionamentos que aos olhos do Ministério Público de Rondônia trazem dúvidas sobre o atendimento real dessa opção de ensino para o caso das necessidades urbanas e, mesmo nos locais de difícil acesso, seu uso é recomendado apenas por período temporário até sanar a ausência de professores nas salas de aula.

Para além dessa questão de discordâncias e recomendações advindas de insatisfações da sociedade, percebe-se a disputa, sob o julgo da discordância, no outro olhar que é o do professor, sindicatos, movimentos rurais, etc. No entendimento dessas instituições, e da grande maioria dos docentes, essa metodologia tem a finalidade de

aliviar o governo financeiramente ao tornar turmas do Ensino Médio com atendimento unidocente, por meio de uma metodologia de EaD. Além da percepção de que no ensino executado a partir das tecnologias da informação e da comunicação tende a substituir a pessoa do professor.

Geralmente, a política pública vem designadas de cima para baixo, baseadas em estudos e experiências dos métodos propostos e quase sempre tendo por base outros locais e realidades, o que gera a necessidade de ações para a reorganização nos procedimentos cotidianos. Essa verticalização tende a gerar impactos, muitas vezes negativos, pois tais políticas não são divulgadas, socializadas e a comunidade sensibilizada e inteirada sobre as tomadas de decisão e ações pelas quais seu cotidiano será influenciado. Contudo, Mainardes (2006) salienta que as políticas públicas dispõem de flexibilidade e, será no contexto da prática, que os fazedores possuem a oportunidade de recriar, mudar e transformar significativamente uma política e produzir efeitos e consequências diversas favoráveis ou não.

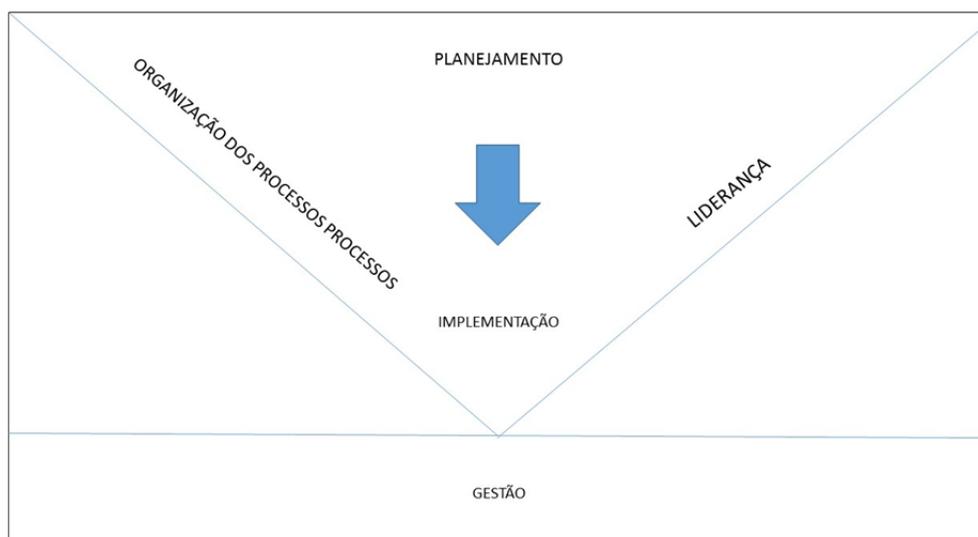
É certo que é por meio do debate que se constrói parâmetros para enfrentar os desafios sociais ao qual vivemos. Desafios esses contidos na diversidade existente em nosso país. Também é fato que as possibilidades analíticas e participativas de tais políticas educacionais brasileiras existem, ou tentam existir, contudo as vozes consideradas e as forças compreendidas compõem as intenções e os percursos tomados desde a formulação à prática e podem tomar percursos satisfatórios ou não (MAINARDES, 2006).

Na prática, quando se desenvolvem as ações de um Projeto como o PEMMT, essas partem para outro contexto que compreende sua execução, seus executores e seus receptores e, para tal, insere-se um planejamento que percorrerá todo o processo de implementação, as etapas de execução e foco de atuação (LÜCK, 2016). Para que essa prática ocorra de maneira adequada, é preciso que haja envolvimento e interpretação das intenções pelos atores, bem como seriedade em sua execução. Nesse desenvolver não há como fugir da ação de monitoria e avaliação contínua.

No cenário de planejamento e prática, monitorar e avaliar são ações consideradas como instrumentos de gestão que norteiam passo a passo a proposta planejada, como demonstrado, a seguir, na figura 12. Considera-se que se o planejamento estratégico é ferramenta crucial do processo de implementação de política pública educacional, do mesmo modo, para uma prática efetiva é preciso organização dos processos e entendimento e compromisso da equipe, bem como a atuação do gestor

com liderança que direcione o caminho a trilhar. Essa premissa é condição para toda a dinâmica, com sérios riscos caso os encaminhamentos sejam rompidos. O processo é uma via de idas e vindas que necessitam de feedback a partir de todos os envolvidos. É um conjunto de engrenagens que precisam estar integradas e alinhadas.

Figura 12 2 - Relação entre planejamento, implementação e gestão.



Fonte: Lücky (2006, p. 48)

No cenário de consideração da implementação de políticas públicas, é preciso compreender o papel do monitoramento no campo educacional aprofundando detalhes sobre essa etapa do processo. Para tal, busca-se embasamento teórico em Lücky, (2013) que caracteriza o “monitorar”, de modo geral, como um:

[...] conjunto de atividades estratégicas e contínuas que visam o acompanhamento, verificação do desenvolvimento, cuidados e revisões necessários no decorrer do processo, primando para a melhoria focada na obtenção dos melhores resultados (p. 28).

Esse é um condicionante da avaliação que compõe a prática integradora do monitoramento e da avaliação e, em termos de definição:

Monitoramento e avaliação são processos organizados e sistemáticos de coleta, análise e interpretação regular e contínua de dados e informações sobre todos os aspectos relevantes das ações educacionais planejadas, realizados de modo a estabelecer relações entre prática e resultados, com o objetivo de subsidiar os profissionais e responsáveis pela sua realização, com informações necessárias para a melhoria e maior efetividade das mesmas. (LÜCK, 2016, p. 66).

Assim, o monitoramento trata-se de um mecanismo estratégico, incluso no planejamento (plano de ação/Projeto etc.), que tem a finalidade de supervisionar/conhecer a detalhadamente o processo desempenhado por determinada ação; possui parâmetros indicadores sistemáticos voltados para direcionar e apontar resultados melhorados - “qualidade” - com a implementação de política pública educacional. O monitoramento é, portanto, uma ferramenta eficiente no processo que envolve mensurar resultados, avaliar as metas, intervir e replanejar a prática exercida.

O monitoramento, no estado de Rondônia, enquanto PEMMT , ocorre por meio de solicitações constantes de informações às CREs e pelos coordenadores do Projeto. As informações são solicitadas a partir de questionários enviados ao final do ano para os professores responderem via Googledocs e também pelos relatórios semestrais enviados pela coordenação. O Monitoramento *in loco*, a ser realizado pela equipe do centro de mídias, ainda não ocorreu e, apenas o técnico atendeu *in loco* a solicitação de formação pela CRE para dar subsídios às escolas no uso dos equipamentos, configurações e reparos dos problemas locais com o aparato tecnológico via satélite. Ressalta-se, que em 2018, percebe-se dificuldades nas próprias instalações dos estúdios.

É preciso destacar que as políticas públicas surgem como medidas que visam a modificar o sistema de ensino nos quesitos fragilizados e que compõem um conjunto de contextos e dados observados. São, portanto, estratégias diversas e integram ações que almejam chegar ao ambiente escolar, adentrar as salas de aula e ter repercussão positiva no que compreende a ação de monitoramento do trabalho educacional. Conforme destaca Lück:

[...] a melhoria do desempenho das redes de ensino e das escolas se assenta sobre determinações claras e abrangentes de objetivos e metas e por estratégias, métodos e processos adequados para realiza-los e, sobretudo, pela determinação, compromisso e responsabilidade em realizar com competência o que foi proposto (LÜCK, 2013, p. 43).

Enquanto não houver cuidado na implementação das políticas educacionais, em sua estruturação e planejamento, bem como na compreensão clara dos processos que essa implementação envolve, o sistema escolar e seu funcionamento ficam comprometidos, tal como destaca Lück (2013). Tende-se a percorrer caminhos determinados pelo espontaneísmo, imediatismo, improvisação e pressões externas, podendo chegar ao retrocesso. Tal condição parece visível no PEMMT, quando da política pública implementada e desfavorecida de estrutura adequada; seu

desenvolvimento torna-se comprometido pela ausência de recursos, descompasso e improvisação.

No cenário de êxito na implementação de políticas públicas, o papel do líder/gestor exerce influência significativa em especial no processo de monitoramento e avaliação. Isso ocorre quando se demanda dele a condução da equipe e compreende, entre as suas funções, a de atuação como profissional dotado de habilidade gerencial, sensível e perceptível e que deve considerar indicadores significativos como eficácia, eficiência e efetividade (FERREIRA, 2016). O gestor, portanto, deve ter parâmetros claros para dar suporte e decidir com seus pares as medidas a serem tomadas diante do surgimento de situações que necessitam replanejar o encaminhamento dos processos no decorrer das etapas (FERREIRA, 2016).

Como toda política em implementação tem suas particularidades, o PEMMT, por ser uma metodologia mediada pela tecnologia, propõe em sua estrutura algumas especificidades que diferencia a sua estrutura do ensino regular. No entanto, ele não foge às determinações legais que demandam olhares atentos e conhecedores dos objetivos do Projeto. Esses olhares nascem desde as pessoas que atuam diretamente nele, bem como no entorno que deve ser subsidiado para que a engrenagem não pare de girar. Contudo, há diversas situações estruturais que são basilares e apresentam fragilidades consideráveis e, assim, impactam a atuação dos executores finais, o que torna as práticas de monitoramento e avaliação assistemáticas e esporádicas (LÜCK, 2006).

A subseção a seguir trata da metodologia de pesquisa empregada no estudo. Aborda, portanto, os caminhos percorridos para a realização da pesquisa, os sujeitos envolvidos, os instrumentos e processo de coleta de dados, as limitações, entre outros.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder à questão norteadora deste estudo, oriunda de anseios da atuação da pesquisadora na coordenação do PEMMT na CRE-Vilhena, a pesquisa empreendida versa sobre a minimização de dificuldades no acompanhamento e monitoramento do PEMMT Regional de Vilhena. A partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, realizada por meio de um estudo de caso, o percurso metodológico envolveu desde pesquisa bibliográfica, documental, observação, à coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas.

A abordagem qualitativa trata-se de um tipo de pesquisa que permite ao pesquisador analisar fatos e pessoas, considerando fatores relevantes na análise (COSTA, 2015). Essa opção exige do pesquisador, segundo Velho (1978), a imparcialidade, evitando envolvimento que possam deturpar seus julgamentos e conclusões. O autor também reflete sobre a variável existente de acordo com o ponto de vista individual de cada um e seu conhecimento do contexto. Fator esse que influencia diretamente nas conclusões, pois nem tudo o que parece de fato é da forma tal como se levantou as hipóteses iniciais. Fraser e Gondim (2004), acerca da pesquisa qualitativa, concluem que:

Uma das principais finalidades da pesquisa qualitativa é a de apresentar, de forma ampla e representativa, a diversidade de pontos de vistas de um determinado grupo e, para tal, é preciso avaliar se as características de gênero, idade e instrução são relevantes e quais os benefícios de investigar alguns segmentos sociais específicos ao invés de outros. A escolha criteriosa dos participantes é fundamental para os resultados da pesquisa. (p. 148).

No bojo da escolha da abordagem qualitativa, optou-se como instrumento para a coleta dos dados a entrevista semiestruturada, que é um instrumento que visa a obter informações sobre determinado assunto compreendendo a abrangência de características subjetivas (permite observações próprias e individuais dos sujeitos) permitindo a liberdade do entrevistado expressar-se de modo autêntico e emitir seu ponto de vista com mais riqueza de detalhes. Segundo Boni e Quaresma (2005, p.71), a técnica de coleta de dados por meio de entrevistas oferece vantagens e desvantagens e tem como objetivo “conseguir informações ou coletar dados que não seriam possíveis somente através da pesquisa bibliográfica e da observação”.

A realização de entrevistas destaca alguns aspectos – que podem ser considerados desvantagens - que norteiam a técnica e que são abordadas por Boni e Quaresma (2005, p. 76). Tais desvantagens e/ou limitações envolvem restrições do próprio entrevistador como: escassez de recursos financeiros e tempo, à insegurança do entrevistado em relação ao seu anonimato, o que pode levá-lo a reter informações importantes. Para além dessas considerações, é preciso considerar o fato que na presente pesquisa o entrevistador – pesquisador responsável - é também ator atuante no cenário da temática em questão, cita-se, portanto, o possível desconforto do entrevistado em fornecer informações sobre a sua atuação no processo. Esse possível desconforto tende a levar o entrevistado a se eximir de atribuir suas percepções e apenas concordar e/ ou elogiar.

Nesse contexto, destacam-se algumas barreiras e/ou limitações registradas quando da realização das entrevistas desta pesquisa e que levaram a adoção de algumas estratégias alternativas para que fosse possível alcançar os objetivos propostos.

Na prática, os principais entraves encontrados foram: i) o período de greve dos servidores em educação do estado que perdurou por 45 dias no início do ano letivo de 2018; ii) a constante falta de transporte para deslocamentos, devido à disposição de poucos veículos para atender a todos os setores da CRE, havendo inclusive a suspensão da frota oficial por algumas semanas pela falta de combustível, motorista e/ou designação para atender ao período de jogos escolares locais e regionais; iii) condições das estradas intransitáveis devido ao período chuvoso e as longas distâncias; iv) dificuldades oriundas da não localização de alguns sujeitos na escola devido à afastamento por licença médica; por estarem em viagens; ou ainda, desencontros nos horários e dias agendados; essa condição ocorreu com dois dos entrevistados; v) também a recusa em ceder a entrevista expositiva face a face, o que, diante de insistência, foi fornecida por escrito; esse caso ocorreu com um dos entrevistados.

Por esses motivos supracitados, o percurso de realização das entrevistas estendeu-se de maio até agosto de 2018. A previsão primeira constava do início das entrevistas em março do mesmo ano, entretanto, o período de greve não permitiu a efetivação da proposta. Assim, a realização das entrevistas se deu a partir de algumas adaptações sendo, portanto, realizadas com algumas diferenças que são consideradas no quadro 16.

Quadro 16 - Sujeitos entrevistados e técnicas utilizadas

(continua)

SUJEITO E ATUAÇÃO	PREVISTO X REALIZADO	PROBLEMAS ENCONTRADOS	TIPO DE ENTREVISTA
Diretor Escola Estadual Sede Escola Álvares de Azevedo/Vilhena Responsável pela extensão contida no polo Escola Maria Paulina Donadon.	Prevista 29/05/2018. Realizada em 10/08/2018	- Encontrava-se de afastamento médico na data prevista; - Outras datas agendadas houve indisponibilidade de atendimento.	Realizada entrevista oral pessoalmente com gravação em áudio.

(continua)

SUJEITO E ATUAÇÃO	PREVISTO X REALIZADO	PROBLEMAS ENCONTRADOS	TIPO DE ENTREVISTA
Diretor da Escola Estadual Francisca Martendal (Rural)	28/05/2018 (realizada no prazo previsto)	- Estradas no período chuvoso intransitável. - Falta de veículo e combustível para deslocar-se até a escola localizada em outro município.	Realizada via áudio no aplicativo do WhatsApp. Com questionamentos e respostas em áudio.
Diretor Escolas Indígenas Estaduais Responsável pelas Escolas Indígenas Aikanã e Capitão Aritmon	29/05/2018 (realizada no prazo previsto)	Não foram registrados problemas	Realizada entrevista oral, pessoalmente com gravação em áudio.
Supervisor Escolar. Atuação na extensão contida no polo Escola Maria Paulina Donadon e Escolas Ensino Médio do Campo.	Prevista 29/05/2018, recebida em 26/07/2018.	- Encontrava-se de licença médica na data prevista; - Viajou em seguida; - Entrou de férias.	Realizada por escrito com respostas ao roteiro. A entrevista escrita manualmente foi enviada por imagem via WhatsApp
Supervisor Escolar. Atuação nas extensões contidas nos polos Escola Valter Zanela e Escola Cleberson Dias e também atende o Projeto na Escola sede.	04/06/2018 (entrevista realizada no prazo previsto)	- Greve dos servidores - Indisponibilidade de veículo e combustível para ir até a escola localizada em outro município.	Realizada por escrito com respostas ao roteiro. Respondida em editor de texto, devolvida via e-mail.
Professor Presencial na Escola Sede Moacyr Caramello. Atua na própria escola sede com 3º ano PEMMT	Prevista para 29/05/2018; recebida em 31/07/2018.	- Indisponibilidade de veículo e combustível para ir até a escola localizada em outro município. - Sujeito absteve-se de responder a entrevista a princípio, com a insistência respondeu parcialmente.	Realizada por escrito com respostas ao roteiro. A entrevista escrita manualmente foi enviada por imagem via WhatsApp
Professor Presencial na Escola Sede Moacyr Caramello. Atua na própria escola sede com 3º ano PEMMT	Prevista para 28/05/2018; recebida em 08/06/2018. (No prazo previsto)	- Greve dos servidores. - Indisponibilidade de veículo e combustível para ir até a escola localizada em outro município.	Realizada por escrito com respostas ao roteiro. A entrevista foi respondida o próprio roteiro via editor de texto do smartphone, foi retornada em formato doc. via WhatsApp.
Professor Presencial na Escola Polo Maria Paulina Donadon. Atua como professor presencial 2º ano PEMMT	23/05/2018 realizada na data prevista	Não foram registrados problemas	Realizada entrevista oral, pessoalmente com gravação em áudio.
Aluno 3º ano sede Escola Moacyr Caramello	Prevista para 28/05/2018; recebida em 08/06/2018. (No prazo previsto)	- Greve dos servidores. - Indisponibilidade de veículo e combustível para ir até a escola localizada em outro município.	Realizada por escrito com respostas ao roteiro. A entrevista foi respondida o próprio roteiro via editor de texto do smartphone, foi retornada em formato doc. via WhatsApp.

(conclusão)

SUJEITO E ATUAÇÃO	PREVISTO X REALIZADO	PROBLEMAS ENCONTRADOS	TIPO DE ENTREVISTA
	Prevista para 28/05/2018.	- Greve dos servidores.	Realizada por escrito com respostas ao roteiro. A entrevista foi respondida o próprio roteiro via editor de texto, foi retornada em formato imagem via WhatsApp.
Aluno 2º ano sede Escola Moacyr Caramello	Recebida em 11/06/2018. (No prazo previsto)	- Indisponibilidade de veículo e combustível para ir até a escola localizada em outro município.	
Aluno 2º ano Escola Polo Maria Paulina Donadon	Prevista para 11/06/2018. Recebida em 13/06/2018. (No prazo previsto)	- Indisponibilidade de veículo e combustível para ir até a escola localizada em outro município.	Realizada por escrito com respostas ao roteiro. A entrevista foi respondida o próprio roteiro via editor de texto do smartphone, foi retornada em formato doc. via WhatsApp.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Destaca-se que o quantitativo de sujeitos definidos para embasamento da pesquisa foram três gestores de escola sede, dois supervisores escolares de escola sede, três professores presenciais e quatro alunos, sendo dois de escolas polo e dois de escola sede nas quais há turmas do Projeto. Os roteiros das entrevistas encontram-se nos Apêndices e são compostos por questões abertas que objetivavam a promoção de um diálogo entre entrevistador e entrevistado. De um modo geral, foram compostos de blocos distintos que buscaram fundamentar os argumentos apresentados na pesquisa. O objetivo foi observar a visão e o envolvimento do entrevistado com o PEMMT, a questão do planejamento pedagógico, bem como administrativo para com as turmas do Projeto e para com os profissionais docentes. A seguir detalha-se a composição dos roteiros de entrevista de cada sujeito.

No que se refere ao gestor de escola sede, o roteiro de entrevista foi composto de quatro blocos, sendo eles: Bloco 1 - Identificação do Entrevistado - composto de oito questões; Bloco 2 - organização e atendimento pela CRE ao PEMMT – com 12 questões; Bloco 3 - logística demandada pela Seduc, CRE e Prefeitura – com cinco

questões; Bloco 4 - planejamento e acompanhamento do PEMMT pela escola sede – com nove questões.

Ao Supervisor Escolar de escola sede o roteiro compôs-se de três blocos, a saber: Bloco 1 - Identificação do Entrevistado – com oito questões; Bloco 2 - monitoramento e avaliação do PEMMT – com 11 questões; Bloco 3 - organização e planejamento da escola sede para atendimento ao PEMMT - com oito questões.

Para a categoria de professor presencial, o roteiro foi composto de três blocos: Bloco 1- Identificação do Entrevistado – com 7 questões; Bloco 2 - Atuação do Professor Presencial do PEMMT – composto de 10 questões; e Bloco 3 - Capacitação e atendimento ao Professor Presencial do PEMMT – com 7 questões. Nesse caso, realizou-se uma entrevista presencial e outra via e-mail com respostas escritas.

Já para os alunos, o roteiro foi composto de três blocos: Bloco 1- Identificação do aluno entrevistado – com oito questões; Bloco 2 - Dificuldades enfrentadas na sala do PEMMT – com três questões; e Bloco 3- Trabalho do professor e assistência a turma do PEMMT com nove questões.

Observou-se certo embaraço por alguns sujeitos em relação à entrevistadora – coordenador do Projeto e responsável pela pesquisa - mediante à condição de avaliar a atuação do Coordenador do Projeto na CRE, avaliar o atendimento recebido pela própria CRE e Seduc, bem como os gestores de suas escolas. Situação que se observa minimizada nas entrevistas via WhatsApp e escrita, apesar de que a técnica de questionário gera certa limitação ao pesquisador na compreensão das respostas, visto serem mais diretas.

É fato que após as entrevistas foi possível verificar a importância dessa coleta de informações, uma vez que se obteve uma diversidade de dados relevantes para o confronto das evidências apresentadas na pesquisa como condições que interferem no monitoramento do PEMMT.

2.2.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

A presente subseção inicia-se como um breve detalhamento do perfil de cada entrevistado dividido em duas categorias. Na primeira categoria, a executora, abrange Diretor, supervisor de escola sede e professor presencial; esses são destacados no quadro 17 que evidencia formação acadêmica, tempo de atuação na educação, função

que exerce na escola, tempo de atuação no PEMMT e nome da escola ao qual exerce suas atividades atuais.

Optou-se por denominar os sujeitos como Gestor 1, Gestor 2 e Gestor 3; Supervisor 1 e Supervisor 2; Professor Presencial 1, Professor Presencial 2 e Professor Presencial 3.

Quadro 17 - Perfil dos sujeitos: professor presencial, gestor e supervisor da escola sede.

FUNÇÃO QUE EXERCE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NO PEMMT	NOME DA ESCOLA QUE ATUA
Gestor 1	Pedagogo/ Pós em Gestão e Cursando Mestrado em Ciência das Educação	Sem resposta	1 ano e meio	Atende às Escolas Estaduais Indígenas Aikanã e Capitão Aritimon
Gestor 2	Pedagogo/ Habilitação séries iniciais	Desde 2005	30 dias	Escola Estadual Francisca Martendal
Gestor 3	Filosofia/Especialização em Gestão Escolar	Desde 1983	Desde início de 2018	Escola Estadual Álvares de Azevedo
Supervisor 1	Pedagogo	3 anos na supervisão, mas antes já exercia função de professor em sala de aula.	3 anos	Escola Estadual Moacyr Caramello
Supervisor 2	Pedagogo/ Pós-Graduado em Gestão Escolar	Sem resposta	4 meses	Escola Estadual Álvares de Azevedo
Professor Presencial 1	Ciências Biológicas	Há 16 anos	1 ano e meio	Escola Municipal Maria Paulina Donadon (Polo)
Professor Presencial 2	Pedagogo/Letras	Há 21 anos	3 anos	Escola Estadual Moacyr Caramello
Professor Presencial 3	Pedagogia/Especialização em Gestão, Supervisão e Orientação e Administração Pública.	Há 14 anos	3 anos	Escola Estadual Moacyr Caramello

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2018).

É destaque o fato de que todos os sujeitos considerados compõem o quadro de servidores efetivos do Governo do Estado de Rondônia e exercem funções compatíveis com suas áreas de formação. Há uma variação de tempo de atuação na educação e tempo de atuação no PEMMT, o que varia de 30 dias até três anos, bem como os locais de atuação. Essas variações permitiram reunir diferentes percepções para com as peculiaridades da execução do Projeto.

Na categoria recipiendário, encontram-se os alunos que têm seus perfis detalhados no quadro 18, a seguir. As informações do quadro apresentam o ano que o

aluno está cursando no Ensino Médio do PEMMT; a idade; a escola na qual estuda e a localização de sua moradia. Denomina-se, no descritivo do trabalho, os alunos como: Aluno 1, Aluno 2, Aluno 3 e Aluno 4.

Quadro 18 -5 Panorama do perfil dos alunos do PEMMT entrevistados.

IDENTIFICAÇÃO	ANO QUE ESTUDA	IDADE	MORA NA ZONA URBANA OU RURAL?	ESCOLA QUE ESTUDA
Aluno 1	1º ano	16 anos	Distrito de Urukumakuã (rural/Chupinguaia)	Escola Municipal Valter Zanela (Polo)
Aluno 2	2º ano	15 anos	Chupinguaia(urbana)	Escola Moacyr Caramello
Aluno 3	2º ano	16 anos	Distrito Nova Conquista (Rural/Vilhena)	Escola Municipal Maria Paulina Donadon (Polo)
Aluno 4	3º ano	16 anos	Chupinguaia(urbana)	Escola Moacyr Caramello

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas entrevistas realizadas.

A partir das entrevistas dos alunos do PEMMT foi possível obter visões e opiniões diversas e que demonstraram, tanto de alunos das escolas polo como escola sede, semelhanças nas opiniões.

A distinção, assim como as considerações, acerca das percepções observadas por meio das entrevistas será realizada a partir de duas subseções que abordam as dimensões focalizadas na pesquisa: estrutural e pedagógica. Sobre essa proposta de divisão da análise, é preciso destacar seu caráter didático com objetivo de melhor compreender o cenário e encontrar os subsídios necessários para a proposta do PAE a ser apresentado no capítulo 3. Ressalta-se, portanto, que as questões estruturais, inevitavelmente, impactam as pedagógicas, o que dificulta uma divisão fiel nas considerações e justifica momentos na análise em que é perceptível a abordagem de ambas as dimensões em um mesmo momento.

2.2.2 Análise da dimensão estrutural do Projeto

Na dimensão estrutural incluem-se as condições do PEMMT desde sua metodologia até a sua logística, o que envolve as questões administrativas, financeiras e tecnológicas. O Projeto inclui o ensino mediado pela tecnologia e trata-se de uma hibridização do ensino que resulta na metodologia de transmissão via satélite das

teleaulas em tempo real. Intenciona-se, desse modo, promover a interação dos estudantes com os professores ministrantes- via chat (internet) - no momento da transmissão; aspecto esse que tem sido negligenciado na sua execução. Outras fragilidades também têm causado impactos no desenvolvimento do Projeto e são sentidos na prática cotidiana.

Quando se trata de estrutura, no que condiz ao poder público, a questão envolve o macro, o “governamental”, que é o responsável pelo planejamento, pelos adquiridos e pelos designados. Responsável pelas condições necessárias para que seja possível executar no dia a dia a proposta metodológica do referido Projeto. E, se por um lado a implementação do Projeto buscou sanar a falta de professor específico para atender as áreas de conhecimento do currículo do Ensino Médio, por outro o ensino mediado exige uma ampla adequação estrutural de equipamentos tecnológicos, acompanhamento e manutenção para que seja possível executá-lo.

Dada toda a conjuntura relativa ao Projeto apresentada, a análise a seguir considera tanto em seus aspectos positivos quanto negativos, as percepções dos entrevistados acerca da estruturação, do acompanhamento e do monitoramento demandado para o Projeto. Serão considerados elementos fundamentais que sustentam a execução do PEMMT, tais como: i) Metodologia; ii) Equipamentos e reparos técnicos; iii) Interação, diálogo e momento de tirar dúvidas; iv) Falta de Professor Presencial (mediador) na sala de aula; v) Instalação da internet e acesso aos professores presenciais e alunos.

De forma inicial, considera-se a questão da viabilidade do Projeto na Escola e as possibilidades de ofertar o Ensino Regular caso não tivesse o PEMMT. Sobre o assunto, o Gestor 2 (2018) expõe alguns pontos analíticos:

Na Portaria que fala do Projeto, creio que seria exatamente para este contexto no qual nós vivemos aqui no Distrito de Boa Esperança, o difícil provimento. Aqui em Boa Esperança nós não teríamos condições de ter um Ensino Médio com qualidade, tendo em vista a dificuldade de conseguir um quadro de professores com qualificações específicas, então o Projeto viabiliza isso, ofertar um EM de melhor qualidade. A vantagem desse Projeto vamos dizer que diminui a desigualdade do conteúdo que é ofertado em uma escola e em outra. Na escola regular, por exemplo, nas escolas mais centralizadas, as possibilidades de ter um quadro de professores com formações específicas e oferta com qualidade seria bem mais fácil. Para nós aqui teríamos essa dificuldade, a qual temos, inclusive, no regular. (GESTOR ESCOLA ESTADUAL FRANCISCA MARTENDAL, entrevista realizada em maio de 2018).

As dificuldades com professores, salientadas pelo gestor 2, inclusive no ensino fundamental regular, atribui viabilidade ao Projeto, uma vez que esse vem sanar a lacuna de professores de áreas específicas existentes na localidade. Na mesma direção, o Gestor 1 expõe que “[...] *temos uma dificuldade muito grande com lotação de professor; o efetivo não quer ir para a aldeia e o emergencial para a educação escolar indígena é bastante burocrático, nem sempre liberam todas as vagas*”. Ainda, o Gestor 3 salienta que: “*Se nós tivéssemos que levar o ensino regular para lá não teria, até mesmo pela distância e também pelo quantitativo de professores*”.

Destaca-se que os gestores abordam o Projeto como viável na condição apenas de oferta em detrimento da ausência do professor habilitado, o que vai ao encontro da proposta da LDB 9394/96, em seu Art. 5º, §5º: “Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o poder público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independente da escolarização anterior (BRASIL, 2017, p. 10) ”.

E, ainda na mesma direção, o Gestor 1 enfatiza que:

[...] o Ensino Médio tinha dificuldades de se deslocar até a cidade para concluir, [...] então muitos terminavam o ensino fundamental e ficavam na aldeia por que o ônibus escolar também não entra pelo difícil acesso (GESTOR 1 entrevista realizada 19 de maio de 2018).

Assim, o poder público estadual, em atendimento ao que propõe a lei, buscou alternativas para ofertar o Ensino Médio na localidade. No entanto, é preciso considerar que o ensino não se resume apenas em oferta-lo, mas também em proporcionar condições para uma oferta de qualidade.

Apesar da relevância em prol do pronto atendimento à clientela, os gestores envolvidos no Projeto ponderam suas percepções quanto à metodologia oferecida por intermédio de recurso tecnológicos. E, quanto a relevância do posicionamento dos gestores, Mainardes (2006) destaca que os profissionais que atuam na educação “exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas (p. 56) ”. Destaca-se, portanto, a fala do Gestor 2:

[...] no primeiro ano (alunos) tem essa dificuldade eles não conseguem acompanhar muitas das vezes. A didática transmitida, o conteúdo, a elaboração do componente curricular ali, não confere muito com o do regular. Apesar das matrizes curriculares, currículo pré-estabelecido, mas a gente vê notoriamente que é diferente. De repente mais complexo, não tem aquela continuação que vem do regular fundamental para o regular médio. Creio que o governo precisa se estruturar melhor no sentido de fornecer uma internet de qualidade as escolas para atender o Projeto. (GESTOR ESCOLA ESTADUAL FRANCISCA MARTENDAL, entrevista realizada em maio de 2018).

A percepção do gestor 2 demonstra o desconforto sentido por ele na transição da metodologia realizada no ensino regular em detrimento daquela realizada pelo ensino mediatizado com uso de recursos tecnológico para transmissão de teleaulas. Conquanto, os alunos, supervisores, professores e demais gestores, concordam que a metodologia desenvolvida pelo PEMMT contribui para a existência e continuidade do Ensino Médio nas localidades de difícil acesso. Tal como cita o aluno 3: “*O melhor é que temos professor específico para cada matéria*”. Essa é condição básica e necessária, além de um direito do estudante de ter aulas com professores formados nas áreas afins. Nessa direção, o Supervisor 1 aborda que: “*Aulas mostradas com professores qualificados, criativa*”. Condição que está diretamente relacionada a garantia do padrão de qualidade (BRASIL, 2017) e exigida em legislações específicas como CF/88 e LDB.

A discussão em tela encaminha às considerações sobre a qualidade educacional ofertada nos programas e Projetos no Brasil. Na direção do que propõe Cury (2014, p. 1060): “a insistência na dimensão ensino e na sua melhoria aponta para o reconhecimento entredito de que os resultados da educação escolar não possuem uma situação recomendável”.

Ainda na questão da qualidade, o Gestor 3 salienta que:

Os alunos têm aulas de qualidade, o ensino tem um formato de tempo, espaço e organização escolar, tem momento da atividade, tem o momento da aula. Esse formato permite aos alunos da zona rural uma educação de qualidade. Quanto ao Ensino Regular, quando o professor organiza sua aula, talvez ele não faz com tanta precisão como acontece nas aulas da mediação. Tem o momento de tira dúvidas, fazer as tarefas, revisão. Que normalmente o professor do ensino regular não faz tão pontualmente, só faz quando percebe a necessidade. Essa prática na mediação e comum em todos os conteúdos tem toda aquelas pré-preparação, todo o processo e depois a revisão do processo. (GESTOR ESCOLA ESTADUAL ÁLVARES DE AZEVEDO, entrevista realizada em agosto de 2018).

Observações oportunas visualizadas pelo gestor 3 que destaca que essa organização de tempo e espaço pedagógico escolar coaduna numa concepção de não haver perda de tempo. No olhar desse gestor, o Projeto se sobressai diante do ensino regular. Entretanto, é fato de análise, que a mecanização e a uniformidade dessa organização, que prossegue sequenciando e avançando os conteúdos sem a identificação de um feedback sobre estar ou não atingindo os objetivos propostos, é a aprendizagem dos educandos. Nessa vertente, há de se considerar que o fator qualidade não abrange a realidade vivida pelos estudantes. A questão é considerar que somente ofertar o acesso e disponibilizar as teleaulas dentro de uma organização temporal não caracteriza qualidade.

Por outro lado, o relato do aluno 1 permite visualizar como é o dia a dia das aulas na turma do PEMMT:

Nosso dia assim na sala é bom. A gente chega na sala todo mundo presta atenção, começa a assistir as aulas, a gente estuda os slides daí já vem as questões/atividades para a gente responder. Daí a gente tem uns minutos para responder, daí a gente responde, vem para a correção. A gente tem um tempinho que a gente vai, sai para ir no banheiro e beber água a gente já volta para a sala de novo. Daí a gente estuda e assim vai indo nossos dias de aula aqui, normal. (ALUNA 1º ANO ESCOLA POLO VALTER ZANELLA, entrevista realizada em maio de 2018).

O aluno 1 descreve a rotina diária das aulas do PEMMT. Pela sua descrição pode-se considerar que a perda de tempo é menor se bem direcionada e aproveitada. Com a transmissão iniciada no horário previsto, cabe ao professor presencial e alunos estarem atentos. Isso demanda também uma adaptação que a princípio se torna desconfortante a muitos docentes e alunos.

Outro fato a ser considerado é que o Projeto também engloba as aulas destinadas ao Curso Técnico em Cooperativismo em quatro horas semanais do horário normal destinado as aulas do Ensino Médio, conforme calendário escolar do Projeto (2018), condição que deveria ser ofertada em tempo adicional. Entretanto essa condição se descarta para a realidade de alunos que em sua maioria são usuários do transporte escolar. Assim, essas aulas têm sido transmitidas no tempo de intervalo e computadas como horário regular de aula para o alcance de 800h com a designação de recreio dirigido, condição que não se aplica.

No que se refere à metodologia das aulas transmitidas, as percepções dos sujeitos convergem no olhar de que atende à necessidade dentro das expectativas, justamente pela dinâmica utilizada pelos docentes em estúdio. Também há de se

considerar que as localidades que antes ficavam meses sem aula por falta do professor e/ou não tinham a condição de dar continuidade aos estudos no Ensino Médio, hoje dispõem do Projeto que atende suas necessidades.

Nesse viés, as análises reportam a busca por subterfúgios nos princípios e finalidades da educação nacional, segundo emprega a LDB, considerando o pleno do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2007, p. 9). Portanto, esclarece-se que a execução pedagógica exercida no PEMMT atende a obrigatoriedade no que delinea sua metodologia, tal como destaca o Professor 1: “[...] a qualidade das aulas, são excelentes, por que são ministradas por professores específicos das áreas, trabalham muito bem a questão do conteúdo”. O professor também aborda a vantagem de familiarização do aluno ao uso dos recursos tecnológicos, “[...] isso influencia no mercado de trabalho por que em qualquer empresa em qualquer local esse aluno tem que ter essa habilidade em lidar com as tecnologias”. Considera-se, portanto, que essas são condições básicas de formação integral para preparar o estudante para o mundo trabalho, princípios também estabelecidos nas DCNs.

A partir da consideração de diferencial do Projeto como sendo a disponibilização das teleaulas na internet, um mecanismo facilitador de acesso as aulas, o Supervisor 2 (2018) salienta que:

[...] as aulas ficam disponíveis em qualquer lugar (internet) o aluno pode acessar; as aulas são de qualidade e dinâmicas que oferece bom desempenho no aprendizado; além da conclusão do Ensino Médio agrega mais o Técnico Cooperativismo” (SUPERVISOR 2, entrevista em 26 de julho de 2018).

Essa mesma observação é exposta pelo Professor 1 (2018):

[...] aulas ficam disponibilizadas no *Youtube*, então em qualquer local esse aluno pode estar com esse material no celular a aqueles que tem acesso (internet) e aproveitar o próprio trajeto do transporte para fazendo leitura, ouvindo um áudio referente às aulas (PROFESSOR 1, entrevista em 23 de maio de 2018).

Supervisor e professor expõem que essa condição de disponibilidade das aulas na internet contribui para que o aluno desenvolva autonomia na busca de aperfeiçoar seu conhecimento. Entretanto, deixa uma incerteza do alcance quando destaca que o material será acessível ao aluno que tem acesso à internet. Ao considerar e analisar a finalidade do Projeto, esse se destina a atender comunidades que possuem dificuldades de acesso. Há de se concluir, portanto, que a internet é um recurso ausente nessas

localidades, sendo o acesso a materiais *online* limitado. Nessa direção, Arcanjo (2015, p 21), destaca que a “Educação a Distância (EaD) deve, com o uso das TICs, trazer novas formas de compreender o fazer pedagógico, buscar mediação pedagógica dialógica e interativa”. Compreende-se, portanto, que a execução de EaD sem acesso à internet para que haja o diálogo e interação, conforme descrita por Arcanjo, mostra-se uma invenção de um ensino tradicional virtualizado. A proposta de virtualização da sala de aula tradicional é contemplada por (2003) como uma tentativa, uma busca por implementar ações típicas da sala de aula tradicional, ainda amparada em muitos princípios da transmissão de conhecimento, de por meio de recursos tecnológicos.

O não acesso à internet traduz-se, portanto, em um dos pontos elencados pelos sujeitos que influencia no desempenho adequado da metodologia do Projeto, o que é seguido de outra questão estrutural: a falta do laptop. Conforme abordagem do Professor 1: “[...] *a própria questão da internet que no local ainda não tem acesso*” e Gestor 1: “[...] *internet, que nós não temos, não chegou na aldeia*”; o acesso é limitado ou inexistente, de acordo com o Gestor 3: “*Neste momento o acesso à internet no local existe, mas é muito lenta*”. Vale destacar que essa questão interfere no planejamento dos professores, bem como na interação, uma vez que não há como o aluno dialogar sobre suas dúvidas com os professores ministrantes. Quando se dispõe do recurso de interação, essa é feita pelo professor presencial, conforme relato do Professor 3:

Perguntas e questionamentos no chatzap²¹. Gostam (alunos) quando nós professores presenciais mandamos respostas com o nome deles, as vezes da turma as vezes individuais. As atividades extraclasse sempre são feitas em grupos, incentivando a interação e ajuda mútua. Os alunos gostam muito dessas atividades, pois sempre fazem com um tipo bom de competição para incentiva-los (PROFESSOR DA ESCOLA ESTADUAL MOACYR CARMELLO, entrevista realizada em julho 2018).

A interação, tal como exposta pelo professor 3, é restrita ao papel do professor presencial em enviar as respostas como mecanismo de interação. Interação que, segundo o Projeto, e na fala do professor 2, deveria referir-se ao: “[...] *acesso à internet nos computadores dos alunos para viabilizar a pesquisa e acesso ao seu chat específico, bem como em computadores e celulares de professores para melhorarem a mediação entre sala e estúdio*”. Na prática, o aluno não possui acesso à internet para que tenha possibilidades de lançar seu questionamento com autonomia, sendo os questionamentos feitos por intermédio do professor mediador.

²¹ Grupo de conversação de WhatsApp criado pela equipe da Gerência do Centro de Mídias do Projeto para que haja outras possibilidades de interação com os professores ministrantes.

Ainda nesse cenário, a indisponibilidade dos laptops para os alunos restringe ainda mais as possibilidades de interação e recursos pedagógicos de estudos. O Gestor 2 detalha que: “[...] o uso dos netbook para os alunos, que seria um instrumento para ele acompanhar, ter as aulas, como uma ferramenta didática para ele; infelizmente esses netbook só foram no primeiro ano quando foi implementado o Projeto”. Verifica-se, portanto, a partir dessas percepções, que o aluno está limitado para dialogar e expor suas dúvidas aos professores ministrantes, que é o profissional que é formado na área de atuação e domina os conteúdos em questão.

Além da interação, assim como da falta de estrutura, que se evidencia como uma fragilidade metodológica estrutural, acompanhada da falta do netbook ao estudante, registram-se também problemas de ordem naturais e ou intencionais que comungam na suspensão da transmissão. São intempéries que por vezes ocorrem tais como: queda de sinal, ausência total ou parcial da transmissão, quedas de energia elétrica, queima ou falta de equipamentos, greve, falta de professor, aulas gravadas, etc.

Nesses casos, há estratégias organizacionais de cada escola, por meio do professor presencial, para que se efetive as reposições, conforme elucidada os entrevistados:

[...] a professora grava as aulas para a gente, se der algum problema no sinal, ela grava no outro dia ela passa para a gente. Vamos ficar 15 minutos a mais para repor aulas que a gente perdeu” (Aluno 1).

Antigamente a prof. Presencial costumava baixar as aulas e passar para nossos nets, hoje como estamos sem nets ela manda os links das aulas no grupo da sala no WhatsApp e para quem não tem internet passamos a eles via Bluetooth”. (Aluno 4).

A partir das colocações dos alunos sobre as reposições de aulas perdidas, observa-se que de fato não há uma reposição a contento, condição que é bem diversa, dependendo do compromisso do professor. Ou seja, o fato de atender a carga-horária anual desejável e de acordo com a legislação, não se executa.

No entanto, esse não é um fato isolado ou restrito ao Projeto, uma vez que o método tradicional de ensino, entendido aqui como o presencial, também apresenta mascarações quando das reposições; ou perde-se muito tempo para ir para a sala de aula, tempo para fazer chamada, etc. Não há como estabelecer um padrão de regulação que permita dizer em qual caso caracteriza-se com mais desperdício de tempo destinado a aulas propriamente dita.

No decorrer das entrevistas os Professores relatam com mais detalhes o processo de reposição das aulas perdidas:

[...] na realidade a mediação para trabalhar uma teleaula são duas horas, então temos que usar dois dias, para num dia assistem a vide aula e no outro dia fazem a atividade. Ou eu entrego as atividades para casa e no outro dia já vamos fazer a correção juntos e tirar as dúvidas que ficou (Professor 1).

Os Professores 2 e 3, que atuam em turmas de 3º ano, turmas cujos alunos receberam o netbook, expõem como se dá a reposição de aulas na sua turma:

Agora está sendo num período adicional a aula, antes disso, baixamos as aulas, que são disponibilizadas nos netbook, no celular e/ou na TV, eles podem assistir em casa e socializamos nas oportunidades que surgem como os alunos de transporte escolar é em horários disponíveis em sala e/ou no contra turno (Professor 2).

[...] baixo as aulas e coloco nos nets, entrego as atividades impressa e quando tem recuperação e não fica aluno aproveitamos para correções. Agora estamos ficando mais uma hora além do horário (Professor 3).

A partir das percepções destacadas, fica evidente a necessidade de se ter computador portátil para cada estudante. Percebe-se, pela fala do professor 1, o seu desdobramento para dispor do material ao aluno, assistir as aulas e conseguir acompanhar sua execução por meio das atividades. Por outro lado, os outros dois professores já salientam no início de suas falas a utilidade do dispositivo móvel para contribuir no aprendizado do aluno, o que facilita os encaminhamentos para as reposições e outras situações como economicidade de material impresso.

Ressalta-se aqui a ausência do laptop, realidade nas demais turmas do Projeto, é uma das condições estruturais falhas no Projeto e que interfere na prática cotidiana. Tal como defende Kenski (2003), o uso do computador pelo aluno colabora no seu desenvolvimento:

A informação disponibilizada na tela do computador é flexível, moldável, sujeita a alterações. Ao contrário do espaço de transmissão oral de informações e mesmo do uso sistemático de livro impressos, o uso educacional das tecnologias digitais de informação e comunicação permite a realização de várias atividades, visando ao desenvolvimento de novas habilidades de aprendizagem, atitudes e valores pessoais e sociais. (P. 6)

O plano do curso que norteia a prática do PEMMT cita que:

[...] o aluno interage com o professor ministrante por meio de chat, do que resultará um diálogo efetivo, em tempo real, garantindo a completa comunicação entre os participantes do processo de ensino e aprendizagem (RONDÔNIA, 2016e, p. 45).

Assim, para haver a interação e o diálogo efetivo, tal como descrito no plano do curso do Projeto, subentende-se que o aluno deve ter ao seu dispor ferramentas capazes de

lhe proporcionar acessibilidade. A ausência de questões estruturais vai ao encontro das abordagens dos entrevistados quando esses ressaltam a falta de internet e a falta do dispositivo móvel para o estudante, o que resulta na ausência total da interação para que haja o “diálogo efetivo”, conforme propõe no documento oficial do curso.

A partir das falas citadas é possível perceber a existência de condições pontuais que interferem na metodologia do PEMMT, o que perpassa pela necessidade das ferramentas adequadas para o desenvolvimento do Projeto. As colocações dos entrevistados são convergentes com as problemáticas evidenciadas no decorrer deste estudo, dado que apontam problemas estruturais que precisam ser repensados e ajustados no Projeto, uma vez que o descaracteriza. Não há como solucionar a falta de professor sem investir em recursos que viabilizem a execução de um Projeto que utiliza a tecnologia como recurso principal de transmissão, acesso e promoção da interação. Questiona-se: como executar um ensino mediado pela tecnologia quando não se possui acesso à internet?

Os apontamentos até aqui realizados constituem, portanto, contrassensos que interferem na execução do Projeto e que culminam na sua descaracterização. A metodologia, na prática, resume-se à mera exposição de conteúdos por professores (técnicos) com formação nas áreas específicas. Outros fatores, tais como as aulas do 1º ano que são transmitidas por meio de gravações, o que ocorre pela falta de estúdio disponível no período vespertino; também a demora para disponibilizar as aulas no youtube para acesso aos professores quando esses precisam repor aulas - os alunos em sua minoria possuem internet em suas residências; ainda, a interação, que se trata de pré-requisito base de qualquer processo de aprendizagem, é perceptível sua ausência entre alunos e professor ministrante, tal como registrado por meio das entrevistas. Assim, novo questionamento apresenta-se: pode até existir ensino sem interação, mas será que há aprendizagem sem interação?

Em consonância com questões estruturais de equipamentos e a falta de interação, há de se considerar também possíveis dificuldades de adaptação e a complexidade dos conteúdos que poderiam ser trabalhadas com a disponibilidade dos itens básicos para a interação, ou seja, o acesso à internet e laptop disponível para o aluno. Esses pontos permitiriam ultrapassar a simples transmissão do conteúdo, tal como ocorre habitualmente, propondo aulas diferenciadas, mais práticas, e que intensifiquem a leitura e escrita; explorar mais as possibilidades, por exemplo, com a inserção de vídeos

voltados para a realidade vivida pelos alunos, ou uso de aplicativos/programas voltados para a aprendizagem de conteúdo específicos.

Esses são argumentos que têm consistência para que o Projeto possa melhorar na sua estruturação, entretanto, tal como destacado enfaticamente por todos os sujeitos, são necessárias adequações quando se trata de promover um ensino mediado pela tecnologia. Retoma-se a questão da disponibilidade da internet não só para o professor, mas também para o estudante. Litto e Formiga (2009) salientam a possibilidade de interação permitida ao aluno por meio da informática (internet):

Na modalidade comunicacional interativa permitida pelas novas tecnologias informáticas, há uma mudança significativa na natureza da mensagem, no papel do emissor e no estatuto do receptor. A mensagem torna-se modificável na medida em que responde às solicitações daquele que a consulta, que a explora, que a manipula. (LITTO E FORMIGA, 2009. p. 114).

Obviamente, que para haver essa disponibilidade de interação, é preciso a aquisição de equipamentos compatíveis e, uma organização específica para a distribuição de acesso wifi a todos que se deseja envolver no processo interacional. Porém, tal como observado, apesar de o desenho do Projeto prevê essa interação, não há estrutura para que essa ocorra. Tais observações demonstram a necessidade de reformulação da infraestrutura do Projeto, o que requer investimentos na aquisição de equipamentos, em reparos técnicos e manutenção nos aparatos tecnológicos já disponíveis.

No que se refere aos equipamentos e a ausência de recursos tecnológicos necessários ao bom desempenho do Projeto, esses são abordados com expressividade pelos entrevistados nas colocações já citadas nesta subseção da pesquisa. Já sobre reparos técnicos e manutenção nos aparatos tecnológicos, outros entraves são percebidos, tais como: problemas de transmissão e recepção que interfere no dia a dia das aulas e a falta de alguns equipamentos essenciais para obter com qualidade o sinal de satélite recebido em cada sala de aula. Sobre essa questão, o professor 2 relata que possui: *“quantidade de receptores insuficiente, pois divido um com a sala ao lado”* Também o gestor 2 expressa que há: *“[...] questões de ordem técnica, problemas de sinal, falta de energia, questões de recursos, falta muito material”*. Ainda, segundo o Supervisor 1 há a: *“[...] falta de técnicos para resolver problemas surgidos na hora nos aparelhos em sala de aula”*. Essas considerações manifestam, - se, inclusive, nas colocações dos alunos: *“É preciso melhorar o sinal da televisão por que é muito ruim”*.

Acerca da necessidade de técnicos e manutenção quando da utilização de equipamentos tecnológicos, é preciso frisar que os equipamentos sofrem interferências temporais. A antena perde o sinal do satélite devido a ventos e tempestades que também acometem a queima de equipamentos. Essas condições não são precavidas pelo Projeto que, portanto, não destina a preocupação com essa problemática. Não há recursos disponíveis para esse fim, do mesmo modo que não há profissionais com conhecimentos técnicos no quadro efetivo do Estado que possibilite designá-lo para a função de manutenção e reparo de antenas e receptores; ainda, para a manutenção de toda a estrutura necessária para manter o funcionamento. Moran, Masetto e Behrens (2000) refletem sobre essa condição generalizada nas instituições escolares públicas:

A infraestrutura costuma ser inadequada. Salas barulhentas, pouco material escolar avançado, tecnologias pouco acessíveis à maioria. O ensino está voltado, em boa parte, para o lucro fácil, aproveitando a grande demanda existente, com um discurso teórico (documentos) que não se confirma na prática. Há um predomínio de metodologias pouco criativas; mais marketing do que real processo de mudança. (MORAN, MASETTO, BEHRENS (2000. p. 15).

Pertinente a reflexão dos autores na citação acima, costuma-se implementar políticas públicas por meio de programas e Projetos para depois pensar na infraestrutura necessária à sua execução. Nesse cenário, de desacertos e desajustes do Projeto, os sujeitos entrevistados lamentam a falta de estrutura de equipamentos, de acesso à internet, de agilidade no atendimento técnico para reparo e manutenção, assim como, na entrega dos laptops aos estudantes. Todos esses pontos são evidenciados pelos entrevistados que registram a falta de uma estrutura mínima para adequação à condição de prosseguimento do Projeto, tal como de fato deveria ocorrer. Vale ressaltar que o direito à igualdade e a qualidade está amparada desde a Constituição Federal:

Se tal é a importância da educação, então, ela só pode ter como própria de sua natureza a qualidade. Tanto é assim que este direito, assim juridicamente protegido, se vê ainda cercado de um financiamento vinculado à própria Constituição de modo que, pelo art. 212, todos os entes federados são obrigados a fazer o devido investimento em educação a fim de assegurar sua qualidade. Qualidade esta que se torna princípio do ensino quando o art. 206, VII, assevera a garantia de padrão de qualidade. Este princípio é retomado no art. 3o, IX, da lei de diretrizes e bases da educação nacional e mais especificado no art. 4o, IX, no qual se nomina o que são padrões mínimos de qualidade de ensino. (CURY, 2014. p. 1060).

Entretanto, os governos de modo geral, costumam inserir Projetos que visam a apenas gerar números para que sua condição seja melhorada mediante ao cenário brasileiro. Assim, implantam-se propostas com o mínimo suficiente para funcionar e,

futuramente, na existência de recursos disponíveis, investem em algumas melhorias. Ocorre uma visão de que muito se fará ao promover a oferta da educação a esta ou aquela localidade, e/ou um Projeto, no caso do PEMMT, que suprirá a falta de aula devido à inexistência de professor. Conforme a vertente do Projeto no ato da sua implementação, entrega-se netbook aos alunos e realiza-se o marketing de benfeitorias e benefícios nunca antes promovidos por nenhum governante. Já, nos anos seguintes, com possíveis mudanças governamentais, atribui-se que esse é um recurso desnecessário para atender aos alunos e não há envio de verbas, além de possíveis cortes em outros recursos antes disponíveis.

Nesse cenário, fica explícita a disputa de interesses, tal como citada por Mainardes (2006), quando se trata do processo de implementação de políticas públicas e com destaque para a arena de intenções e disputas em casos de políticas de governo e não de Estado.

Políticas educacionais aglomeram inúmeros desafios até que seja possível existir uma sala de aula e um professor, como é o caso de muitas localidades cuja realidade são evidenciadas neste estudo. Os problemas, de modo geral, estão centrados com mais intensidade nas regiões Norte e Nordeste do país, regiões essas que contemplam a maioria da população que reside no campo. Vale destacar que em 2015 a idade média da população nacional de 18 a 29 anos na Região Nordeste é a que possui menor escolaridade média - 9,3 anos de escolaridade. A região é precedida pela Norte que apresentava escolaridade média de 9,4 anos (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2016).

A questão estrutural, resultante da frágil infraestrutura dos ambientes físicos, equipamentos, materiais, aparatos tecnológicos, problemas técnicos e falta de professor tem sido latente e emerge a grande preocupação dos envolvidos. Não só há a falta do professor especialista, mas hoje também envolve a falta do professor mediador na sala de aula. Nos relatos dos sujeitos entrevistados há descrições oportunas que evidenciam a problemática que retrata esse cenário, tal como a colocação do Gestor 1 acerca da atuação do professor presencial:

[...] a atuação dos professores, sempre procuro saber se realmente está atendendo ou somente ligando a televisão e deixando ali, e se está realmente dando suporte para o aluno. [...] O atendimento dos professores é um vem e vai, tem semana que está tudo certo, tem semana que o professor tem problema e tem que vir para a cidade para resolver. Mas é o que temos! Se for falar assim, eles atendem 100%, a meu ver não, deixam a desejar. (GESTOR ESCOLAS ÍNDIGENAS, entrevista realizada em maio 2018).

É fato que já na metade do ano letivo ainda há turma sem professor presencial e sendo atendida, portanto, com incompletude de carga-horária diária por professor de outra turma. Ainda, outras três turmas estiveram ausente o professor presencial em virtude de afastamento médico. Essas turmas foram atendidas pouco a pouco por outro profissional que nem sempre era um professor. A situação demonstra o desmerecimento para com as populações rurais e seu direito a igualdade e educação de qualidade.

O Aluno 4, que se encontra em uma escola urbana, declara que enfrentou dificuldades em seus estudos pela falta de professor em período anterior à inserção do PEMMT. Expõe em suas considerações que:

Hoje se pedissem para eu escolher entre uma sala de aula no regular ou uma com Mediação Tecnológica, com certeza escolheria a com Mediação, pois me ajudou muito na minha aprendizagem, **nunca mais perdi aula por falta de professor habilitado** e sempre seguimos a sequência de conteúdos por meio das aulas ministradas e por meio dos materiais disponibilizados e acesso às aulas no YouTube (ALUNO DO 3º ANO ESCOLA MOACYR CARMELLO, entrevista realizada em junho 2018).

A colocação do aluno remete à questão da falta de estrutura demandada pelo sistema educacional em âmbito estadual. A falta de profissionais lotados *in loco* para promover o atendimento pedagógico, o que envolve também as escolas polo.

Para além das questões já colocadas de infraestrutura, da indisponibilidade de professores e ausência na oferta adequada da internet e dos netbook, há também de se considerar, enquanto registros de dificuldades encontradas na execução do Projeto, a relevante questão do monitoramento que pode ser observada na fala do gestor 1:

[...] deveria ter mais atendimento, mais monitoramento, estarem mais presente. Tipo uma supervisão dos trabalhos. Ou ainda ter uma pessoa para fazer isso no local. Mas nossas escolas só têm sala de aula, não tem orientador, não tem supervisor e o diretor fica aqui". (GESTOR ESCOLAS ÍNDIGENAS, entrevista realizada em maio 2018).

Observa-se que o monitoramento é mais uma ação necessária que se choca com a falta de recursos, nesse caso para deslocamentos periódicos e atendimento mais atento. Tal atendimento poderia colaborar nas dificuldades encontradas pelos professores presenciais no que condiz o andamento das atividades cotidianas, entre outras ações. O atendimento mais próximo à realidade em que se desenvolve o Projeto poderia, inclusive, auxiliar na resolução de problemas voltados para equipamentos e funcionamento da internet nos locais em que foi instalada. Todos esses são motivos constante de reclamação dos mediadores.

Ainda quanto a instalação da internet nas salas de aula e as condições de acesso aos professores presenciais e alunos, cabe refletir sobre a proposta inicial de implementação do Projeto e sua oferta com mínimo do mínimo. A destarte da promessa da instalação da internet para todas as salas e todos os alunos conectados com seus netbooks, dar-se destaque neste momento, especificamente, às condições da inserção da internet nas salas do PEMMT.

Neste ponto da reflexão é preciso considerar que quando há apenas uma simulação no sentido de atender os requisitos mínimos dos recursos necessários para o uso efetivo dos beneficiários inseridos no Projeto, fere-se o disposto na CF quando ao direito a igualdade e qualidade de oferta educacional.

Nas escolas sede, por exemplo, a internet que é disponibilizada atende outras finalidades, uma vez que também deve servir para todos os ambiente e necessidades da escola - destaca-se a capacidade de apenas de 2 megabytes²² (relatado pelo Gestor 2) da internet. Dado que uma velocidade dessa natureza seria para uso doméstico, como é possível atender as salas do PEMMT? Uma das escolas atendidas tem sete turmas. Retoma-se uma afirmativa da empresa de internet:

[...] com uma internet de até 2MB é possível realizar várias atividades, principalmente se mora sozinho. É indicada para acessar redes sociais; navegar na internet; enviar e receber e-mail; ver vídeos no YouTube na qualidade 480p. (EXPLICA TELECOM, 2017).

Sobre essa condição, o Gestor 2 expõe a real situação da realidade em que se encontra:

Nós temos uma internet instalada aqui via satélite, porém não atende, não funciona, segundo o técnico que instalou, informou que é de 2 megabytes, mas não atende, não conecta. Totalmente i-nu-ti-li-za-da, não está tendo função para nós aqui”. (GESTOR ESCOLA FRANCISCA MARTENDAL, entrevista realizada em maio 2018).

²² O bit é a unidade mais simples de armazenamento, enquanto o byte é o equivalente a 8 bits. Isso significa que um megabit é 8 vezes menor do que um megabyte. Para colocar isso em números, o kilobyte vale 1.024 bytes (8.192 bits) e um kilobit vale 1.024 bits. A diferença se mantém no famigerado megabit: o megabyte vale 1024 kilobytes (8.388.608 bits) e o megabit são 1.024 kilobits (1.048.576 bits). Resumindo: aquele arquivo de 10 megabytes em uma conexão de 10 “mega por segundo” não vai ser baixado em 1 segundo, e sim em 8 (supondo que ele seja baixado na velocidade máxima do pacote). Pode não parecer muita diferença, mas quando os downloads ficam maiores, na casa dos gigabytes, a paciência do usuário começa a ser testada. Ao baixar 10 gigabytes em uma conexão de 10 megabytes por segundo, o arquivo estaria pronto em 1024 segundos, o que são **17 minutos e 4 segundos**. Quando estamos falando em 10 megabits por segundo, o mesmo download, logicamente, levaria 8192 segundos, o que totaliza **2 horas, 16 minutos e 32 segundos**. Então, o “mega” é uma unidade de medida inexistente que engana muitos consumidores e os leva acreditar que estão contratando um serviço de internet 8 vezes mais rápido do que realmente é. Muitos ficam insatisfeitos com o pacote contratado e não sabem o motivo, e esta pode ser a explicação. (SANTINO, 2016).

Salienta-se, a partir de empresa especializada, que para uso comercial recomenda-se a inserção de internet com velocidade superior:

[...] a maioria das empresas e especialmente as menores, conseguem trabalhar com uma velocidade que varia de 15 a 35 megabytes, que é a média no Brasil. Além de terem um ótimo custo benefício, permitem que todas as funções sejam feitas de maneira eficaz (CLICK TELECOM, 2018).

Na escola polo instalou-se a internet em uma das salas de aula, mas cabe à escola sede, mantenedora dessas salas, adquirir outros equipamentos (roteador e ou cabeamentos) para estender o sinal de internet as demais salas do Projeto. No entanto, não há recebimento de recursos para esse fim. Conjectura-se, portanto, visivelmente, a implementação de uma política de “faz de conta”.

Nesse cenário, o que se verifica é que a escola não pode afirmar que não recebeu a internet, já que supostamente o governo oferece, mas o recebido não atende às necessidades do Projeto das turmas da Mediação Tecnológica. Turmas essas que, a priori, todos os alunos teriam acesso a tão sonhada internet nas escolas de campo. Na prática, com o passar do tempo, o comando observado é para somente o professor presencial ter acesso à internet no computador de mesa enviado para cada sala de aula. Indaga-se: seria essa uma das estratégias para limitar o alunado ao acesso ao chat e com isso prosseguir com apenas um professor no estúdio para atender as referidas dúvidas?

A Fundação Telefônica, ao tratar da educação do campo e suas perspectivas, busca fundamentações com a Professora pesquisadora da UaB Eliene Novaes Rocha que salienta que:

Há o desafio de se construir um grande movimento em torno da educação no campo. Eu sou muito simpática à ideia de Nação. Talvez uma “Nação Educadora”, porque a palavra Nação dá uma ideia de identidade do povo brasileiro. Na educação do campo, nós, pesquisadores, temos adotado um discurso de que é necessário reafirmar tudo aquilo que se tem conquistado historicamente, mas é preciso ampliar os direitos. Na escola do campo, não se nega apenas uma escola de qualidade – são negados muitos outros direitos. (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA, 2016).

As colocações da professora permitem pensar que é necessário mais do que universalizar, expandir para contar números; é preciso prover o fortalecimento para a qualidade do ensino. Há ciência de que para os alunos do campo e suas famílias, em sua maioria, o importante é haver a oferta, da maneira que for, o que se leva em conta é a existência de escola e aulas para seus filhos. Ou seja, são famílias humildes que se

conformam com o mínimo do mínimo, ou seja, a disparidade de igualdade, igualdade essa que é um direito adquirido, é latente em todo o ensino do campo.

Não é fato desconhecido as dificuldades da escola do campo, na sua história registra desafios desde suas estruturas físicas, como prédios, mobiliários²³, ambiente educacionais inexistentes, carteiras e quadros em péssimo estado de conservação, material de expediente tais como sulfite e tonner, entre outros materiais de apoio pedagógico aos professores. Não é incomum os professores adquirirem por conta própria materiais, pois há casos da escola sede não atender as necessidades das salas do Projeto nos polos, pois não recebem recurso para tais despesas específicas do Projeto. E, apesar dessas questões serem de ordem histórica, registra-se que o Projeto que visa ao atendimento dessa população, parece caminhar na carência das mesmas condições.

Após a abordagem de pontos voltados para a questão estrutural em torno do Projeto, destacando-se a infraestrutura, a indisponibilidade de professores e internet, a carência na execução de um monitoramento do trabalho com vistas ao seu desenvolvimento adequado e aprimoramento, a análise dos dados avança, na próxima subseção, no sentido de construir considerações acerca dimensão pedagógica no contexto do Projeto.

2.2.3 Análise da dimensão pedagógica do Projeto

Tal como exposto no início da análise, a divisão entre estrutural e pedagógico visa a facilitar a compreensão do cenário para a proposição do PAE, mas assume-se que as dimensões estão interligadas e há uma interferência direta da questão estrutural no pedagógico, o que justifica momentos de intersecção na análise dos dados.

No cenário da dimensão pedagógica, considerado o contexto da prática (MAINARDES, 2006), esse corresponde, diretamente, ao fazer pedagógico diário. Envolve, portanto, desde o dia a dia da sala de aula até o acompanhamento e monitoramento do PEMMT. E, tal como ocorre com a estrutura, é preciso um desenvolvimento consistente e coerente, que ocorra a partir de bases estruturais sólidas, seguidas de um planejamento sistemático e adequado que permita executar, na prática e com efetividade, a metodologia do ensino mediado pela tecnologia.

²³ Os mobiliários das escolas de campo, geralmente, são aqueles substituídos pelas escolas urbanas.

Utilizar os recursos de comunicação e informatização para mediar os processos de ensino é um desafio contínuo, pois mesmo tratando-se de tecnologias, está diretamente associado à ação humana. Tal como visto nas abordagens de Mainardes (2006), que condensa o olhar dos defensores e opositores da proposta no amplo sentido da política pública, será desses que se demandarão os recursos adaptáveis para a inserção dos aparatos tecnológicos; por outro lado, há os executores que estão condicionados a realizá-la conforme as condições disponibilizadas e os que recebem o ensino que é ofertado dentro da dinâmica permitida. Dinâmica, geralmente, não tida como a ideal e/ou a desenhada.

Nessa direção. Moran, Masetto e Behrens (2000) realizam uma crítica ao tratamento direcionado para o conceito de qualidade. Para os autores, a preocupação maior está em ofertar apenas um ensino de qualidade e não uma educação de qualidade; destacam que o ensino é dividido em etapas/anos escolares, já a educação possui uma atuação geral e com o foco para além de ensinar, ajudando a integrar o ensino à vida. Quanto à inserção das tecnologias nesse cenário, os autores salientam que:

[...] há uma expectativa de que as novas tecnologias nos trarão soluções rápidas para o ensino. Sem dúvida a tecnologia nos permite ampliar o conceito da aula, de espaço e tempo, de comunicação audiovisual, e estabelecer pontes novas entre o presencial e o virtual, entre estar juntos e estar conectados à distância. Mas se ensinar dependesse só de tecnologias já teríamos achado as melhores soluções há muito tempo. Elas são importantes, mas não resolvem as questões de fundo. Ensinar e aprender são os desafios maiores que enfrentamos em todas as épocas (MORAN, MASETTO, BEHRENS (2000, p. 12).

A citação permite uma reflexão acerca da amplitude da ação humana nas concepções de atribuir à tecnologia a função de facilitadora no âmbito educacional. Tal como afirma Belloni (2008), considerando a EaD:

[...] pode vir a contribuir inestimavelmente para a transformação dos métodos de ensino e da organização do trabalho nos sistemas convencionais, bem como para a utilização adequada das tecnologias da mídiatização da educação (p. 6).

No viés defendido por Belloni, a intenção do desenho do PEMMT buscou atrelar à experiência do EaD aos métodos convencionais, inserindo-a em uma perspectiva de ensino híbrido. No entanto, apesar de a proposta de ensino híbrido ser válida, o PEMMT tem encontrado dificuldades em sua execução a partir da proposta original, o que ocorre devido à falta de recursos e estrutura tecnológica adequada para que o desenho saia do papel. E, nesse contexto, como expresso pelos sujeitos

entrevistados, a dimensão pedagógica está intrinsecamente ligada às condições estruturais que são, na realidade do PEMMT, indispensáveis à prática do Projeto mediado pela tecnologia.

Assim, inicialmente nesta análise, destacam-se elementos de cunho estrutural considerados bases para a ação pedagógica existir no âmbito local no qual se focou o estudo:

i) Salas de aula adequadas, climatizadas e seguras para permanência dos estudantes e professor; tal como para acomodar os equipamentos. Espaços limpos e adequados para fornecer o conforto e comodidade, o que tende a contribuir para a aprendizagem.

ii) Equipamentos: kit tecnológico, composto de TV de no mínimo 50", receptor de transmissão via satélite, antena parabólica com LNB para recepção do satélite com entrada USB para gravação das aulas quando necessário; cabeamentos, conectores, disjuntores e outros acessórios para sua instalação. Nobreak para a estabilidade da voltagem da energia elétrica.

iii) Computador de mesa para o professor presencial e impressora. Também materiais de expediente e pedagógico para subsidiar as atividades práticas e extraclases.

iv) Computadores portáteis (netbook) disponíveis aos alunos; tanto para uso *off-line* como *online*. Dispositivo móvel por meio do qual o professor possa disponibilizar os materiais das aulas aos estudantes e, desse modo, eles possam apropriar-se dos conteúdos, estudar e complementar seus conhecimentos.

v) Disponibilidade de internet com capacidade adequada para acesso de professores mediadores e alunos, o que poderia garantir o diálogo, a interação e os momentos de tirar dúvidas com professores ministrantes de estúdio. Ainda, a possibilidade de baixar as videoaulas e o acesso ao AVA.

vi) Atendimento técnico para manutenção e reparo dos equipamentos de transmissão e recepção, bem como dos computadores. Disponibilidade para atender às necessidades em tempo hábil, o que evitaria as percas de transmissão de aulas por vários dias e/ou a permanência por meses sem os dispositivos móveis devido à indisponibilidade de atendimento prioritário às questões do Projeto.

vii) Garantia de professor presencial com perfil para mediador para atender o Projeto com eficácia e envolver-se nas atribuições que lhes são designadas. Esse deve

ser conhecedor e familiarizado com informática, além de predisposto a aprender a fazer diagnósticos e manutenções básicas de equipamentos de recepção e transmissão.

viii) Disponibilidade de recursos e transporte oficial da Seduc para realizar atendimento pedagógico (acompanhamento e monitoramento); para deslocamento *in loco* com mais frequência pela coordenação do Projeto, atendendo o cronograma mensal.

Os 8 pontos apresentados estão diretamente ligados à dimensão pedagógica do Projeto e, portanto, servirão de base para a estrutura da análise apresentada nesta seção. A proposta é propor um cenário que considere a questão pedagógica, do mesmo que na subseção anterior, para dê subsídios necessários para a compreensão do contexto analisado e elaboração das propostas a serem apresentadas no PAE.

Considerado o primeiro ponto, acerca das salas de aula, apesar desses ambientes serem de ordem administrativa, eles interferem consideravelmente no encaminhamento da atuação pedagógica. A considerar pelo fato de que o estado de Rondônia possui um clima equatorial com a média de temperatura acima de 26°C, segundo informações obtidas no site Infoescola²⁴, considera-se a percepção quanto ao ambiente destinando ao Projeto na fala do Gestor 1:

[...] não tem sala, foi um espaço cedido pela comunidade onde eles se reuniam para fazer reuniões. Esse espaço já está dividido por que não tem alojamento lá também, divide-se então em alojamento para professora dormir e sala de aula. Na Aikanã é cedido um espaço da igreja numa salinha anexa. E a outra é sala que já tinha, é de madeira, a ventilação é horrível. As instalações são péssimas. Há Projeto para construção, mas sabe-se Deus quando é que vai sair. Contêiner foi solicitado, mas foi negado, não vai para a aldeia. Então não sei até quando vai essa questão improvisada (GESTOR ESCOLAS INDÍGENAS VILHENA, entrevista realizada em maio 2018).

Assim, verifica-se que um dos fatores desmotivadores para o estudante do PEMMT é estudar no período vespertino em salas precárias com elevadas temperaturas, com pouca iluminação e ventilação e/ou climatização – algo incomum nas escolas polo principalmente, considerando que as salas de aula são cedidas.

O segundo ponto, sobre os equipamentos, registrou-se nas salas de aula com compartilhamento do receptor de satélite. Esse compartilhamento para duas salas com um único aparelho interfere, diretamente, na qualidade de imagem e do som, o que prejudica a compreensão das aulas:

²⁴ Site: <https://www.infoescola.com/>

[...] quantidade de receptores insuficientes, pois divido um com a sala ao lado e por haver aulas de turmas do fundamental bom período da manhã, constantemente há quebra de cabos e conectores, assim temos que retirar e desconectar tudo e guardar e no outro dia montar tudo novamente, gerando desgaste nos conectores, senado que os cabos que ficam conectados a TV, hora ou outra aparecem arrebentados. (PROFESSOR ESCOLA ESTADUAL MOAYR CARMELLO, entrevista realizada em junho de 2018).

Como destaca o Professor 2, além da falta de equipamentos, eles deparam-se também com outros fatores que são desfavoráveis e decorrentes do fato de terem que dividir as salas. Conforme registro, é comum, ao chegarem para a aula, se depararem com os cabos deteriorados pelos estudantes do período matutino. Essa situação, provavelmente, provém de objeções advindas da gestão da escola e também de grupos de professores que ao invés de zelarem pela manutenção dos equipamentos e seu funcionamento, não se preocupam e/ou até colaboram com as avarias para comprovar que o Projeto não funciona. O mesmo Professor 2, ao referir-se ao gestor da sua escola, salienta que: “ [...] (ele) *demonstra uma certa contrariedade por não aceitar ou acreditar no Projeto, alegando falta do suporte citado no Projeto original*”.

A fragilidade observada pelo professor tem reflexos na sala de aula e, se considerado apontamento relacionado ao gestor, a questão torna-se ainda mais evidente. Tal fato permite a compreensão de que as dificuldades não se originam unicamente de cima para baixo, mas também se concentram no interior do ambiente escolar. A percepção do Gestor 2 expõe a condição de interferência negativa vinda da própria gestão da escola – a percepção do gestor é relativa ao período em que ele atuou como professor.

Eu tento aqui fazer com que os alunos do PEMMT, bem como os professores bem recebidos dentro da escola, por que eles fazem parte da escola. Em outra escola a qual eu trabalhava, observei o que eu sentia na pele, não como integrantes da mesma escola. Mas dá a entender que são professores de outra escola, que apenas usam o mesmo chão escolar. Na minha gestão aqui me esforço para que isso não seja da forma como eu via na outra escola que trabalhava como professor mediador, sentia-me como algo paralelo”. (GESTOR 2 - ESCOLA ESTADUAL FRANCISCA MARTENDAL, entrevista realizada em maio de 2018).

As considerações acerca das possíveis ações da gestão em desfavorecimento do Projeto são observáveis em descrições em relatórios de monitoramento *in loco* realizados pela coordenadora do PEMMT de 2017 e 2018. Esses relatórios apresentam registros nos quais são expressas atitudes para com os professores no sentido de rotulá-los como acomodados por permanecerem no Projeto. A própria gestão aponta a escolha dos professores como conveniência.

O olhar Gestor 2 e seus posicionamentos, expressos a seguir, ajudam na compreensão da visão de alguns dos envolvidos considerando ressalvas à metodologia do Projeto - a resposta considera a atuação do gestor quando esse era professor:

O Projeto estará desempregando outros profissionais, a matemática que a gente faz é que ele acaba substituindo a mão de obra mais específica. Mas abriria espaço para profissionais estarem buscando um lugar no mercado de trabalho (GESTOR 2).

Em toda a sua entrevista o gestor 2 faz ponderações sobre a condição do Projeto em detrimento da inadequada condição estrutural em que o mesmo se executa. Também na percepção de outros é possível visualizar colocações na mesma direção: “*Eu já conversei com alguns professores e há uma crítica em cima. Que vai de cada um, infelizmente existe essa rejeição que se bate muito de que o professor está sendo substituído.*” (PROFESSOR 1).

É notório que tal atitude no ambiente escolar desmotiva a atuação do professor presencial e dos alunos, uma vez que esses fatores interferem pontualmente no andamento das aulas. Geram-se transtornos de perdas de aulas e desconfortos entre a equipe. O ambiente torna-se sem harmonia; alunos e professores sentem-se desmerecidos e diferenciados do todo, dado estarem inseridos em um Projeto que oferece desafios que os desmotivam diante das questões estruturais ainda sem resolução, o que influencia no cotidiano da prática pedagógica.

O terceiro ponto em análise, a existência do computador e impressora na sala de aula para o professor, está diretamente ligado ao segundo, uma vez que a permanência do aparelho na sala de aula não é adequada pelos possíveis danos causados por estudantes de outros turnos - no caso da Escola Moacyr Caramello. Os equipamentos ficam na sala dos professores, sendo que a designação do Projeto é para que esse fique disponível na sala de aula e com o acesso à internet para que o professor possa realizar a interação com professores ministrantes. Contudo, também a internet não é uma realidade atual.

No caso da impressora, essa é utilizada para impressão de materiais como atividades de sala de aula e avaliações do Projeto. Contudo, há uma grande reclamação da falta de recursos para aquisição de tonner e papel sulfite a contento para atender o Projeto. O consumo desses materiais é elevado, mesmo com a utilização de duas páginas por folha, frente e verso. A falta de materiais impressos, por exemplo, exerce relevante influência no fazer pedagógico, visto que vários professores ficam sem

materiais pela falta do tonner e papel. Registra-se ainda que muitos professores têm adquirido com recursos próprios os materiais necessários para que não deixem seus alunos sem realizar as atividades, o que tende a prejudicá-los ainda mais.

Os pontos quatro e cinco elencados, disponibilidade dos computadores portáteis e de internet adequada, também são reflexos da descaracterização do Projeto, dado que envolvem a não disponibilização dos e o não acesso à internet, conseqüentemente, a não existência da interação. Na prática, a interação não existe e o aluno não tem em sua posse um dispositivo que permita acessar o chat para tirar dúvidas dos conteúdos. A questão da interação será ainda abordada nesta subseção.

O sexto tópico, que se trata de manutenção e reparo dos equipamentos do Projeto, foi amplamente exposto e analisado quando da dimensão estrutural. Destacaram, em especial, que a falta de manutenção gera problemas de transmissão e recepção, o que interfere no dia a dia das aulas. As questões envolvidas nesse quesito trazem sérias conseqüências, tais como um de um ensino fragmentado e, possivelmente, sem o efetivo desenvolvimento do estudante para a apropriação dos conteúdos necessários ao prosseguimento de sua vida escolar.

O sétimo ponto, a garantia do professor presencial com perfil de mediador, é importante e pertinente, como em outras funções, que haja compromisso, tal como coloca a professora 2: *“minha crença nesse Projeto é que se oferecidos os recursos necessários e lotados professores compromissados pode surpreender positivamente muitas pessoas”*. É fato que para atender ao Projeto e sua metodologia faz-se necessário dispor de um perfil profissional que tenha habilidades e familiaridade com a tecnologia, também predisposto a gerir situações adversas e aprender a fazer prévias manutenções nos equipamentos. Vale retomar que nos locais onde há internet não tem velocidade que permita acesso adequado ao professor e as perspectivas de acesso por todos os alunos são praticamente nulas.

O oitavo e último ponto elencado, a questão da disponibilidade do transporte para o atendimento pedagógico (visitas *in loco*) é também um exemplo de proposta do desenho do Projeto que não se concretiza de forma satisfatória na prática. Questões logísticas e financeiras impedem que as viagens propostas nos planejamentos se executem, o que acarreta em um acompanhamento a partir de outros meios, como e-mails e telefones, não sendo possível considerar as questões existentes de forma mais pontual. Ainda, as viagens que ocorreram atenderam várias escolas em um mesmo dia. Tal como exposto na subseção anterior, o relatório do PEMMT, CE-Vilhena (2016-

2017) destaca que das 32 viagens no ano de 2016 pela coordenação do Projeto, em 26 foram atendidas de duas a três escolas por dia. Essas viagens dependem de recursos e carro oficial da Seduc para que possam ocorrer.

O último ponto elencado permite a expansão da análise para duas ações relevantes e que envolvem diretamente a atuação dos professores, gestores e supervisores em prol do PEMMT, são elas: o acompanhamento e o monitoramento pedagógico do Projeto. A execução dessas ações *in loco* é um indicador inserido no plano de ação do coordenador do Projeto lotado na CRE, esse planejamento almeja atender mensalmente cada localidade que tenha turmas do Projeto.

Em específico nas questões pedagógicas, destacam-se o monitoramento do fazer pedagógico (orientações, intervenções, registros, materiais orientadores, procedimentos técnicos, direcionamentos legais, planejamentos, etc.); o acompanhamento em conjunto com a escola sede do desempenho dos estudantes (conselho de classe, atendimento individual, intervenção orientadora, observação do rendimento e intervenção se necessário); o acompanhamento da organização, por parte da escola, das normatizações da vida escolar dos alunos (orientação de realização de matrículas de ambos os cursos, análise curricular para adaptação de estudos, orientação de retenção de equipamentos de posse dos alunos ao se retirar do Projeto) e a realização de formação continuada com gestores, supervisores, orientadores e professores presenciais.

Entretanto, a realização dessas ações na prática, tal como previsto, não tem ocorrido diante da dificuldade de recursos para alimentação e estadia, bem como liberação de veículos para execução dos trabalhos locais. Os atendimentos frequentes têm ocorridos via telefone com recurso de aplicativo do whatsapp, como é possível averiguar nas abordagens dos sujeitos entrevistados.

O Professor 1 salienta que:

[...] a gente usa muito os recursos do whatsapp, se surge alguma dúvida, já entra em contato e de imediato já passa as orientações e esclarece as dúvidas. Um fato que acaba dificultando que não é mais visitado pela coordenadora da CRE é sempre a questão do transporte.

A Professora refere-se à presença da coordenadora como um suporte necessário para orientações e encaminhamentos da prática pedagógica, o que deveria ocorrer diante de imprevistos e reorganizações locais necessárias, seja em relação à transmissão das aulas, equipamentos, dúvidas com os registros, reposições, recuperações, avaliações e intervenções com alunos; ainda, outras questões de ordem pedagógica nas

quais seria possível sentir-se melhor assistida nas decisões tomadas quando da presença da coordenação.

A presença do coordenador no local é destacada pelos atores do Projeto como algo relevante e que tende a auxiliar no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Segundo o Supervisor, o coordenador do Projeto: “faz reuniões com professores, conversa com os alunos e da manutenção dos aparelhos eletrônicos”. Ou seja, a atuação *in loco* permite assistir com mais detalhes as individualidades dos alunos, dos professores (mediadores) e dos gestores escolares; esses atores, de posse das informações obtidas e das trocas realizadas nesses momentos de trocas presenciais, podem colaborar na superação de problemas e traçar intervenções junto à CRE. Esse tipo de atuação contribui para a organização das ações pedagógicas em prol de atender as necessidades dos envolvidos.

Apesar das considerações sobre o atendimento *in loco*, há registros de que o atendimento é contínuo e o acompanhamento e o monitoramento são efetivados de várias maneiras, como via telefone e e-mails, ainda é perceptível que os resultados esperados não são alcançados em sua plenitude. Verifica-se que gestor, supervisor e orientador ainda não incorporaram uma atuação em acordo com a metodologia do Projeto, tal como previsto nos pacotes pedagógicos enviados, tendo dificuldades na condução das ações. Também o aluno dá indícios de não ter se adaptado à condição de autonomia para estudar e aprender sem dialogar e sanar suas dúvidas.

Nesse contexto, encontra-se o desafio: gerir pedagogicamente um Projeto que traz procedimentos fechados e estruturados, mas é dotado de falhas infraestruturais que comprometem sua eficácia. E, nesse desafio, cabe aos executores, apesar das condições, cumprirem o seu papel de atingir resultados na aprendizagem dos estudantes com um método ainda deficiente. Acerca da gestão pedagógica, Lück (2009) esclarece ser a mais importante dimensão da gestão escolar, uma vez que tem como foco promover a aprendizagem e a formação dos alunos. Envolve, portanto, ações sistemáticas e intencionais nessa direção.

Ainda como ilustrativo da questão em discussão, destaca-se o caso da Escola Moacyr Caramello quanto à assistência pedagógica advinda da gestão e supervisão por meio da fala do Aluno 1: “Não que eu saiba eles não têm vindo aqui na escola”. Na mesma direção, tendo como foco os espaços cedidos, o Gestor 3 apresenta algumas considerações:

[...] depende muito do gestor municipal, houve mudança na gestão tivemos dificuldade de comunicação. [...] Como questão pessoal, creio que nós temos que repensar a ideia de rede. Vamos amadurecer isso em diálogo com a nova gestão. Exemplo se o diretor não acredita na mediação ele vai dificultar o processo, mas se ele acredita teremos alunos para o Projeto. É muito importante que a gente estabeleça um bom relacionamento com a gestão, diálogo e resiliência (GESTOR ESCOLA ESTADUAL ÁLVARES DE AZEVEDO, entrevista realizada em agosto 2018).

É preciso considerar que ceder o espaço físico deixar os estudantes sem acompanhamento e sem atendimento, uma vez que as necessidades dos estudantes deveriam ser atendidas por ele, obviamente vai gerar rejeição e resistência. E, o que se percebe é que a maioria dos casos de parceria na cedência das salas de aula em escolas municipais essa é a realidade. Não há, nesses casos, um atendimento contínuo, direto e permanente da escola estadual, que deveria conduzir as situações conflitantes entre as redes de ensino. Ressalta-se que o impacto maior é sentido pelos alunos que ali estudam e os professores que se fazem presentes todos os dias.

Cabe esclarecer que as análises até aqui desenvolvidas demonstram que é importante haver uma instrumentalização dos encaminhamentos realizados, a título de registro, ou seja, a realização prática de toda orientação recebida. Essas orientações partem tanto da CRE quanto da Seduc e envolvem diferentes questões relacionadas ao do trabalho escolar e são de atribuições de setores administrativos e gerenciais.

A percepção nesse sentido envolve fragilidades nos encaminhamentos aos responsáveis distintos, o que geralmente resulta na perda do indivíduo no decorrer da realização do processo solicitado. Cita-se aqui a organização da atuação do coordenador para que esse possa conseguir atender e orientar com mais eficácia as demandas pedagógicas surgidas.

A referida organização, que possivelmente possibilitaria a efetivação da formação continuada nos momentos *in loco*, permitiria um acompanhamento e orientações com foco nos fatores pedagógicos e seus resultados. Vale destacar que esses resultados estão acessíveis aos profissionais da escola, em conjunto com a coordenação do Projeto, na CRE, o que pode familiarizar a equipe das escolas quanto aos objetivos e métodos do Projeto. Essas são questões que tendem a contribuir para que os envolvidos no Projeto tenham segurança e certeza das atribuições que lhe cabem ao atender o PEMMT em suas dependências escolares.

As visitas *in loco* também possuem a função da realização das formações continuadas, que são um dos aliados da eficácia do trabalho no ambiente escolar. Tal como demonstrado em falas anteriores dos entrevistados, essas formações tem sido uma

prática apática e pouco considerada diante da dificuldade em reunir esses profissionais para efetivar formações no formato conjunto e que possibilite a troca de experiências, diálogos e interações. Já a formação individualizada, que envolve o trato específico de dúvidas cotidianas e orientações, tem sido realizada nas visitas *in loco*, compreendida também como não sendo o ideal, mas há, nesses casos, um atendimento mais efetivo, tendo em vista que também é feito via meios eletrônicos.

É consenso a necessidade de rever e intensificar as atividades formativas tendo duas vertentes de fundamental importância: uma de cunho formativo local, como norteadora da prática mediante as especificidades do Projeto e sua proposta; outra com olhar coletivo que possa sinalizar a interação, a troca de experiências e o reconhecimento dos fazeres como produto final ao longo do ano letivo. Tais ações permitirão avaliar as práticas e, possivelmente, (re) planejá-las para atender às necessidades dos executores do PEMMT.

O último tópico central a ser retomado quando da dimensão pedagógica do Projeto relaciona-se à questão da disponibilidade da internet, conseqüentemente, a falta de interação no processo de ensino e aprendizagem. Apesar desse ponto já ter sido abordado de forma enfática em outros momentos do trabalho, faz-se necessário explorá-lo ainda mais, uma vez que ele se demonstra central, seja no desenho do Projeto, seja na construção dos resultados esperados.

Inicialmente, destaca-se a compreensão assumida dos conceitos de interação e interatividade. A interatividade refere-se ao envolvimento entre homem-máquina e a interação refere-se à comunicação entre as pessoas (LITTO e FORMIGA, 2009. p. 112). Portanto, é claro que guardada suas especificidades, o Projeto prevê em seu desenho e prática, a ação contínua das duas situações.

Acerca desses conceitos, retoma-se a sua importância para o processo de ensino e aprendizado, em especial, quando esse processo é mediado pela tecnologia. No entanto, ambos representam insatisfação por parte dos envolvidos, o que mais uma vez descaracteriza o Projeto. A interatividade fica prejudicada pela ausência dos netbooks, associada as dificuldades de acesso à internet, para que os alunos possam exercer essa prática. Já no caso da interação, essencial para o processo de aprendizagem, a pesquisa registrou momentos de ausência parcial, ou total, dessa em relação aos professores de estúdio, ou seja, falta de interação com os regentes das disciplinas específicas.

Essas questões seriam uma consequência da falta de planejamento estrutural do próprio Projeto na viabilização da internet? Acredita-se que há fundamentos nessa

direção. As respostas dos entrevistados a dois questionamentos específicos permitem compreender as dificuldades acarretadas pela falta da interação prevista.

Quanto a implementar um ensino mediado por tecnologias e não dispor de uma internet de qualidade, o Gestor 1 relata que: *“não tendo internet como que tirar as dúvidas pelo chat que deveria ser online, como este tira dúvidas com propriedade de física, química, matemática...”* Considerando que em sala de aula há um professor formado em pedagogia, conseqüentemente ficará limitado em ajudar seus alunos a tirar as dúvidas. Na mesma direção, a professora 2 aborda que deveria ter:

[...] mais agilidade na disponibilização dos recursos necessários, nets durante todo o período letivo e o acesso à internet nos computadores de alunos para viabilizar a pesquisa e acesso ao chat específico para melhorarem a mediação entre sala e estúdio.

A falta da interação também registrou descrédito e inconformismo por parte dos alunos que ao serem interpelados com perguntas do tipo: “como tiram as dúvidas surgidas sobre os conteúdos transmitidos?” Apresentaram como resposta:

Ou a gente lê os slides e tenta compreender ou a gente pergunta para nossa professora que fica dentro da nossa sala de aula que ela nos ajuda com que a gente não entende, quando tem dúvida a gente pergunta para ela e ela explica para a gente certinho (ALUNO 1).

Destaca-se que essa não é a função do professor presencial, desdobrar-se para explicar um conteúdo específico. Na mesma direção, o Aluno 2 expõe que: *“[...]com o professor presencial, perguntando a ele e esclarecendo minhas dúvidas. Na hora de fazer atividade, buscamos ajuda de colegas da sala”*. Ainda, o Aluno 3 coloca: *“Ha falta de internet, para nós podermos acessar o chat para interagir”*. Também o aluno 4, ao responder ao solicitado, expõe que:

Por meio do chatzap, através da Prof.^a Presencial que usa sua internet pessoal para poder nos ajudar mandando mensagem aos Prof. do estúdio pedindo que tire nossas dúvidas ou por meios de vídeos aulas no YouTube em casa ou por meio do Prof. Presencial no AVA (ALUNO 4)

Os registros mostram que os alunos, no caso da mínima ou ausência de interação com os professores, procuram a colaboração entre eles mesmos no sentido de interagir e tentar consolidar aprendizagens. Também a professora pedagoga mediadora da sala faz algumas manobras para conseguir sanar as dúvidas, o que talvez possa não ser satisfatório, dada a especificidade dos conteúdos. Ainda nesse contexto, o Gestor 3

salienta que: *“O ideal é que tudo fosse em tempo real. Que o aluno tivesse a dúvida, que o professor tivesse ali já internet disponível com velocidade para fazer os questionamentos e tudo mais”*

Os relatos dos alunos evidenciam dificuldades essas que encontram para buscar respostas às dúvidas que surgem no decorrer das aulas, registrando o desconforto com essa situação. Na prática, eles buscam no professor presencial e nos colegas, ainda em pesquisas na internet em casa, as respostas as suas dúvidas. Observável inclusive, que até o professor presencial sente-se limitado, e por vezes constrangido, por não conseguir ajudar aos alunos em suas dúvidas no momento em que elas surgem, que é no momento da transmissão das aulas.

Nesse cenário, retoma-se que o chatzap, já citado, é um dos mecanismos de comunicação mais utilizado pelos professores presenciais²⁵ para interagir com os professores de estúdio e outros professores do mesmo ano das diversas localidades do estado. O recurso é uma estratégia alternativa, utilizada como recurso emergente, para suprir a falta dos aparatos necessários ao atendimento eficaz ao Projeto. Estratégias como essa surgem diante da falta de estruturação já exposta pelos entrevistados.

Sobre o recurso do chatzap, assim como o acesso ao AVA, é preciso destacar que esses ainda se encontram indisponíveis para vários professores presenciais que possuem acesso apenas nos finais de semana, momento em que saem das aldeias, ou quando estão na cidade, ou ainda, quando se deslocam diariamente ao campo.

Quanto a interação no cenário do Projeto, Arcanjo (2015), ao abordar questões do EMPMT desenvolvido no Amazonas – Projeto no qual o PEMMT buscou inspiração - afirma que:

[...] as ferramentas de interação síncrona, como os chats, não estão sendo usadas para proporcionar uma interação entre professores, alunos e outras turmas. Essas ferramentas de interação síncrona poderiam dar o feedback dos conteúdos trabalhados na aula” (ARCANJO, 2015, p 66).

A colocação do autor verifica-se, claramente, a situação vivenciada no PEMMT, tal como registrado nesta pesquisa. Verifica-se que não há, portanto, uma relação dialógica, tal como defende Arcanjo ao abordar o Projeto do Amazonas (2015):

²⁵ Ressaltando que somente os professores estão no grupo do whatsapp designado para cada ano do Ensino Médio.

[...] é falho do ponto de vista da abordagem da ação dialógica, que propõe uma interação entre os atores do processo educativo para uma ação-reflexão-ação, simultâneas. Negá-la é afirmar a ação antidialógica, que deve ser combatida nas ações pedagógicas que propõem uma formação para a cidadania. (ARCANJO, 2015. p. 67)

A citação, ao se referir à um processo educacional desprovido de interação, reporta à concepção de educação tradicional, denominada por Freire (1996) como “Educação Bancária”. Essa se remete a ideia de que o aluno está apto a receber as informações sem opção de diálogo, interação e/ou indagação. Condição que o aluno encontra-se em “modo *stand-by*”²⁶, sendo que deveria estar em “modo start”²⁷, como de fato a ação dialógica citada por Arcanjo (2015) propõe.

Na direção da ideia de “Educação Bancária” a fala do Gestor 2 parece ratificar essa percepção:

Eu vejo que os alunos quando vem para o EM 1º ano eles sofrem com um período para se adaptar, transição do regular para o PEMMT eles sofrem um pouco por que não tem aquela interação com o professor, que o discente tem ali com o docente. Aquela interação não tem é meio mecânico e eles não conseguem ter essa interação para tirar dúvidas, essas questões ficam a desejar (GESTOR DA ESCOLA FRANCISCA MARTENDAL, entrevista realizada em maio 2018). (GRIFO NOSSO)

O gestor, ao salientar que “não há interação e é um meio mecânico” parece descrever a característica do aluno em modo *stand-by*. Ou seja, há a camuflagem de uma metodologia inovadora que não passaria de um modelo tradicional virtualizado, nos moldes de Valente (2003). Essa é uma questão de ampla gravidade, se analisadas as limitações condicionadas à aprendizagem dos jovens do Ensino Médio. Jovens esses que deveriam exercer seu protagonismo tendo em vista a atuação cidadã responsável na sociedade contemporânea.

As características acima citadas também podem ser reconhecidas no chamado estilo fordista de educação de massas que, segundo Belloni (2008), inclui-se entre os três modelos de educação em EaD, que são: o Fordismo – voltado para o exercício do trabalho, noções básicas gerais e universalizadas; o Pós-fordismo – desenvolvimento de múltiplas competências; e Pós-fordismo ou neoliberal – aprendizagem aberta a distância para as massas, abrangendo o maior número possível de aprendizes via EaD, também conhecida como Broadcast, tal como definida por Valente (2003).

²⁶ Modo *Stand by* – modo de espera, parado aguardando ser preenchido (grifo nosso) Disponível em: <https://www.significados.com.br/stand-by/>. Acesso em: jun. 2017.

²⁷ Modo Start – modo ativo, impulsionado a participar e dialogar (grifo nosso). Disponível em <https://www.dicionarioweb.com.br/ingles/start/>. Acesso em: jun. 2017.

Tais considerações constituem-se como reflexos que unificam modelos educacionais com resquícios intenciona listas de produção das massas, o que se constitui na Virtualização da escola tradicional, uma abordagem de EaD que busca:

[...] implementar, usando meios tecnológicos, as ações educacionais que estão presentes no ensino tradicional. [...] na maioria das vezes, a interação professor-aluno resume-se em verificar se o aprendiz memorizou a informação fornecida, por meio de uma avaliação do tipo teste ou ainda de uma aplicação direta [...] nesse sentido, esta solução tem os mesmos problemas que a situação do ensino nas escolas tradicionais. [...] esta abordagem em geral é apresentada como possibilitando a construção de conhecimento e a preparação de um aprendiz autônomo, criativo e capaz de aprender continuamente. Na verdade, o que acontece é ter um aluno frustrado, sentindo-se sozinho – provavelmente algumas das causas que podem explicar a alta taxa de evasão dos cursos EaD (VALENTE, 2003. p. 141).

As considerações permitem a reflexão de que, apesar de não apresentado como EaD, o método do ensino mediado pela tecnologia, tal como utilizado pelo PEMMT, tem algumas semelhanças com a prática abordada por Valente (2003) quando da abordagem Virtualização da sala de aula. A colocação justifica-se pelo fato da não concretização do processo interacional pretendido e na réplica de práticas tradicionais oriundas das salas de aula presenciais. Ainda, se por um lado no PEMMT há a presença do professor presencial, na EaD há o tutor, geralmente o virtual, como responsável pelo acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Em suma, é nítido que a proposta do Projeto se trata de uma engrenagem justa. Nesse caso, se existirem falhas ou atrasos nos mecanismos base para a execução pedagógica das aulas no dia a dia, ficará comprometido o fazer pedagógico, o que exige do professor presencial a realização de remendos no decorrer do processo. No entanto, apesar de todas as questões verificadas na pesquisa, a fala da professora 1 registra uma possível crença na realização do Projeto, o que envolveria os devidos investimentos: *“minha crença nesse Projeto é que se oferecidos os recursos necessários e lotados professores compromissados pode surpreender positivamente muitas pessoas”*. Destaca-se que a crença da professora envolve as duas pontas de execução do processo: investimentos (parte do governo, nível macro) e compromisso dos professores (parte dos executores da prática diária, nível micro).

2.2.4 Resumo dos achados da pesquisa (Pontos positivos e negativos)

As informações contempladas até este ponto da pesquisa configuram-se em dificuldades locais e superiores, de nível micro (CRE/escola) e macro (SEDUC). Compreendem essas, de modo geral, quatro dimensões: a pedagógica, a administrativa, a estrutural e a financeira; ainda resultam em falhas, com efeito, cascata que têm seus impactos sentidos na ponta do Projeto: a sala de aula.

Verificou ainda que as dificuldades visualizadas no Projeto envolvem as ações de gerenciamento, o que evidencia falta de planejamento nas quatro dimensões tendo destaques a falta de recursos tecnológicos; recursos esses essenciais como a internet e os netbooks, kits ou aparelhos para reposição, acompanhamento e orientação no âmbito pedagógico e manutenção e reparo técnico. Observou-se, ainda, falhas logísticas para com recursos materiais e recursos financeiros que também são postas como pontos negativos.

Enquanto pontos positivos do Projeto, constatou-se a proposta da metodologia e a qualidade dos planejamentos e aulas. O quadro 19 apresenta, a partir da visão dos sujeitos da pesquisa - gestores, supervisores, professores presenciais e alunos - pontos favoráveis e desfavoráveis verificáveis, por meio da pesquisa, na realização do Projeto.

Quadro 19 - Resumo dos pontos positivos e negativos do PEMMT elencado pelos entrevistados

SUJEITOS	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
PROFESSORES	<p>Qualidade das aulas considerando a sequência didática desenvolvida e a qualificação dos professores.</p> <p>Atividades em grupo e individuais que geram motivação nos alunos.</p> <p>Disponibilidade das aulas no <i>You Tube</i> e possibilidade de baixar os slides.</p> <p>Familiarização dos alunos com as tecnologias.</p> <p>Possibilidade de interação via chatzap.</p>	<p>Dificuldades no acesso à internet e consequente falta de interação em tempo real.</p> <p>Oscilação na disponibilidade da energia elétrica e questões relacionadas ao espaço físico.</p> <p>Ausência dos netbooks para os alunos, falta de receptores na quantidade necessária e constante quebra de materiais como cabos e conectores.</p> <p>Falta de técnicos para a realização da manutenção dos aparelhos.</p> <p>Falhas na assistência logística por parte da Seduc, inclusive no transporte dos alunos.</p> <p>Falta de assistência e monitoramento por parte da CRE.</p>
SUPERVISORES	<p>Qualidade das aulas e qualificação dos professores.</p> <p>Qualidade do material didático.</p> <p>Disponibilidade das aulas <i>online</i>.</p> <p>Existência do curso profissionalizante.</p>	<p>Falta de técnicos para resolução de problemas imediatos e manutenção dos aparelhos.</p> <p>Ausência de assistência aos alunos</p> <p>Falhas na assistência por parte da Seduc e da CRE</p> <p>Problemas de estrutura física</p> <p>Ausência dos netbooks</p> <p>Problemas com o transporte escolar</p>
GESTORES	<p>Atendeu ao problema do deslocamento dos alunos, ainda da falta de professores especializados.</p> <p>Tende a diminuir a desigualdade quanto ao conteúdo oferecido, consequentemente, auxilia os alunos em processos seletivos como ENEM, por exemplo.</p> <p>Instalação de salas móveis com climatização.</p>	<p>Questões de estrutura física precária.</p> <p>Problemas relacionados à falta da internet, quedas de energia, ausência dos netbooks e também do livro didático para os alunos.</p> <p>Carência de suporte técnico.</p> <p>Interação ocorre de forma mecânica devido à falta de estrutura.</p> <p>Falta de assistência e monitoramento por parte da CRE e Seduc. Inclusive ausência de retorno das solicitações por parte da Seduc de Porto Velho.</p> <p>Transtornos de logística relacionados ao transporte escolar.</p> <p>O Projeto geraria o desemprego de profissionais.</p> <p>Carência de materiais básicos de expediente.</p> <p>Falta de conhecimento do Termo de Compromisso entre Estado e Município.</p> <p>Não existência de aulas sobre a cultura e língua materna (indígena).</p>
ALUNOS	<p>Ensino de qualidade com professores qualificados.</p> <p>Questões oferecidas são a partir de concursos já realizados.</p> <p>Qualidade das aulas e disponibilidade dessas no <i>You Tube</i>.</p> <p>Não perdem mais aulas por falta de professores.</p>	<p>Falta da internet que dificulta a interação, a possibilidade de tirar dúvidas direto com o professor ministrante, dificuldade para realização de pesquisas e impossibilidade de interação com pessoas de outras regionalidades.</p> <p>Falta dos netbooks.</p> <p>Falta de manutenção e assistência nos computadores existentes e demais aparelhos.</p> <p>Não há contato com a coordenação do Projeto (diretor, supervisor, orientador).</p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas entrevistas realizadas entre maio a agosto 2018.

Como observado, os pontos positivos e negativos descritos pelos sujeitos entrevistados estão em consonância com as evidências abordadas na pesquisa. Desse modo, tendo como enfoque os pontos negativos, considerados primordiais ao desenvolvimento do Projeto, foi traçado um Plano de Ação Educacional (PAE) com o intuito de minimizar os problemas identificados que estão no âmbito de atuação da coordenação do Projeto. Assim, a proposta é que o PAE proposto possa servir como embasamento para melhorias no âmbito estadual, considerando outras regionais que oferecem o Projeto, e também para a Seduc como fonte de reflexão e busca de alternativas que possam contribuir para o aprimoramento do PEMMT e sua execução.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA FORTALECER O ACOMPANHAMENTO E O MONITORAMENTO DO PEMMT NA CRE DE VILHENA

No cenário de análise desta pesquisa verifica-se que o PEMMT apresenta-se como uma alternativa viável e necessária para atender às necessidades dos povos residentes na zona rural do estado de Rondônia. O Projeto possui uma sistemática diferenciada que envolve o método híbrido de ensino, agregando a tecnologia a métodos tradicionais de ensino, o que ocorre de modo a disponibilizar o ensino em localidades distantes e com difícil acesso, tal como é a realidade geográfica rondoniense. A proposta propõe a expansão da oferta de ensino com a possibilidade de turmas unidocente, diante da dificuldade encontrada para levar professores com formação em áreas específicas do currículo até essas localidades rurais. Na prática, a tecnologia, por meio do sistema de transmissão via satélite, proporciona o repasse de aulas ao vivo contemplando todos os componentes curriculares com docentes especializados nas respectivas áreas em todo o estado.

Vale retomar que o Estado de Rondônia buscou no Estado do Amazonas a experiência do Ensino Mediado por Tecnologias para atender tais realidades, dada semelhanças geográficas entre outras. A proposta implementada em 2016 em Rondônia apresentou diferenças da proposta original do Amazonas e, apesar de suprir em grande parte a ausência de professores, registrou problemas no seu desenho e implementação. Consequência, em grande parte, da falta de recursos que limita a prática, tal como apresentado e discutido no capítulo 2 desta dissertação.

É, portanto, a partir dessas dificuldades registradas que a presente dissertação tem como questão norteadora o seguinte questionamento: quais ações podem favorecer o acompanhamento e o monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica na Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena? A partir dessa questão, delimitou-se como objetivo geral descrever e analisar a proposta do PEMMT em Rondônia de modo a propor ações de melhoria para o desenvolvimento do Projeto. Assim, a fim de desenvolver o objetivo proposto, apresentou-se como objetivos específicos: i) descrever o Projeto PEMMT em Rondônia considerando também sua identificação com a proposta desenvolvida no Amazonas; ii) Considerar o desenvolvimento do Projeto tendo como foco a Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena/RO; iii) identificar e analisar as dificuldades no processo de implementação,

acompanhamento e monitoramento do PEMMT; e, por fim, iv) propor um Plano de Ação Educacional (PAE) com o intuito de aprimorar o desenvolvimento do Projeto considerando suas principais estâncias de execução: a Seduc/RO, a CRE-Vilhena e as escolas nas quais o Projeto acontece.

Portanto, com objetivo de cumprir a proposta de elaboração do PAE, o presente capítulo estrutura-se de modo a propor estratégias para minimizar os problemas encontrados no desenvolvimento do Projeto. O foco principalmente na CRE-Vilhena, por ser essa a estância de maior possibilidade de interferência da proposta.

É destaque que a coleta de dados apresentou resultados coincidentes às primeiras impressões registradas sobre o dia a dia do Projeto, o que levou, a partir da interseção entre análise documental, bibliográfica, dos dados e experiência/observação da pesquisadora, à elaboração do PAE aqui descrito.

Tal como dito inicialmente, o foco da análise está em duas dimensões principais: pedagógica e estrutural. E, a partir dessa visão, o quadro 20, a seguir, tem a finalidade de distinguir os desafios correspondentes a cada uma das dimensões.

Quadro 20 - Problemas abordados na coleta de dados que afetam o PEMMT CRE- Vilhena

PROBLEMAS CORRESPONDENTES AS QUESTÕES PEDAGÓGICAS	PROBLEMAS CORRESPONDENTES AS QUESTÕES ESTRUTURAIS
Alunos mais assistidos/falta de interação.	Falta de acesso à Internet
Assistência e logística promovida pela CRE e Seduc	Internet não funciona e possui pouca velocidade para atender o Projeto
Atendimentos e monitoramento in loco	Falta de Netbooks
Gestão contra o Projeto devido aos problemas	Falta de materiais tecnológicos (receptores, TVs, internet)
Destruição de cabos e conectores dos equipamentos pelos alunos do regular	Oscilações da energia elétrica
Ausência das disciplinas para atender em especial as comunidades indígenas (língua materna e cultura local)	Espaço físico salas de aula são precários e sem adequação de mobiliário
Falta de suporte pedagógico	Indisponibilidade de veículo
Adaptação do ensino regular para PEMMT	Falta de suporte técnico, logístico e estrutural
Didática transmitida (inadequada)	Falta de recursos para aquisição de materiais expediente
Ausência dos gestores, da supervisão e da orientação da escola sede	Assistência mais ágil para manutenção Netbooks
Dificuldades para realizar pesquisas	Falta de professores/suporte para lotação
Ausência do livro didático	Problemas de sinal na transmissão das aulas
Falta de diálogo com a gestão municipal	Dificuldades com o transporte escolar
Planejamento falho	Orçamento para as escolas gerirem a manutenção dos equipamentos tecnológicos
Formação continuada não executada na escola sede	Desconhecimento pelos gestores do Termo de Cooperação Técnica entre Estado e Município

Fonte: Entrevistas realizadas entre maio a agosto (2018).

Ressalta-se que há problemas que ultrapassam as possibilidades e responsabilidades de gestão da CRE. Esses, portanto, são de ordem superior e estão ligados diretamente a investimentos financeiros no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e Governo de Rondônia. Para esses problemas apresenta-se, na parte final do PAE, sugestões de atendimento.

O PAE ora desenvolvido estará dividido em três seções, a saber: i) Reorganização do Monitoramento *in loco*; ii) Estruturação documental de Devolutivas dos Monitoramentos realizados *in loco* e *online*; iii) Fortalecimento das Ações de Formação Continuada Individual e Coletiva.

Salienta-se que cada subseção compõe um plano de ação, portanto, apresenta os elementos necessários à sua execução. Para a delimitação e apresentação desses componentes, optou-se pela ferramenta de planejamento 5W2H que propõe mecanismos organizacionais em formato de *checklist*. O uso dessa ferramenta permite detalhar, passo a passo, a partir de reflexões sobre o problema considerado, utilizando-se de processos argumentativos.

A ferramenta 5W2H tem sua sigla composta de um acrônimo que em inglês inicia com W (*What* (o que?), *Why* (Por quê?), *Who* (Quem?), *Where* (Onde?), e *When* (Quando?)) E também os dois H (*How* (Como?) E *How Much* (Quanto?)). A metodologia de perguntas é uma importante estratégia de delineamento de plano de ação, pois seguindo a estrutura propõe-se a discorrer a ação de intervenção respondendo os questionamentos que mapearão o problema. A proposta é ter maior esclarecimento para o processo de execução das ações propostas.

De forma explicativa, a ferramenta propõe:

- *What* (o que será feito?) – Representa a definição clara das ações que serão empreendidas;
- *Why* (por que, qual a importância?) – Destaca a relevância dessas ações para a organização, justificando, assim, os investimentos que deverão ser feitos no plano que está sendo proposto;
- *Who* (quem será responsável?) – Define as instituições, os setores e as pessoas que serão responsáveis pela execução das atividades propostas, sendo fundamental que fique bem claro o papel que cada um deverá desempenhar para o sucesso do que foi planejado;
- *Where* (onde a ação ocorrerá?) – Algumas ações podem ocorrer em espaços distintos, fora das instalações da escola e mesmo as que serão

realizadas internamente podem requerer espaços específicos com determinados recursos como, por exemplo, uma quadra de esportes;

- *When* (Quando ela ocorrerá?) – Define o período em que cada ação deverá ser empreendida, sendo recomendável a definição de um cronograma que deixe claro o que precisa ser feito em cada momento, evitando que atrasos em uma determinada atividade impactem negativamente as demais;
- *How* (como será desenvolvida?) – De que forma cada ação prevista será empreendida? Que métodos e técnicas serão empregados em sua execução?
- *How Much* (quanto custará?) – Representa uma definição de grande importância, pois sem recursos financeiros adequados os planos fracassam, sendo fundamental, portanto, que exista uma definição precisa de quanto custarão as atividades propostas para que possam ser negociadas dotações orçamentárias adequadas. (FERREIRA, 2017, p. 4)

Em concordância com a ferramenta 5W2H, Lück (2009) destaca que parte de operações mentais de reflexão a estruturação de planejamentos até o envolvimento e compromisso dos seus executores. O que a autora caracteriza como Conjunto de elementos do planejamento, cujos apontamentos levam a operações mentais reflexivas.

Na proposta de Lück (2009), os elementos a serem considerados constam de:

O quê? Que diz respeito ao conteúdo da ação, o conceito principal a ser trabalhado. **Por quê?** Refere-se aos pressupostos da ação, os antecedentes da orientação para se estabelecer uma linha de ação. **Para quê?** Diz respeito aos objetivos, as mudanças a serem alcançadas e os resultados a serem promovidos. **Como?** Que se refere aos métodos, técnicas, procedimentos e passos das ações. **Quando?** Refere-se à especificação do tempo necessário para a realização de uma ação e a sua cronologia. **Onde?** Que consiste nas circunstâncias de espaço. **Com quem?** Nomeia as pessoas a serem envolvidas como agentes. E, por fim, **para quem?** Aponta os beneficiários da ação.

As ferramentas ou métodos de planejamento dão subsídios para nortear as práticas e organizar as ideias. Atribui-se, a partir desses, o foco no que se verifica que não está adequado ao que se pretende. Assim, tendo como ponto de partida a ferramenta

5W2H, apresentar-se as propostas interventivas que se encontram ao alcance da CRE-Vilhena e ao setor que atende ao PEMMT.

3.1 REORGANIZAÇÃO DO MONITORAMENTO *IN LOCO*.

A partir dos resultados da pesquisa com o foco no problema da ausência de visitas *in loco* da coordenação do Projeto, apesar de já existir um plano de ação para essa função, visualizou-se a possibilidade de uma reformulação do planejamento existente no que se refere às intenções do monitoramento *in loco*. Percebeu-se, no desenvolver das entrevistas, que se faz necessário ampliar o processo de monitoramento e acompanhamento para a equipe gestora, do mesmo modo, tornar essa mais presente nas salas de aula, realizando, portanto, um atendimento mais próximo aos estudantes. Entende-se essa possibilidade como entremeios que possivelmente serão de grande valia na busca por aliar as parcerias no acompanhamento das turmas do PEMMT.

O quadro 21 apresenta a proposta de ação nessa direção.

Quadro 6 - Proposta de Reorganização do Monitoramento in loco pela Coordenação do PEMMT

	DESCRIÇÃO
Ação (O quê)	Realizar o acompanhamento e o monitoramento sistemático e observativo do desenvolvimento do PEMMT buscando atender às necessidades locais e estreitando as relações com os gestores das escolas sede e polo.
Justificativa (Por quê)	Com o intuito de melhorar o relacionamento, a interação e o atendimento aos professores e alunos.
Local (Onde)	Nas escolas, salas/turmas do PEMMT
Quando (Tempo)	Março a dezembro 2019.
Quem (Responsável)	Coordenadora do PEMMT da CRE/Gerente Transporte/Coordenadora Geral e Equipe do Centro de Mídias/Seduc
Como (Método)	Realizar uma visita ao mês em cada escola.
Quanto (Custo)	Disponibilidade de veículo, combustível, motorista e diárias.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos resultados da pesquisa de campo.

A reorganização do monitoramento *in loco* tem como foco o acompanhamento sistemático e a observação permanente com intuito de promover uma interação presencial mais ativa e que colabore para estreitar os laços de relacionamento entre os envolvidos diretamente no processo. Sendo esses os alunos e professores, bem como os gestores locais dos polos no sentido de colaborar no acompanhamento e assistência às turmas e também às escolas sede. A proposta é que todos estejam envolvidos no

processo de desenvolvimento do PEMMT e, desse modo, possam contribuir com o acolhimento aos alunos e sintam-se também corresponsáveis pelo desempenho da aprendizagem de cada um.

Essa reorganização (quadro 21) compreende a busca de realizar uma visita a cada escola, mensalmente, no decorrer do ano letivo. Essa visita envolve ações que já se executam, como registros, orientações, conselho de classe, entre outras. A proposta também agrega a conquista da parceria e colaboração como forma de facilitar o acompanhamento do processo. Ressalta-se que no decorrer da pesquisa observou-se uma nos processos de parceria, o que acarreta em uma sobrecarga de ações e atenção por parte da coordenação – que realiza o monitoramento, geralmente, por mecanismos à distância. Verificou-se que esse tipo de acompanhamento não tem alcançado a eficácia pretendida diante das intervenções a serem realizadas.

É preciso ressaltar que com o crescente número de turmas no decorrer dos anos, a coordenação do Projeto já se encontra limitada em suas atribuições que agregam questões burocráticas de gabinete e os atendimentos *in loco*, o que demanda também processos morosos, de agendamento antecipado de veículos, verificação de disponibilidade, solicitação das diárias, entre outros. Ações essas que, geralmente, devem ser feitas pelo solicitante com no mínimo 20 dias de antecedência.

Contudo, haveria necessidade de uma sensibilidade e colaboração maior da gestão da CRE nas questões de disponibilidade de veículos e auxílio na solicitação de diárias. Também da Seduc, no que será descrito adiante, enquanto sugestão de tornar o setor do Projeto em um núcleo nas CREs, o que deveria ocorrer de maneira a agregar mais pessoas para colaborar nas atividades burocráticas de matrículas, diários, manutenção e reparos, etc. A proposta é atender aos processos de monitoramento e acompanhamento com mais dedicação para uma assistência pedagógica local eficaz.

3.2 ESTRUTURAÇÃO DOCUMENTAL DE DEVOLUTIVAS DOS MONITORAMENTOS REALIZADOS *IN LOCO E ONLINE*.

Outra verificação resultante da pesquisa realizada diz respeito a fragilidade da coordenação do PEMMT no que condiz aos registros documentais para as devolutivas às escolas e suas equipes. Registrou-se que existe apenas o registro do monitoramento e suas atividades realizadas nas escolas, enquanto as devolutivas ficam somente nas

formas verbais por parte da coordenação geral da CRE, gestores, supervisores e/ou professores.

A falha é compreendida como oriunda da própria coordenação, a qual atribui as causas ao comodismo da equipe gestora e/ou à aversão ao Projeto dentro da instituição, e resulta na ausência de ações por parte dos responsáveis da escola sede para com as escolas polo. Esse cenário justifica as obrigações somente à coordenação do Projeto da CRE.

Quadro 22 - Estruturação de devolutivas dos monitoramentos realizados a CRE e equipe gestora das Escolas Sede.

	DESCRIÇÃO
Ação (O quê)	Estabelecer mecanismo documental de devolutivas dos monitoramentos realizados.
Justificativa (Por quê)	Com a existência de <i>feedback</i> , por parte da equipe gestora e dos professores, do resultado das observações realizadas com o apontamento das intervenções necessárias aos executores nas escolas. Também com a definição de prazos para apresentar retorno das questões solucionadas e/ou justificadas.
Local (Onde)	CRE- Vilhena/Escolas que atendem o PEMMT
Quando (Tempo)	Agosto a dezembro 2018 e de Fevereiro a dezembro 2019.
Quem (Responsável)	Coordenadora do PEMMT da CRE
Como (Método)	Via Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Ao regresso dos monitoramentos <i>in loco</i> , com os registros realizados, produzir um relatório descritivo que evidencie as observações e as intervenções necessárias a serem providenciadas pela equipe da escola. A coordenação do Projeto terá um prazo de cinco dias para enviar a devolutiva à Gerencia Geral e Pedagógica CRE e/ou diretamente à escola. Ainda, dar parecer das solicitações em um prazo de 15 dias.
Quanto (Custo)	Material de expediente, impressora e internet. (já disponível na CRE).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise documental do Setor de Coordenação do PEMMT da CRE

Essa ação (quadro 22) tem a finalidade de completar o processo de monitoramento e avaliação contínua do Projeto, compondo o ciclo de acompanhamento planejado e sistemático que parte desde a implementação até a avaliação. Ao término de cada ciclo será possibilitada a retomada para o replanejamento das ações.

Esse procedimento também visa a colaborar a orientação e a intervenção de modo a envolver e atribuir responsabilidades à equipe gestora da escola sede - sugerir mecanismos de melhoria das situações que se encontram em desacordo com as conformidades, distribuindo responsabilidades e determinando prazos. Além de envolver também a equipe de superiores da CRE-Vilhena e Seduc.

3.3 FORTALECIMENTOS DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Esta ação se subdivide em duas etapas, sendo uma individual - local (por escola) e outra coletiva. Sendo que a proposta de formação individual tem a finalidade orientadora e focada nas individualidades de cada localidade. Enquanto a proposta de formação coletiva objetiva favorecer a troca de experiências, socialização das vivências dos professores presenciais e alunos, avaliar e replanejar as ações para efetivar plano de ação para atender o PEMMT com mais consistência e que dê parâmetros para propor a Seduc demandar um olhar mais atento com foco em determinados pontos que foram apontados como fragilidades da mesma.

3.3.1 Proposta de formação coletiva

A partir da premissa de que é de suma importância a existência de momentos de interação entre os professores presenciais do PEMMT, bem como entre gestores, supervisores, orientadores, conselho escolar e comunidade, a presente proposta de plano de ação tem como foco a formação continuada por meio de realização conjunta/coletiva.

A socialização, a avaliação e o replanejamento (envolver a todos os atores com exposição de práticas vivenciadas e também expor os resultados das devolutivas – ação coletiva) permitirá elucidar fragilidades e, a partir de sugestões das equipes envolvidas, encontrar meios para solucioná-las. Esses são procedimentos que possivelmente permitirão fundamentar, inclusive cobranças substanciais a Seduc, em ações que dizem respeito a investimentos para a melhoria do Projeto. A participação de alunos e comunidade poderá compor as apresentações com relatos em vídeos, áudios e/ou escritos.

O quadro 23 apresenta as ações no sentido da realização da formação coletiva.

Quadro 23 - Formação Coletiva para reflexão, avaliação e replanejamento do PEMMT

	DESCRIÇÃO
Ação (O quê)	Realizar formação continuada coletiva para a execução de socialização, avaliação e replanejamento do PEMMT CRE-Vilhena.
Justificativa (Por quê)	Com o intuito de promover a interação e troca de experiências entre os atores do Projeto. Além disso, esse momento será de avaliação e replanejamento das ações e serão levantadas as ideias para que se possa atuar de forma positiva nas problemáticas identificadas.
Local (Onde)	CRE-Vilhena ou na escola sede que atende o PEMMT
Quando (Tempo)	Novembro 2018. Novembro 2019. (Ao final de cada ano letivo) Evento com no mínimo 16h (dois dias)
Quem (Responsável)	Coordenadora do PEMMT da CRE e demais setores e pessoas parceiras da CRE e escolas.
Como (Método)	Propõe-se formação continuada em formato de seminário com duração mínima de 16h para que seja possível os professores e outros socializarem suas práticas vivenciadas na sala de aula. As abordagens e instrumentais de monitoramento e as intervenções realizadas também devem ser foco das reflexões. Será preciso expor a todos as condições desfavoráveis, promovendo o diálogo e participação de todos no replanejamento das ações necessárias. Produzir um dossiê que será enviado à gerencia do Centro de Mídias da SEDUC em Porto Velho. As apresentações dos Seminários serão editadas e publicadas em revista digital e socializadas no estado.
Quanto (Custo)	8.000,00 (considerando diárias, transporte, alimentação e materiais para a realização do Seminário).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise documental do Setor de Coordenação do PEMMT da CRE

A ação de formação coletiva (quadro 23) visa a desenvolver-se de maneira dinâmica e interativa, permitindo aos participantes envolverem-se na execução de socializações e atividades intercaladas. Espera-se promover a coleta de informações que auxiliem no delineamento e replanejamento das ações da CRE e das escolas para o desenvolvimento do Projeto. As situações que abrangem as devolutivas poderão ser tratadas como estudos de caso a partir de atividades em grupo, que permitirá o levantamento de ideias, sugestões e críticas ao que foi realizado.

A publicação dos trabalhos apresentados por meio de revista digital contará com apoio para edição do Núcleo de Tecnologia Educacional da CRE-Vilhena.

3.3.2 PROPOSTA DE FORMAÇÃO INDIVIDUAL – LOCAL

A proposta formativa individual (quadro 24) se estabelece para o atendimento local em cada escola na qual existam turmas do PEMMT. Essa ação compreende o processo de orientação e um diagnóstico inicial entre os primeiros meses letivos do ano. Também tem a finalidade de envolver e socializar toda a equipe acerca da metodologia do Projeto, também apresentar os direcionamentos para o ano letivo e realizar procedimentos básicos de configurações de receptores e identificação de possíveis

problemas. Ainda, espera-se contribuir com a escola no seu planejamento e buscar elencar as dúvidas e dificuldades que essa encontra para com os aparatos tecnológicos que venham a facilitar o dia a dia das atividades realizadas.

Quadro 24 - Formação individual local para apresentação, orientação e construção do planejamento escolar para com o PEMMT

	DESCRIÇÃO
Ação (O quê)	Realizar formação continuada individual local para a apresentação e orientação da equipe escolar sobre os direcionamentos para ano letivo e junto com a escola traçar o planejamento que subsidie o atendimento ao PEMMT.
Justificativa (Por quê)	Diante da realidade escolar e sua dinâmica, orientar os envolvidos para o atendimento do Projeto no decorrer do ano letivo, suas particularidades, o que envolve desde os registros, exposição do calendário escolar e seus direcionamentos até a metodologia exercida na sala de aula e procedimentos de prevenção para a manutenção dos equipamentos e seu funcionamento. Além, também, de observar as necessidades específicas para o uso de ferramentas tecnológicas que demandam intervenção do Núcleo de Tecnologia Educacional da CRE para realizar formações no local.
Local (Onde)	Escolas que atendem o PEMMT
Quando (Tempo)	Fevereiro a abril 2019 (um dia em cada escola, 8h)
Quem (Responsável)	Coordenadora do PEMMT da CRE
Como (Método)	A formação individualizada propõe, com a equipe escolar com todos os educadores da escola, que todos tenham conhecimento sobre a metodologia do PEMMT. A referida ação terá dois momentos distintos: i) envolver todos os profissionais da escola, conselho escolar e comunidade para socializar a metodologia do Projeto e sua organização. Apresentação do calendário escolar e abordagem de ações preventivas que são exigidas de todos que utilizam os espaços e equipamentos. Propor ação coletiva da escola de sensibilização e conscientização da necessidade de colaboração. ii) envolver os professores presenciais, equipe gestora e pedagógica nas tratativas específicas para a execução do Projeto nas turmas; colaborar com a realização do planejamento escolar do ano letivo para atender ao Projeto. Elaborar documento que irá compor o PPP da Escola. Também será levantada a necessidade de formação para manuseio de aplicativos que venham a colaborar nas ações diárias dos envolvidos. Ainda, orientações de como proceder na configuração dos receptores e manutenção dos equipamentos.
Quanto (Custo)	Transporte, diárias, alimentação e materiais para a realização das formações individuais locais.

Fonte: Elaboração própria baseada na análise documental do Setor de Coordenação do PEMMT da CRE

3.4 Sugestões de melhorias aos problemas evidenciados a nível macro: ao âmbito da Seduc/RO.

Dado que a maioria das evidências foram direcionadas à competência da Mantenedora - Seduc - sugere-se algumas adequações, replanejamentos e inserções no que tange aos planejamentos orçamentários do governo. A proposta é que se possa

garantir o atendimento das questões que dependem de recursos para execução adequada do PEMMT (PPA, LDO e LOA)²⁸.

- Melhorar o feedback e estreitar o relacionamento com os Coordenadores do Projeto das CREs.

- Adequar a execução das disciplinas de língua materna e cultura local nas escolas indígenas.

- Destinar mais recursos para deslocamentos às CREs considerando o número de turmas atendidas, bem como repensar a gratificação compatível com o atendimento demandado.

- Destinar veículo para atendimento prioritário do PEMMT.

- Destinar recursos para as escolas adquirirem materiais de expediente e também para instalação, manutenção e reparo de equipamentos (descentralizar).

- Disponibilizar às CREs equipamentos extras para suprir a necessidade imediata de reparo.

- Adquirir e enviar os netbooks para os alunos.

- Disponibilizar internet com velocidade adequada para atender as necessidades do Projeto.

- Investir na melhoria das estruturas físicas das salas do Projeto a partir de construções, reformas, mobiliário e climatização.

- Disponibilizar um profissional para auxiliar à coordenação do Projeto nos procedimentos burocráticos voltados para o Ensino Médio e Curso Técnico. Assim, a Coordenação pode focar no atendimento e acompanhamento pedagógico.

- Disponibilizar profissionais para atendimento técnico em eletrônica e informática exclusivamente para atender o Projeto.

- constituir em cada Regional um Núcleo de Mediação Tecnológica.

- Garantir professores com perfil adequado ao Projeto, destacando a afinidade com tecnologia.

- Realizar mais formações continuadas no decorrer do ano, principalmente como com professores iniciantes e coordenadores.

- Oferecer o Projeto também no turno matutino.

²⁸ Plano de Ações Articuladas – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica foi implementado no estado de Rondônia no ano de 2016 com a finalidade de suprir a necessidade de professores habilitados nas diversas áreas de conhecimento para atender a etapa de ensino da educação básica, seja nas localidades rurais, seja nas aldeias indígenas, ribeirinhos e quilombolas que se encontram em localidades de difícil acesso. O Ensino Mediado pela Tecnologia dispõe de transmissão e recepção de teleaulas diariamente veiculadas via satélite e busca atender a exigência legal da universalização do Ensino Médio ao ampliar a oferta em localidades antes não assistidas.

Os municípios de Vilhena e Chupinguaia foram inseridos no Projeto atendendo clientela rurais, indígenas e também urbana. Ambos os municípios estão sob a responsabilidade da CRE-Vilhena que é responsável por gerir as unidades escolares e ações educacionais da esfera estadual no âmbito local. Nesse contexto, considerando a importância do atendimento de coordenar e monitorar as ações voltadas para o PEMMT na CRE-Vilhena, esta dissertação considerou como questão norteadora: quais ações podem ser tomadas para favorecer o acompanhamento e o monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica na Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena?

Ressalva-se que coordenar e monitorar um Projeto que abrange amplitude estrutural de aparatos tecnológicos e a complexidade de manutenção, bem como dispõe de recursos para deslocamentos para o acompanhamento *in loco*, além do monitoramento a distância, implica em inúmeras problemática que resultam de dimensões distintas e interligadas. Neste estudo essas dimensões foram abordadas como dimensão estrutural e dimensão pedagógica que envolvem a execução do PEMMT.

A dimensão pedagógica é interdependente da dimensão estrutural, uma vez que esta é a estrutura local basilar para a veiculação das aulas ao vivo, do mesmo modo responsável pela interação via internet para que haja o diálogo com os professores ministrantes do estúdio. A estruturação prevista para o Projeto consiste no sistema de comunicação síncrona e assíncrona tendo na sala de aula apenas um professor presencial (mediador) que faz a intermediação local. O Projeto, na condição ainda de fase de implementação, se arrasta com problemas pontuais que descaracterizam a proposta inicial que, concluímos, era a propositura da metodologia de ensino híbrida. Metodologia essa que não se efetiva.

Entretanto, a sistemática realizada pelo PEMMT ganha fortalecimento com as necessidades exigidas pelo currículo do novo Ensino Médio por meio da Lei nº 13.415/2017 que terá colaboração da tecnologia para efetivação de 20% para o ensino médio regular e até 30% no ensino noturno (AGENCIA BRASIL, 2018)²⁹. Com a instituição do Centro Nacional de Mídias na Educação (CNME) pela Portaria nº 1.204/2018 que se espelhou no ambiente existente no Amazonas.

Em resumo, o estudo realizado dispôs de análise documental e pesquisa de campo que permitiu a verificação dos resultados na perspectiva dos teóricos que a embasaram a pesquisa. Evidenciou-se, no trabalho, que o formato que se desenvolve na atualidade agrega problemas na estrutura que interferem pontualmente na execução do PEMMT, tais como: i) ausência de equipamentos tecnológicos; ii) ausência de técnicos profissionais disponíveis para manutenção e reparo de problemas com os equipamentos de eletrônica e informática; iii) falta de material pedagógico e didático; iv) inexistência de mecanismos de interação via internet; v) dificuldades de veículos oficial e recursos para deslocamento em cada sala de aula do Projeto para acompanhamento e monitoramento pedagógico; vi) dificuldades locais com adequação de salas de aula, constante falta de energia elétrica, etc.; vii) Dificuldade de adaptação dos alunos. viii) também, ainda registrando dificuldades quanto à disponibilidade de professor mediador (um por sala).

Os achados da pesquisa permitiram projetar um plano de ação que propõe quatro ações interventivas nos aspectos organizacionais técnico-pedagógicos e que compreendem a reorganização do monitoramento *in loco* pela Coordenação do PEMMT; a estruturação de devolutivas dos monitoramentos realizados a CRE e equipe gestora das Escolas Sede; a formação coletiva para reflexão, avaliação e replanejamento do PEMMT; e formação individual local para apresentação, orientação e construção do planejamento escolar para com o PEMMT. Já para os aspectos estruturais, foi apenas sugerido alternativas para melhoria que são de responsabilidade do âmbito governamental Seduc/RO.

As ações propostas no PAE visam a contribuir para a melhoria do desenvolvimento do Projeto com reflexos no processo ensino e aprendizagem dos estudantes. Espera-se que se efetivem com êxito as propostas iniciais do Projeto no que

²⁹ Site: EBCAGENCIA BRASIL. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-11/tecnologia-podera-ajudar-na-implantacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em 16/01/2019

competem à formação dos profissionais envolvidos, ao acompanhamento da prática do professor presencial e do monitoramento mais efetivo das ações do Projeto. Entretanto, para que as melhorias esperadas se efetivem em sua plenitude, faz-se necessário os investimentos. Dentre os investimentos centrais, há necessidade de recursos para a disponibilidade da internet ao professor presencial e aos alunos para que esses possam ter uma aula com comunicação bidirecional, sendo dialógica e interativa com os professores especialistas de estúdio - profissionais dominantes do conteúdo transmitido. Do contrário, a proposta de Ensino Mediado pela Tecnologia não se efetivará na prática, se resumirá, portanto, apenas a transmissão seguida por uma comunicação unilateral sem existência de interação.

Sugere-se, como avaliação das ações propostas no PAE, que seja feita uma análise dos resultados das ações propostas com a equipe interna da CRE envolvida, bem como seja realizado um diagnóstico em momento de formação coletiva dos atendimentos e monitoramentos realizados; ainda, propõe-se a aplicação de um questionário por meio do GoogleDocs que possa avaliar a execução das ações. A partir dos resultados obtidos, pode-se replanejar as atividades fragilizadas e até mesmo estendê-las a escolas sede para a coparticipação em busca de melhorias nas ações pedagógicas.

Enquanto dificuldades encontradas na realização da pesquisa, destacam-se os ocorridos durante a pesquisa de campo. Registrou-se momentos de greve dos servidores em educação no período destinado as coletas e dificuldades de deslocamento pela falta de transporte e/ou limitação de acesso para entrevistar os sujeitos previstos. Tais ocorrências resultaram na reorganização do período destinado à coleta de dados para que fosse possível obter os dados e, desse modo, fundamentar as análises apresentadas nesta dissertação. A coleta foi possível recorrendo ao uso de meios eletrônicos e aplicativos de dispositivos móveis.

Ao fim, encerra-se esta pesquisa ressaltando a possibilidade, por meio do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação pública, da aquisição de conhecimentos que permitiram visualizar e repensar a organização escolar por outros olhares. Do mesmo modo, permitiram observar falhas na atuação profissional que podem ser repensadas e reorganizadas com o fim de melhorar o processo de implementação do Projeto e contribuir com maior eficácia nas ações internas e externas que compreendem o PEMMT.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender** Campinas: Fundação EDUCAR. Paschoal, 2004. Disponível em: <<http://www.sosprofessor.com.br/blog/wp-content/uploads/2013/04/DesejodeEnsinarBlog.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2017.

ARAUJO, F. Geração X. 2016-2017. **Infoescola: navegando e aprendendo**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/geracao-x/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

ARCANJO, J. Rodrigues. **A Interatividade no Programa Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica**. 2015. 134f. Dissertação. PPGP/CAED/UFJF. Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/a-interatividade-no-programa-ensino-medio-presencial-com-mediacao-tecnologica/>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, M. F. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia da educação**. Porto Alegre: Penso 2015. Disponível em: <<https://play.google.com/books/reader?id=H5hBCgAAQBAJ&hl=pt-BR&printsec=frontcover&pg=GBS.PT152.w.3.1.55>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BELLONI, M.L. **Educação a Distância**. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Constitui%C3%A7%C3%A3o.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824, 2010.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.html>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (LDB). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. Lei nº 13.415/2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 LDB e 11.494, de 20 de junho 2007 FUNDEB e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Portal da Educação. História da Internet no Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/informatica/historia-da-internet-no-brasil/53793>>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO. MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfo>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CLICK TELECOM. **Internet para empresas:** tudo que você precisa saber antes de contratar. 2018. Disponível em: < <https://naclick.com.br/internet-para-empresas-tudo-o-que-voce-precisa-saber>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

COSTA, J. R. **Atuação do Professor Presencial no Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no Município de Parintins/AM.** (dissertação) 178 f. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. CAED/UFJF, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: < <http://www.mestrado.caedufjf.net/at-uacao-do-professor-presencial-no-projeto-ensino-medio-presencial-com-mediacao-tecnologica-no-municipio-de-parintinsam/>>. Acesso em: 24 set. 2017.

CRE- Vilhena. Plano de Ação Coordenação PEMMT. 2016.

CRE- Vilhena. Plano de Ação Coordenação PEMMT. 2017.

CRE- Vilhena. Relatório de Atividades. 2016.

CRE- Vilhena. Relatório de Atividades. 2017.

DICIONÁRIO WEB. Significado de start. 2018. Disponível em: < <https://www.dicionarioweb.com.br/ingles/start/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

EXPLICA TELECOM. Quais as diferenças entre as velocidades de internet? 2017. Disponível em: < <https://www.explicatelecom.com.br/internet/velocidades-de-internet/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

FERREIRA, V. C. P. **A Escola como uma organização:** Desafio para os gestores. UFJF. 2016. Acesso em: 12 nov. 2017.

FILHO, L. N. F. O uso das Tecnologias da Comunicação e da Informação pelos Professores da Rede Pública Estadual do Estado do Ceará. (dissertação) 100f. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. CAED/UFJF, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: < <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/08/Luciano-Nery.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. Guedes. **Da Fala do Outro ao Texto Negociado:** Discussões sobre Entrevista na Pesquisa Qualitativa. Paidéia, UFB: 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra. 1996. p.57-76. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/143565/mod_resource/content/2/Texto6-Freire-1parte.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Quais os desafios da educação do campo?** A professora Eliene Novaes Rocha, da UnB, detalha as dificuldades e perspectivas da área rural. 2016. Disponível em: < <http://fundacaotelefonica.org.br/promeninotrabalhoil/noticia/quais-os-desafios-da-educacao-do-campo-a-professora-eliene-novaes-rochada-unb-detalha-as-dificuldades-e-perspectivas-da-area-rural/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

GIGASAT. O que é um LNB? Que tipo eu devo usar? **Gigaset.** Disponível em: <<https://www.gigasatbrasil.com.br/single-post/2015/05/29/O-que-%C3%A9-um-LNB-Que-tipo-eu-devo-usar>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

GOMES, M. J. E-Learning: Reflexões em torno do conceito. **Actas da IV Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação – Challenges’05**. Braga: Centro de Competência da Universidade do Minho, 2005.

GOOGLE MAPS. Mapa Estado de Rondônia. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/place/Rond%C3%B4nia/@-10.8233837,-65.5372741,7z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x92325cd96f516b57:0x733763d5340621dd!8m2!3d-11.5057341!4d-63.580611>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

IBGE. Amazonas panorama. 2017. Disponível em : < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>>. Acesso em 08/12/2017.

IFRO. Resolução 10 de 21 de dezembro de 2016. Aprovação do Projeto Pedagógico Curso Técnico em Cooperativismo concomitante ao Ensino Médio. CEPEX/IFRO. 2016.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica. 2015/2016**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 30 abril 2017.

INSTITUTO UNIBANCO. Panorama dos Territórios: Rondônia. 2017. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Panoramas_RONDONIA.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

KENSKI, V. M. Aprendizagem Mediada pela Tecnologia. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba:2013. V. 4. n 10. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=786&dd99=view&dd98=>. Acesso em: 25 jun. 2017.

KUENZER, A. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br> >. Acesso em: 08 dez. 2017.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (orgs). **Educação a Distância o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LÜCK. H. Avaliação e monitoramento do trabalho educacional. **Série Cadernos de Gestão. Vol. VII**. Petrópolis/RJ. Vozes: 2013.

MAINARDES. J. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma construção para análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69. 2006. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br> >. Acesso em: 25 jun. 2017.

MAPASBLOG. Mapa Municípios de Rondônia. 2018. Disponível em: <<https://1.bp.blogspot.com/-3wAb1VSzusM/TwSKFHwydI/AAAAAAAAAM-w/s1SQIAfnJq0/s1600/mapa-municipios-rondonia.jpg>>. Acesso em: 09 set. 2018.

MORAN, J.M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. Disponível em: < https://books.google.co.ao/books?id=i7uhwQM_PyEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR>. Acesso em: 08 dez. 2017.

MOREIRA, M. da R. **O Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica em Barcelos (AM): A Atuação dos professores presenciais em parceria com o gestor da escola matriz**. (dissertação) 118 f. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. CAED/UFJF, 2016.

Disponível em: <<http://www.mestrado.caeduff.net/o-projeto-ensino-medio-presencial-com-mediacao-tecnologica-em-barcelos-am-a-atuacao-dos-professores-presenciais-em-parceria-com-o-gestor-da-escola-matriz>>. Acesso em 11 mar. 2018.

MORGADO, Lina. O papel do professor em Contextos de ensino *online*: Problemas e virtualidades. in: **Discursos, III Série**, nº especial, pp.125-138, Univ. Aberta, 2001.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Ensino Médio. 2013 Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/3-ensino-medio>> . Acesso em: 08 dez. 2017.

QEDU. Rondônia: Matrículas e Infraestrutura. 2017. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/122-rondonia/censo-scolar?year=2013&localization=0&dependence=0&education_stage=0&item=matriculas-no-ensino-fundamental>. Acesso em: 06 out. 2016.

QEDU. Use dados. Transforme a Educação. **Censo. 2017**. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/122-rondonia/censo-escolar?year=2015&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>. Acesso em: 16 mar. 2017.

RONDÔNIA. Portal do Governo do Estado de Rondônia. Mapa de Rondônia. 2018. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/relator-preve-para-a-proxima-semana-votacao-do-orcamento-de-2015/>. Acesso em: 04 jul. 2018.

RONDÔNIA. Seduc apresenta ao TCE e ao MPC projeto de ensino médio com mediação tecnológica. TCE/RO: 2016. Disponível em: <<http://www.tce.ro.gov.br/index.php/seduc-apresenta-ao-tce-e-ao-mpc-projeto-de-ensino-medio-commediacao-tecnologica>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

RONDÔNIA. Portal do Governo do Estado de Rondônia. Mediação Tecnológica. 2017/2018. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/seduc/institucional/conheca-o-projeto/#>>. Acesso em: 25 set. 2018.

RONDÔNIA. Decreto 19.462, de 20 de janeiro de 2015. Estabelece normas e medidas de eficiência dos gastos públicos, no âmbito do Poder Executivo. 2015, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2015/01/DOE-20-01-20151.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

RONDONIA. Minuta do Termo de Cooperação Técnica. 2017

RONDONIA 2016f. Lei Complementar nº 908/2016. Dispõe sobre a Política de Educação Profissional do Subsistema Público de Educação Profissional do Estado de RO, cria o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional – IDEP. 2016. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/7801_texto_integral>. Acesso em: 08 dez. 2017.

RONDÔNIA, 2016a. Instrução Normativa nº 001/GAB/SUGESP/2016, de 20 de janeiro de 2016. Estabelece as medidas administrativas, regras e prazos para contenção de despesas, a serem adotados pelos órgãos da administração pública do Estado de Rondônia. 2016, p. 1-2. Disponível em: <http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2016/01/Doe-20-01_2016-2016.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

RONDÔNIA, 2016b. Lei nº 3846 de 04 de julho de 2016. Institui o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. 2016.

RONDÔNIA, 2016c. Portaria 2264 de 06 de julho de 2016. Implanta e Implementa o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica nas escolas da rede pública estadual de ensino. 2016.

RONDÔNIA, 2016d. Portaria nº 2310/2016, implanta as Matrizes Curriculares Unificadas do Ensino Médio do Campo. 2016.

RONDÔNIA, 2016e. Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica. DGE/SEDUC. 2016.

SANTINO, R. **Site Olhar Digital**. Não caia nessa: entenda a diferença entre 'mega', megabit e megabyte. 2016. Disponível em: < <https://olhardigital.com.br/noticia/nao-caia-nessa-entenda-a-diferenca-entre-mega-megabit-e-megabyte/58804>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SANTOS, J. R.; SALAZAR, D. M. “Ensino presencial mediado por tecnologia”: a experiência no curso de Ciências Econômicas”. In: **Anais do IV Congresso Ibero-Americano da ANPAE**. 2014, p. 1-17. Disponível em: < http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Relato/JesseRodriguesdosSantos_GT02_integral.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SEDUC. Gerência do Centro de Mídias. Mediação Tecnológica – Supervisão. 2017.

SERRÃO, I. L. **Uma Análise da Implementação do Programa Ensino Médio Presencial Com Mediação Tecnológica no Município De Urucurituba/Am**. (dissertação) 122 f. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. CAED/UFJF, 2016. Disponível em: < <http://www.mestrado.caedufjf.net/uma-analise-da-implementacao-do-programa-ensino-medio-presencial-com-mediacao-tecnologica-no-municipio-de-urucuritubaam/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SOUZA, A. T. da S. **O Professor Presencial no Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no Amazonas**: Repensando a Atuação Profissional no Município de Beruri. (dissertação) Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 120f. CAED/UFJF, 2016. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/o-professor-presencial-no-projeto-ensino-medio-presencial-com-mediacao-tecnologica-no-amazonas-repensando-a-atuacao-profissional-no-municipio-de-beruri/>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

TS DO BRASIL. Tele System. Receptor Digital. 2017. Disponível em: < <http://telesystembrasil.com.br/produto/receptor-digital-de-satelite-fl11/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

VALENTE, J. A. Educação a Distância no Ensino Superior: soluções e flexibilizações. Interface - **Comunicação, Saúde, Educ**: fev 2003. v7, n12, p.139-48. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/icse/v7n12/v7n12a09.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: **NUNES, Edson de Oliveira – A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar: 1978. Disponível em: <<http://www.ppgp2.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=3351>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

VSAT. Definição sistema de satélite, 2002. Disponível em: < https://www.gta.ufrj.br/grad/02_2/vsat/introducao.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.

YOUTUBE. **Canal Mediação Tecnológica Rondônia**. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=C0q0jI_98kU. Acesso em 22/04/2017.

ANEXOS

ANEXO I

Artigo 11 da portaria 2264/2016 – SEDUC/RO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

seduc@seduc.ro.gov.br

Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Guaporé, Reto I, Rua Padre Chiquinho - CEP 76.801.468-Porto Velho-RO, Fone: (69) 3216 5338/5386/5389-Fax-5372/5337

PORTARIA N. 2264/2016-GAB/SEDUC, de 06 de julho de 2016, fls. 11.

- l) Preencher instrumentais de avaliação institucional do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, quando solicitado.

Art. 10. Caberá à Secretaria da Escola Sede a responsabilidade dos lançamentos e registros da vida escolar dos estudantes do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica.

Art. 11. O professor presencial do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica será lotado na escola sede, com a seguinte distribuição de carga horária:

I – 20 (vinte) horas de atividades de envolvimento com o estudante em sala de aula;

II – 6 (seis) horas de atendimento aos estudantes para desenvolvimento da recuperação paralela, de acordo com o Plano de Estudo;

III – 14 (quatorze) horas de atividades pedagógicas complementares como:

- a) Planejamento da execução dos Planos de Estudo.
- b) Executar o Plano Instrucional de Estudo para realização da recuperação paralela, atividades extraclasse e aplicar as avaliações dos Exames Finais, considerando as particularidades das comunidades Indígenas, Ribeirinhas, Quilombolas e do Campo, dentro do formato modular mediado pelas tecnologias, conforme cronograma disponibilizado pela coordenação geral.
- c) Conhecer antecipadamente os Planos de Operacionalização: Plano Didático Pedagógico Curricular, Cronograma de sequência de aula, Plano Instrucional de atividades extraclasse, Plano Instrucional de Estudo de Recuperação, Plano das Teleaulas, Atividades de sala, Avaliações Parciais (primeira e segunda chamada) e Avaliações de Recuperação e Exames Finais.
- d) Participar das formações continuada promovidas pelas CREs e Seduc.
- e) Corrigir as avaliações dos componentes curriculares ministrados, de acordo com o gabarito enviado pelo professor ministrante.
- f) Registrar conteúdos e frequência dos estudantes no Sistema do Diário Eletrônico da Seduc.
- g) Acompanhar o desenvolvimento das atividades extraclasse realizadas pelos estudantes e registrar no sistema do diário eletrônico.
- h) Lançar as notas das avaliações parciais e de recuperação no sistema do diário eletrônico no prazo de até 05 (cinco) dias e as do exame final em até 02 (dois) dias.
- i) Elaborar relatório sucinto à Coordenação do Projeto da Mediação Tecnológica da Coordenadoria Regional de Educação – CRE/Seduc ao final de cada semestre escolar do projeto, de acordo com o modelo apresentado pela Coordenação Pedagógica do Projeto da Mediação Tecnológica da Diretoria Geral de Educação/DGE/Seduc.
- j) Preencher instrumentais de avaliação institucional do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, quando solicitado.

ANEXO II



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

seduc@educ.ro.gov.br

Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Guaporé, Reto 1, Rua Padre Chiquinho - CEP 76.801.468-Porto Velho-RO, Fone: (69) 3216 5338/5338-6/5389-Fax-5372/5337
PORTARIA N. 2264/2016-GAB/SEDUC, de 06 de julho de 2016, fls. 09.

VII. Coordenador do Projeto da Mediação Tecnológica na CRE:

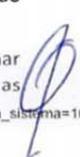
- a) Acompanhar o desenvolvimento do Projeto *in loco* assegurando sua viabilidade dentre as especificações referentes à clientela e à localidade das escolas de difícil acesso.
- b) Identificar os estudantes com Necessidades Educativas Especiais/N.E.E. que necessitem de recursos pedagógicos tais como: prova ampliada, intérpretes, leitor e demais profissionais de apoio.
- c) Viabilizar profissional de apoio ao estudante com necessidades educativas especiais, quando necessário.
- d) Monitorar e acompanhar os resultados obtidos pelos estudantes do Ensino Médio com Mediação Tecnológica.
- e) Manter um calendário atualizado de visitas às escolas sedes e extensões com salas de aula com Mediação Tecnológica.
- f) Garantir o cumprimento da Matriz Curricular constante desta Portaria.
- g) Oferecer orientação e assistência ao professor presencial.
- h) Garantir que as avaliações e plano de estudo cheguem à escola sede em tempo hábil para serem aplicadas pelo professor presencial.
- i) Monitorar as escolas polos para verificar suas reais necessidades (espaço ambiente, recursos técnicos e humanos etc.) e encaminhar à Coordenação Geral do Projeto de Mediação/DGE/Seduc.
- j) Fornecer ao professor presencial materiais didáticos, quando necessário.
- k) Encaminhar à Coordenação da Seduc o requerimento de solicitação de revisão das avaliações.
- l) Encaminhar e orientar os Planos de Operacionalização finalizados: Plano Didático Pedagógico Curricular, Cronograma de sequência de aula, Plano Instrucional de atividades extraclasse, Plano Instrucional de Estudo de Recuperação, Plano das Teleaulas, Atividades de sala, Avaliações Parciais (primeira e segunda chamada), Avaliações de Recuperação e Exame Final e seus respectivos gabaritos e cartões-respostas aos professores presenciais.
- m) Participar e intervir junto à direção na organização do trabalho pedagógico escolar das salas de ensino médio com Mediação Tecnológica.
- n) Viabilizar Formação Continuada aos professores.
- o) Providenciar certificação dos estudantes na conclusão do curso, em conjunto com a escola sede.
- p) Encaminhar relatório (pedagógico) sucinto à Coordenação Pedagógica do Projeto da Mediação Tecnológica da Diretoria Geral de Educação/DGE/Seduc ao final de cada semestre.
- q) Preencher instrumentais de avaliação institucional do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, quando solicitado.

ANEXO III

CLÁUSULA SEGUNDA – O Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Educação – incumbir-se-á:

I. Garantir a oferta do Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica, e coordenar por meio da CRE a atuação administrativa e pedagógica das escolas sede, polos e anexas com as

https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1957227&infra_sistema=100



18/05/2018

SEI/ABC - 1710979 - Termo

peculiaridades da região;

II. Conceder Autorização à escola estadual no perímetro urbano (sede), e realizar por meio da mesma a matrícula dos estudantes, para implantação do Ensino Médio e a regularização e escrituração dos documentos escolares dos estudantes;

III. Contratar os profissionais, conforme quantitativo de alunos e quadro de necessidade apresentado pela Coordenadoria Regional de Educação – CRE e Secretaria Municipal de Educação /SEMEC, para atender essa demanda estudantil;

IV. Estabelecer Convênio/Contrato de Transporte Escolar para o deslocamento dos estudantes do Ensino Médio do Campo e do Ensino Médio com Mediação Tecnológica.

V. Disponibilizar os kits tecnológicos (TV, computador e antena) específicos para utilização nas salas que

VII. Executar a Matriz Curricular autorizada para o Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica;

VIII. Acompanhar, subsidiar, organizar e executar em parceria com a Coordenadoria Regional de Ensino/CRE e Secretaria Municipal de Educação/SEMED e as escolas municipais o Calendário Escolar de acordo com as peculiaridades da região do atendimento ao Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica;

IX. Atuar em regime de colaboração com as escolas municipais que disponibilizam os espaços físicos para a demanda do estado e coordenar e atuar pedagogicamente e metodologicamente em conformidade com o Plano de Desenvolvimento para o Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica;

X. Atualizar o Censo Escolar;

XI. Ofertar alimentação escolar aos estudantes do Ensino Médio do Campo e do Ensino Médio com Mediação Tecnológica sediados nas escolas municipais de acordo com o quantitativo de matrícula e legislação vigente;

XII. Disponibilizar materiais de expediente e materiais de higiene para utilização nas escolas que atendem ao Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica, conforme o quantitativo de estudantes atendendo às necessidades pontuadas pela equipe gestora das escolas municipais que atendem o Ensino Médio;

XIII. Estudantes, professores e funcionários devem respeitar o regimento interno da Escola Municipal que atende o Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica devem participar das atividades pedagógicas alusivas a datas comemorativas juntamente com a Escola Municipal onde está inserido e ainda devem tratar com igualdade a todos e a todas da rede municipal e estadual, sem práticas discriminatórias;

XIV. Cooperar com o Município de Governador Jorge Teixeira quanto a reforma predial e aquisição de equipamentos que sejam utilizados também pelo Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica;

XV. Caso haja necessidade de construção e/ou ampliação de sala de aula no espaço cedido pelo município, o Estado utilizará o bem enquanto houver demanda estudantil, renovando sempre o Termo de cedência quando necessário e mantendo as instalações em perfeitas condições para uso dos educandos.



ANEXO IV

CLÁUSULA TERCEIRA - Município, incumbir-se-á:

https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1957227&infra_sistema=100

18/05/2018

SEI/ABC - 1710979 - Termo

- I. Ceder espaços físicos das escolas municipais para utilização pelo Estado para o atendimento ao Ensino Médio do Campo e do Ensino Médio com Mediação Tecnológica;
- II. Realizar o transporte escolar dos estudantes que pertencem ao Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica, por meio de convênio ou Contrato realizado com a rede estadual de ensino;
- III. Organizar e executar em Parceria com a CRE o Calendário Escolar de acordo com as peculiaridades da região; Atuar em regime de colaboração com a escola Sede, responsável pela matrícula e documentação escolar dos estudantes;
- IV. Tratar com igualdade estudantes, professores e demais profissionais da educação do Estado envolvidos com o Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica, e notificar a escola "Sede" quaisquer ocorrências escolares com os educandos, ou profissionais da educação;
- V. Dar pleno acesso aos profissionais da educação estadual às dependências da escola sem práticas discriminatórias e fornecer toda e qualquer informação necessária referente aos estudantes do Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica;
- VI. Comunicar à Secretaria de Estado da Educação por meio da escola sede e CRE, qualquer decisão do executivo municipal que venha comprometer a oferta e o atendimento dos estudantes do Ensino Médio do Campo e Ensino Médio com Mediação Tecnológica.

Fonte: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NUMERO 20/2018. RONDÔNIA..

APÊNDICES



Entrevista com GESTOR de escola sede

Prezado(a),

Sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF. Esta entrevista possui o objetivo de levantar dados sobre a implementação e monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica na Coordenadoria Regional de Vilhena/RO para a conclusão da dissertação. Além disso, esta entrevista foi elaborada de forma que o sigilo lhe seja garantido tendo em visto que suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Anandréia Trovó

Bloco 1: Identificação do Entrevistado

1. Qual seu nome completo?
2. Qual Escola você atua?
3. Qual a sua formação acadêmica?
4. Qual é a sua função na escola em que atua?
5. Há quanto tempo você atua nesta função?
6. Antes de atuar nesse cargo, qual função exercia?
7. Quais suas atribuições na escola em que atua?
8. Quantas turmas do PEMMT a Escola atende? Há alguma extensão?

Bloco 2: organização e atendimento pela CRE ao PEMMT

1. Como você avalia o PEMMT e seu desenvolvimento? Destaque os pontos positivos e negativos.
2. Quais os desafios a serem superados pelo Projeto?
3. Qual sua opinião sobre o PEMMT e sua importância no contexto educacional de sua escola? Quais as vantagens e desvantagens frente ao ensino regular?

4. Como é sua atuação como gestor na(s) escola(s) sede e polo (caso haja) que atende o PEMMT?
5. Como tem sido o monitoramento in loco na(s) escola(s) onde existe sala do Projeto pela CRE? Justifique?
6. Que tipo de atividades são realizadas no monitoramento in loco tanto pela sua função quanto pela CRE?
7. Com que frequência a CRE (Coordenação do PEMMT) está presente na(s) escola(s)? Qual o tempo de permanência? Atende à necessidade?
8. Há feedback dos monitoramentos realizados? Como se dá a resolução de problemas?
9. Qual sua avaliação da atuação da Coordenação do PEMMT?
10. Como a sua atuação frente as escolas polo que atende ao PEMMT?
11. Como visualiza a organização e planejamento pedagógico providos pela Seduc e CRE para atender o PEMMT na escola?
12. Como visualiza a logística de materiais, equipamentos, assistência técnica e transporte também providos pela Seduc e CRE para atender as necessidades do Projeto na Escola?

Bloco 3: Logística demandada pela Seduc, CRE e Prefeitura

1. Tem conhecimento de como tem sido realizada a assistência técnica aos equipamentos da MT?
2. Como é a estrutura física das salas onde estão localizadas as turmas do PEMMT?
3. As escolas/turmas do PEMMT possui internet? Você vê esse recurso como necessário para a execução do Projeto? Por quê?
4. Como avalia o atendimento que alunos e servidores recebem diariamente na escola polo?
5. Como avalia o transporte escolar que atende os alunos da escola?

Bloco 4: planejamento e acompanhamento do PEMMT pela escola sede

1. Como é o relacionamento da gestão da escola sede com a gestão da escola polo?
2. Quais procedimentos são discutidos para que a parceria se efetive e para que as ações administrativas/pedagógicas cotidianas sejam eficazes para o processo de

ensino aprendizagem? (ex. disponibilidade de material didático, merenda escolar, atendimento administrativo aos servidores, acompanhamento pedagógico a professor e alunos).

3. Como se dá o atendimento administrativo/pedagógico para os professores/alunos do PEMMT, seja escola sede e polo?
4. Como a escola sede se organiza para a orientação das atividades na escola polo caso haja?
5. Há algum planejamento da escola sede que seja informado as escolas polo da presença periódica destes profissionais na escola e sua finalidade?
6. Com que frequência os professores participam de formação continuada realizada pela escola sede e pela coordenação do PEMMT da CRE?
7. Como ocorre o planejamento dos professores presenciais das escolas sede/polo? Existe algo formalizado?
8. Como se dá o acompanhamento do planejamento, orientação pedagógica, realização de conselho de classe, recuperação paralela dos estudantes, bem como a reposição de aulas do projeto em situações que ocorram dispensa, faltas etc., e haja a transmissão de aulas?
9. Há mais alguma consideração que gostaria de explicar?

Obrigada pela Colaboração!

Entrevista com PROFESSOR PRESENCIAL que atua no PEMMT

Prezado (a),

Sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF. Essa entrevista tem como objetivo de levantar dados sobre a implementação e monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica na Coordenadoria Regional de Vilhena/RO para a conclusão da dissertação de Mestrado. Como um dos instrumentos da pesquisa este questionário foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. São informações fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço a sua colaboração.

Atenciosamente,

Anandréia Trovó

Bloco 1: Identificação do Entrevistado

1. Qual seu nome completo?
2. Qual Escola você atua?
3. Qual a sua formação acadêmica?
4. Qual é a sua função contratual e área de atuação?
5. Há quanto tempo você atua como professor? E no PEMMT quanto tempo?
6. Quais suas atribuições como professor presencial?
7. Você reside no local onde exerce a função de professor presencial? Caso não resida qual a distância que percorre? Como é sua jornada diária para exercer suas atividades docente?

Bloco 2: Atuação do Professor Presencial do PEMMT

1. O que motivou você a atuar como Professor Presencial no Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica?

2. Em que medida você se sente preparado(a) e desempenha as atribuições próprias exigidas na função de Professor Presencial no dia a dia da sala de aula no que condiz a utilização dos equipamentos tecnológicos?
3. Os materiais são recebidos via e-mail como você administra essa atividade?
4. Quais as estratégias que você utiliza para se apropriar: ler, conhecer as aulas que serão transmitidas?
5. Como ocorre a interação dos alunos com os professores de estúdio, que são mediadas por você?
6. Quais estratégias você utiliza para motivar, incentivar os alunos e envolve-los no Projeto (manter a disciplina), incentiva-los a realizar as avaliações e atividades extraclasse?
7. Como você faz a reposição de aulas caso seja necessário?
8. Qual seu nível de satisfação em relação às suas atribuições que desenvolve como professor presencial no Projeto?
9. O que você considera de melhor no ensino mediado? E o que poderia melhorar?
10. Como a Escola tem contribuído para que a implementação do PEMMT?

Bloco 3: Capacitação e atendimento ao Professor Presencial do PEMMT:

1. Você já participou de formação continuada oferecida pela Seduc/Gerência Porto Velho e ou CRE sobre as funções do professor presencial e orientações para a atuação?
2. Como é realizado o acompanhamento e suporte à sua atuação e sua turma, pela escola sede, escola polo e CRE?
3. Como mantém contato com a Coordenadora do Projeto da CRE? Consegue sanar as dúvidas?
4. Há fatores que interferem no andamento das atividades do projeto no dia a dia da sala de aula de modo geral que também afeta a aprendizagem dos estudantes? Quais e por quê?
5. Como é realizado o atendimento pedagógico pela gestão, supervisão e orientação da escola sede? Qual a frequência desse atendimento?
6. Com que frequência a Coordenação do Projeto CRE tem comparecido à sua escola/turma? E quais atividades que realiza? Atende as necessidades?
7. Gostaria de destacar mais alguma informação?

Obrigada pela Colaboração!

Entrevista com aluno do PEMMT

Prezado(a),

Sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF. Esta entrevista tem como objetivo de levantar dados sobre a implementação e monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica na Coordenadoria Regional de Vilhena/RO para a conclusão da dissertação de Mestrado. Como um dos instrumentos da pesquisa este questionário foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. São informações fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço a sua colaboração.

Atenciosamente,

Anandréia Trovó

Bloco 1: Identificação do aluno entrevistado

1. Qual seu nome completo?
2. Qual Escola você estuda?
3. Qual sua idade?
4. Qual série do Ensino Médio você está cursando?
5. Você mora com quem?
6. Qual a localidade que você mora?
7. O que você considera de melhor no formato do ensino mediado? O que você considera que poderia melhorar?
8. Você exerce alguma atividade no horário contrário à escola? Qual o carga-horária? Há remuneração?

Bloco 2: Dificuldades enfrentadas na sala do PEMMT:

1. Quais dificuldades interferem no andamento das atividades do projeto no dia a dia da sala de aula na sua opinião?
2. Quais dificuldades interferem na sua aprendizagem?
3. Você considera que há alguma diferença entre o ensino de vocês aqui na escola polo e dos alunos que estão na sede da escola? Por que?

Bloco 3: Trabalho do professor e assistência a turma do PEMMT

1. A gestão, supervisão e orientação da escola sede tem dado assistência a sua turma? Como?
2. Como são as avaliações?
3. Como é o dia a dia das aulas da sua turma?
4. Como você tira as dúvidas sobre os conteúdos que não compreende com clareza?
5. Como é a atuação dos professores de estúdio?
6. Como é feita a reposição das aulas quando por algum motivo é perdida a transmissão no dia da veiculação ao vivo?
7. Que tipo de atividades são desenvolvidas nas aulas práticas de educação física?
8. Qual seu contato com a Coordenação do PEMMT da CRE?
9. Gostaria de destacar mais alguma informação?

Obrigada pela Colaboração!